

N.º 26

junho 2024

boep 

boletim estatístico
do emprego público

2011 – 2023



FICHA TÉCNICA

Título • BOEP Boletim estatístico do emprego público

Editor • DGAEP Direção-Geral da Administração e Emprego Público

Realização • Departamento de Informação da Organização do Estado
e do Emprego Público (DIOEP)

Endereço • Rua da Alfândega, 5 - 2.º, 1149-095 Lisboa

Telefone • +351-213 915 300

E-mail • dioep@dgaep.gov.pt

Site • www.dgaep.gov.pt • Estatísticas do Emprego Público

ISSN: 2182-7303



NOTA INTRODUTÓRIA

O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. A informação disponibilizada é complementar à informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP – Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 1.º trimestre 2024.

A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o setor das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo setor público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, IP. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas no final, bem como nos ficheiros Excel que acompanham a publicação, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos.

O presente BOEP é consistente com os dados de emprego e remunerações da série, desde o 4.º trimestre 2011, publicada na SIEP do 1.º trimestre 2024, incluindo a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades definidas pelo INE, IP na aplicação do referencial metodológico do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), em vigor e obrigatório em todos os Estados Membros da União Europeia desde setembro de 2014 (cf. [Notas Técnicas](#)).

A informação referente à administração central é apresentada de acordo com a estrutura orgânica do XXIII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, sucessivamente alterado.

A informação estatística mais detalhada é apresentada em ficheiros [Excel](#) disponíveis em www.dgaep.gov.pt.

ÍNDICE

I.	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	5
1.	Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia	5
2.	Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsetor	13
2.1	Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsetor	13
2.2	Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsetor	19
3.	Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo	21
3.1	Dirigentes nas administrações públicas ¹	21
3.2	Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo	24
3.3	Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo	28
3.4	Remunerações por cargo, carreira e grupo	29
4.	Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica	32
5.	Trabalhadores com deficiência	38
II.	ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	41
6.	Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do setor público	41
7.	Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do setor público	43
8.	Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do setor público	47
9.	Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do setor público	50
III.	OUTROS INDICADORES	53
10.	Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I	53
11.	Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS	56
12.	Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS	66
13.	Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado	71
	NOTAS TÉCNICAS	74
	SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS	74

¹ Texto destacado nesta página, Quadro 3.1.1 e Gráfico 3.1.1 corrigidos a 26/07/2024.



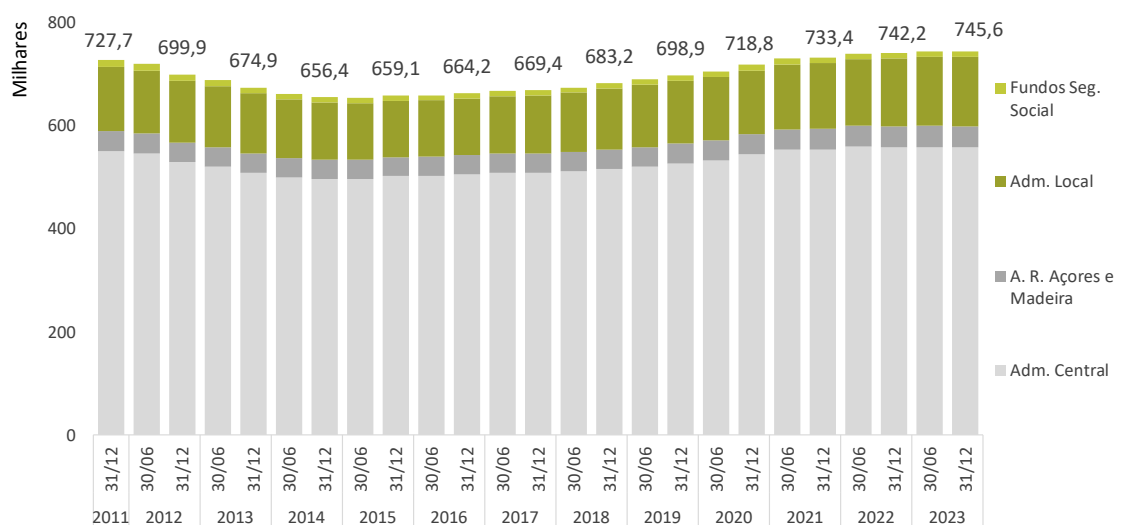
I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

Em 31 de dezembro de 2023, o emprego nas administrações públicas situava-se em 745 590 postos de trabalho, o que representa um aumento de 2,5% face a 31 de dezembro de 2011 (mais 17 889 postos de trabalho) e um aumento de 0,5% em termos homólogos (mais 3 428 postos de trabalho).

Para este comportamento contribuiu essencialmente o subsetor da administração central, o qual representava 74,9% do emprego no setor das administrações públicas (Gráficos 1.1 e 1.2).

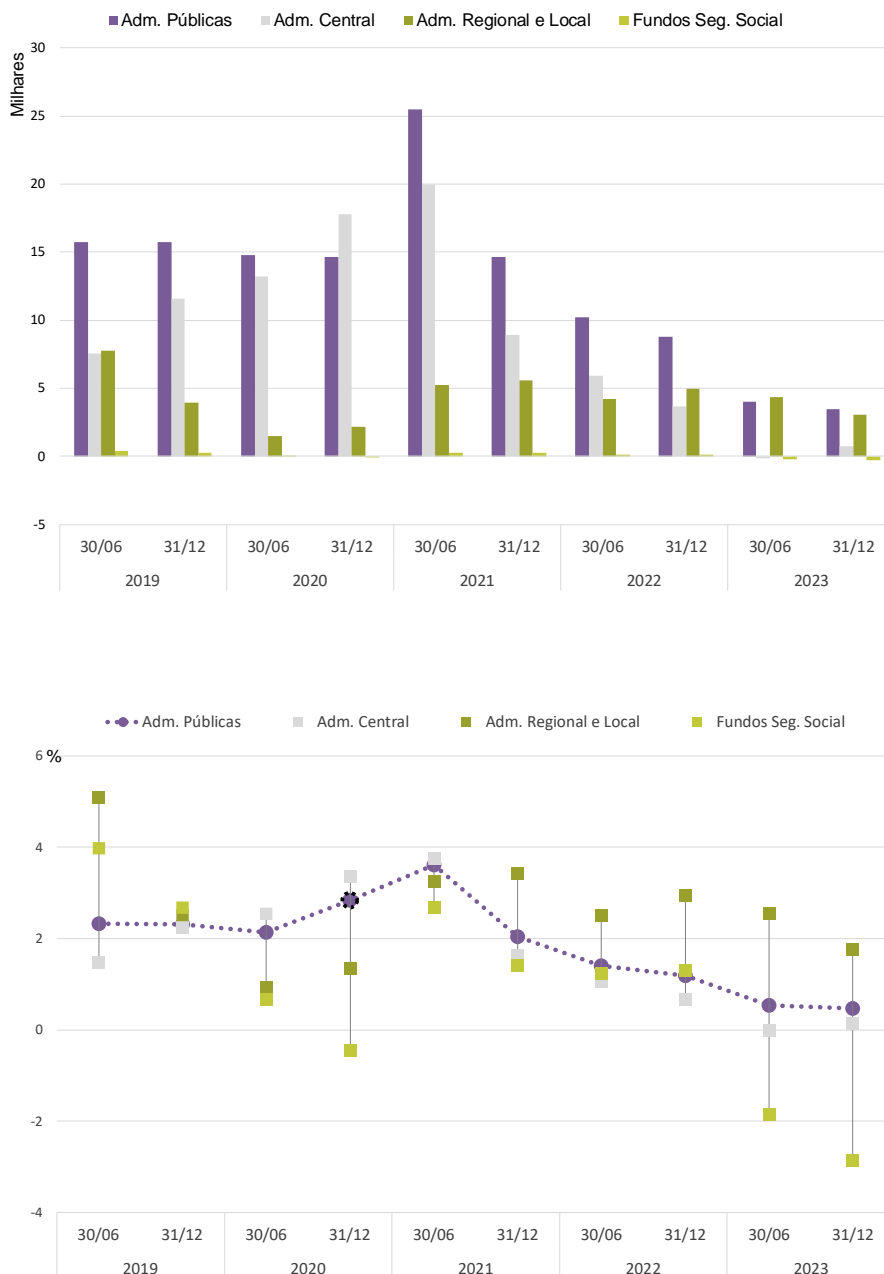
Gráfico 1.1 | Emprego nas administrações públicas por subsetor, 31 dezembro 2011 a 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Por subsetor, em 31 de dezembro de 2023, o setor das administrações públicas registou uma variação positiva de 0,5% face ao final do semestre homólogo (Gráfico 1.2). O subsetor da administração regional e local contribuiu para esse aumento com uma variação de 1,8% (mais 3 027 postos de trabalho) e o subsetor da administração central com uma variação de 0,1% (mais 716 postos de trabalho), face ao último semestre de 2022.

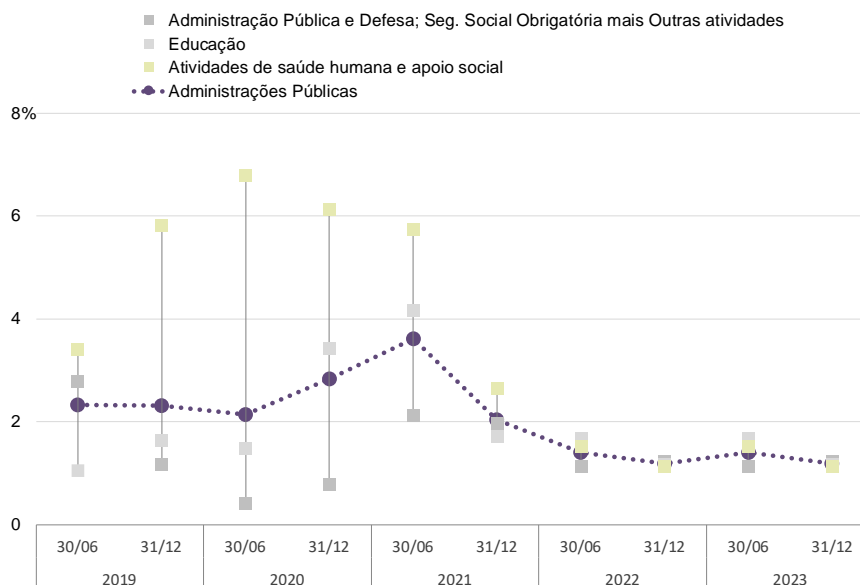
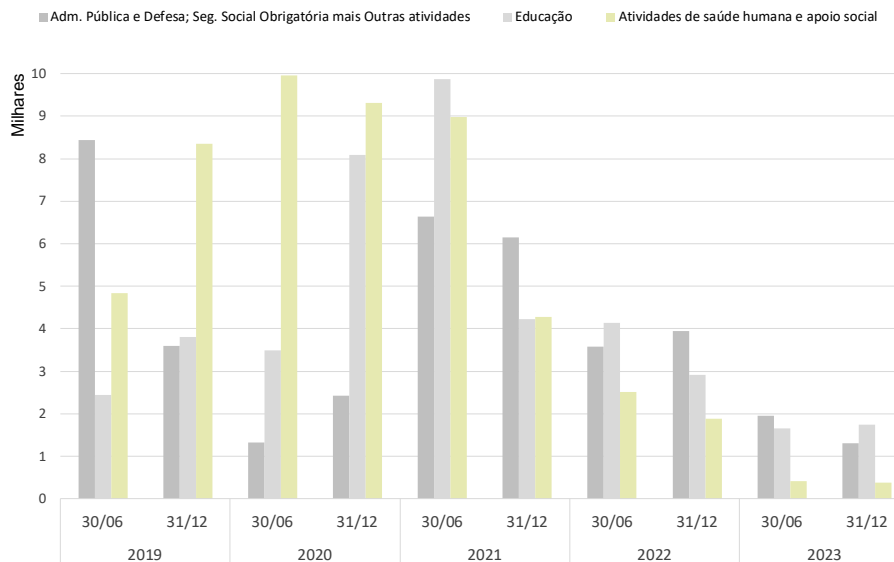
Gráfico 1.2 | Emprego nas administrações públicas por subsector – variação homóloga no final do semestre, 30 junho 2019 a 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Na análise da variação homóloga do emprego por atividade económica salienta-se, no final de 2023, o contributo positivo do emprego em todas as áreas de atividade económica com uma variação de +0,5%. Nas atividades de “Educação” o aumento foi de 1 742 postos de trabalho, nas atividades de “Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória e outras atividades” de 1 311 postos de trabalho e nas “Atividades de saúde humana e apoio social” de 375 postos de trabalho (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 | Emprego nas administrações públicas por CAE – variação homóloga no final do semestre, 30 junho 2019 a 31 dezembro 2023

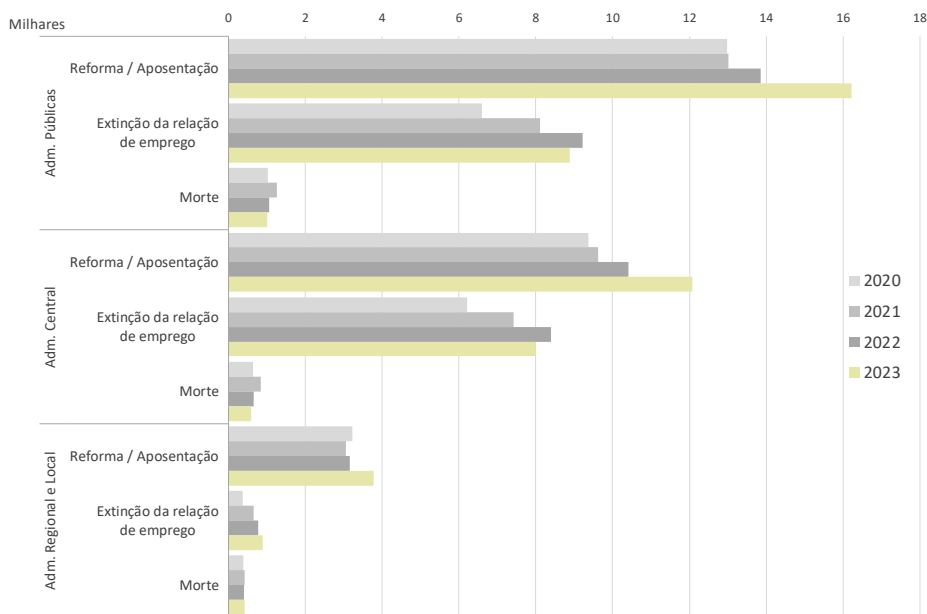


Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024)

Não considerando a **saída de trabalhadores** por caducidade de contrato a termo (certo ou incerto), no ano de 2023, a passagem à situação de reforma/aposentação representou 62,1% das saídas definitivas de trabalhadores nas administrações públicas (16 225 saídas), rácio que se situou em 58,5% e 74,4% das saídas definitivas de trabalhadores na administração central e na administração regional e local, respetivamente (Gráfico 1.4).

Os fluxos trimestrais de entradas e saídas de trabalhadores ao longo da série evidenciam, em particular, o impacto na variação do emprego público, do início e do fim de cada ano escolar (Gráfico 1.5).

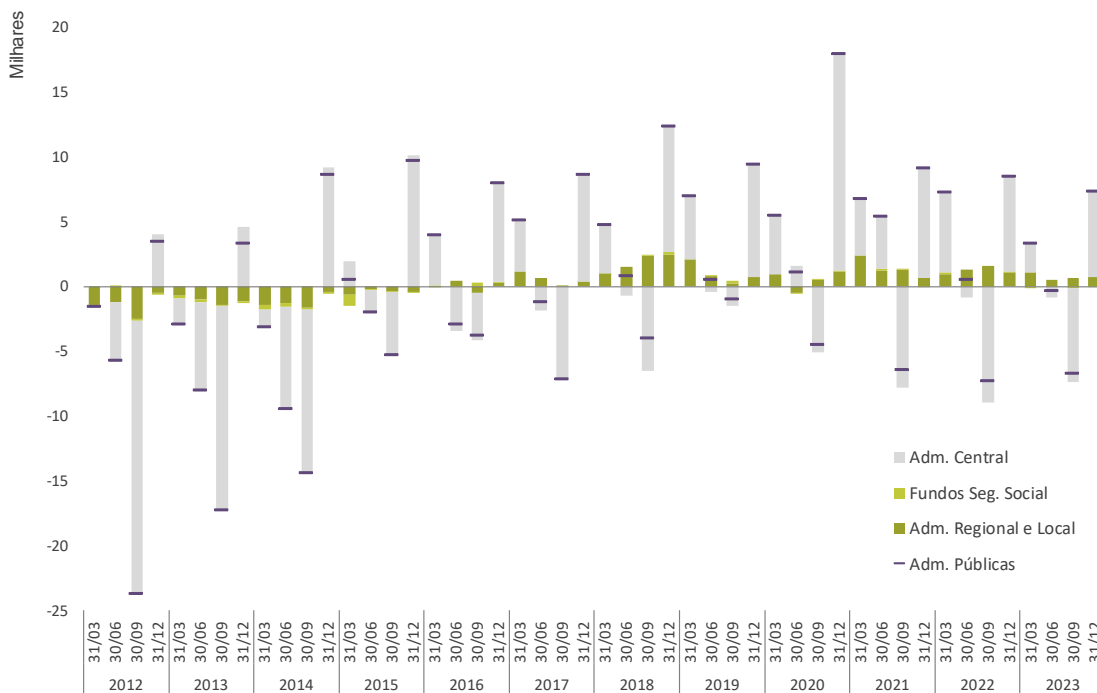
Gráfico 1.4 | Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados, 2020 a 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Nota: Fundos de segurança social incluídos no respetivo subsetor.

Gráfico 1.5 | Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsetor, 31 março 2012 a 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



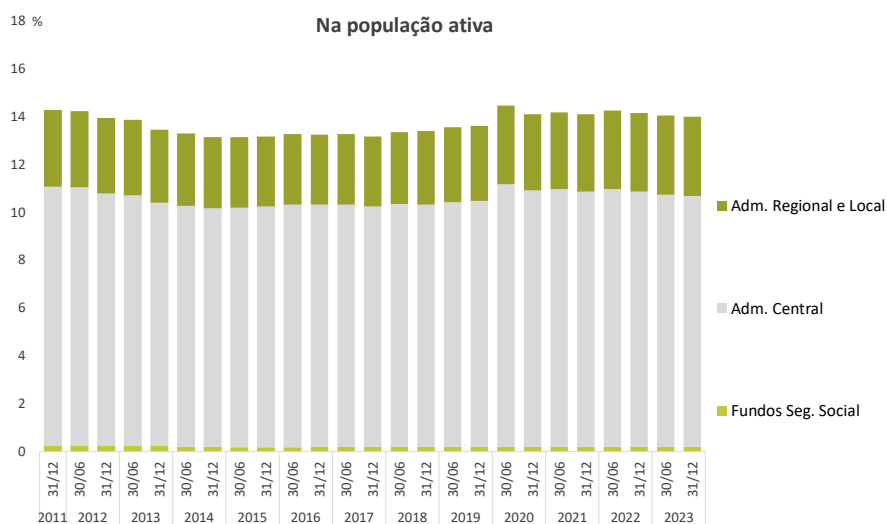
No final de 2023, em cada 100 trabalhadores que constituíam a população ativa (empregados e desempregados) 14,0 trabalhavam numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). O efeito das variações do emprego na administração central contribui significativamente para a evolução deste indicador ao longo da série (Gráfico 1.6).

Quadro 1.1 | Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2023

		Administrações públicas	Administração central	Administração regional e local	Administração regional dos Açores	Administração regional da Madeira	Administração local	Fundos de Segurança Social
Emprego nas administrações públicas por sexo 31 dez 2023 (postos de trabalho)	Homens	281 906	193 759	86 247	6 921	6 289	73 037	1 900
	Mulheres	463 684	364 972	89 857	13 445	14 622	61 790	8 855
	Total	745 590	558 731	176 104	20 366	20 911	134 827	10 755
Peso na população residente por sexo (%)	Homens	5,8	4,0	1,8	0,1	0,1	1,5	0,0
	Mulheres	8,5	6,7	1,6	0,2	0,3	1,1	0,2
	Total	7,2	5,4	1,7	0,2	0,2	1,3	0,1
Peso na população ativa por sexo (%)	Homens	10,6	7,3	3,2	0,3	0,2	2,7	0,1
	Mulheres	17,4	13,7	3,4	0,5	0,5	2,3	0,3
	Total	14,0	10,5	3,3	0,4	0,4	2,5	0,2
Peso na população empregada por sexo (%)	Homens	11,3	7,7	3,4	0,3	0,3	2,9	0,1
	Mulheres	18,7	14,7	3,6	0,5	0,6	2,5	0,4
	Total	15,0	11,2	3,5	0,4	0,4	2,7	0,2

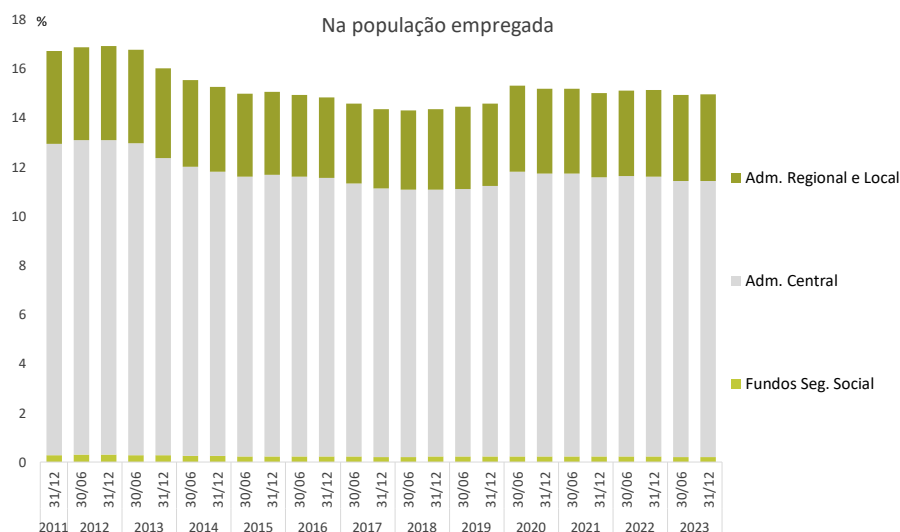
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Inquérito ao Emprego.

Gráfico 1.6 | Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa, 31 dezembro/4.º trimestre 2011 a 31 dezembro/4.º trimestre 2023



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Inquérito ao Emprego.

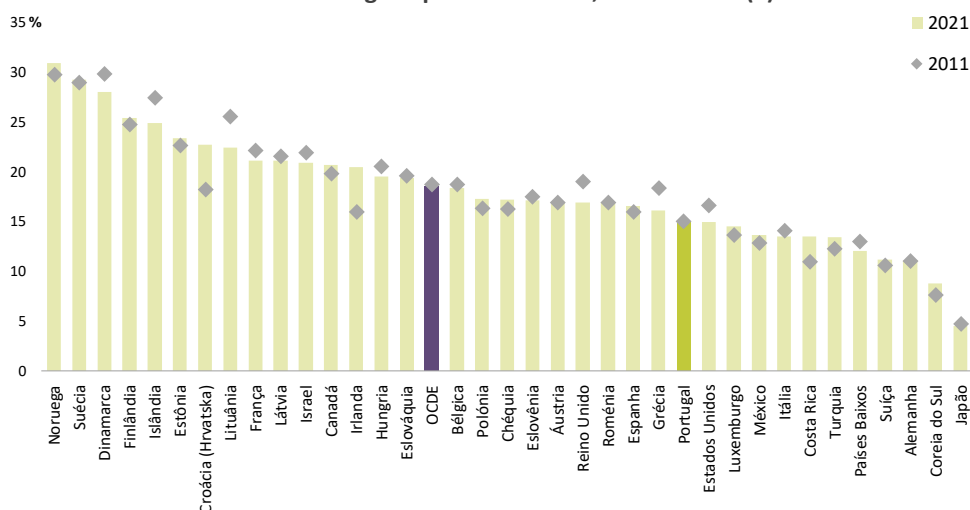
Gráfico 1.6 (continuação) | Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população empregada, 31 dezembro/4.º trimestre 2011 a 31 dezembro/4.º trimestre 2023



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Inquérito ao Emprego.

O peso do emprego nas administrações públicas varia significativamente entre os países da OCDE. Nos anos 2011 e 2021, os países nórdicos, como Noruega, Suécia e Dinamarca apresentaram os níveis mais altos de emprego público (próximo de 30% da população empregada), enquanto os países da OCDE da região asiática, Japão e Coreia do Sul, apresentaram os níveis mais baixos. Embora a maior parte dos países da OCDE registem uma redução da importância do emprego público em 2021, a média do emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada nos países da OCDE manteve-se relativamente estável, passando de 18,7% em 2011 para 18,6% em 2021. De acordo com os dados da OCDE, em Portugal o peso do emprego público na população empregada também diminuiu no período em causa, situando-se, em 2021, 3,7 p.p. abaixo da média da OCDE (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 | Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2011 e 2021 (*)



Fontes: OECD, 2023, Dataset: Government at a Glance, Indicator: Employment in general government as a percentage of total employment; Dados extraídos a 11-06-2024 de OECD.Stat; DGAEP-DIOEP.

Nota: (*) Os dados relativos à Islândia, ao Japão, ao México, à Turquia e aos Estados Unidos provêm da *International Labour Organization (ILO), ILOSTAT (database), Public employment by sectors and sub-sectors of national accounts*. Os dados do Chile, Colômbia e Nova Zelândia não estão disponíveis. Não estão disponíveis dados comparáveis para a Austrália. Os dados da Costa Rica, Islândia, Japão e Coreia do Sul não estão incluídos na média da OCDE, devido a falhas nas respetivas séries temporais. Costa Rica, Suíça e Roménia: 2020 em vez de 2021. Os dados relativos ao Japão não incluem fundos de segurança social.



Em Portugal, em dezembro de 2023, por cada 100 trabalhadores nas administrações públicas, 62 eram mulheres, em resultado de uma elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas (62,2%), quando comparada com o índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (49,9%). Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira a taxa de feminização era mais elevada, respetivamente de 66,0% e 69,9% (Gráfico 1.8). Por outro lado, o nível de tecnicidade (proporção de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior) do emprego nas administrações públicas, medido pela proporção de trabalhadores com ensino superior, era elevado (55,7%), situando-se 23,5 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa. O valor máximo deste indicador regista-se na administração central (61,8%) e o mínimo na administração local (30,7%) (Gráfico 1.9).

Gráfico 1.8 | Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2023

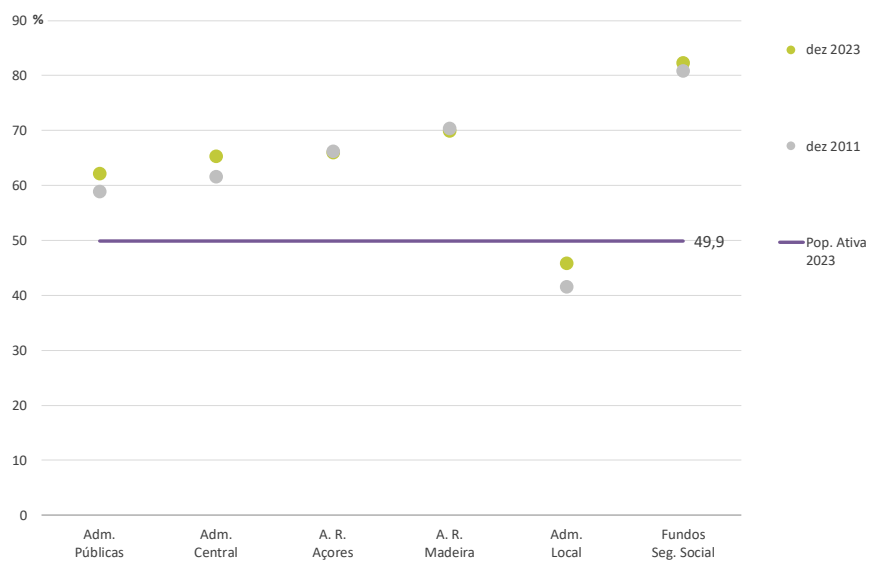
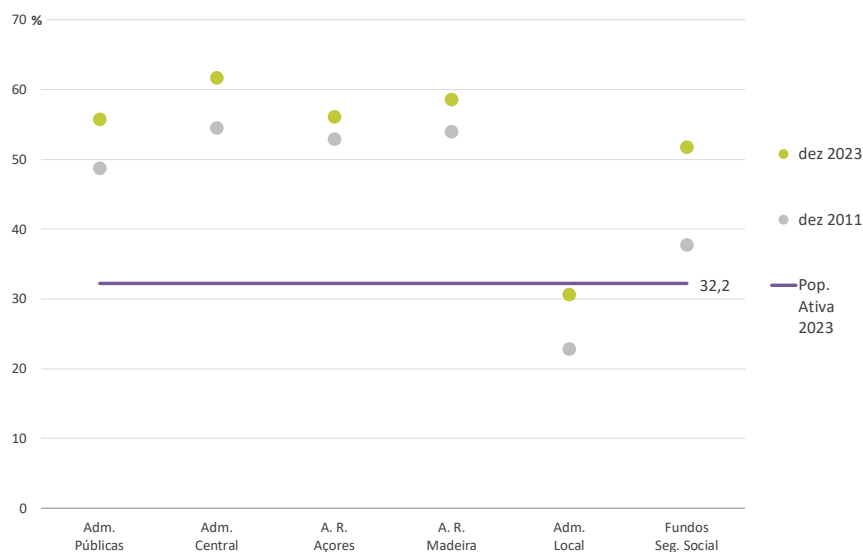


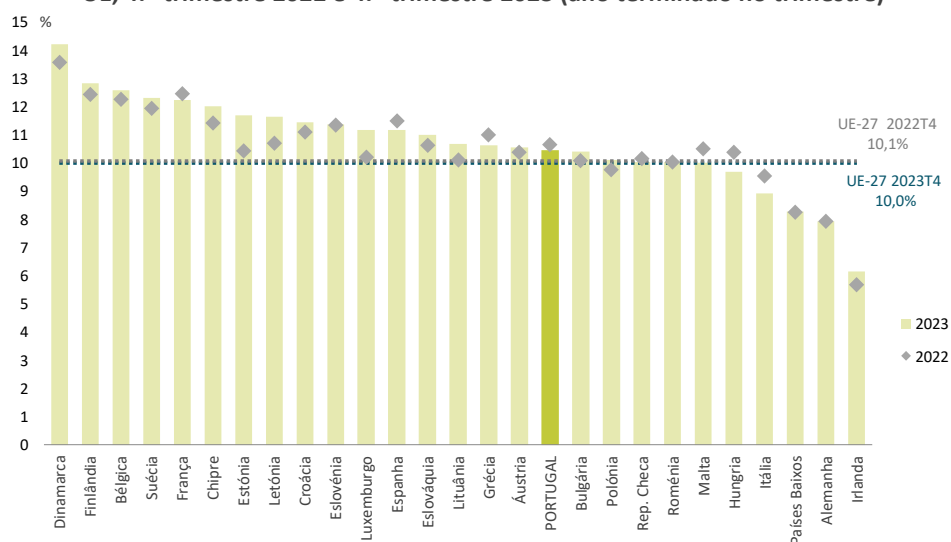
Gráfico 1.9 | Peso do número de trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2023



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Inquérito ao Emprego.

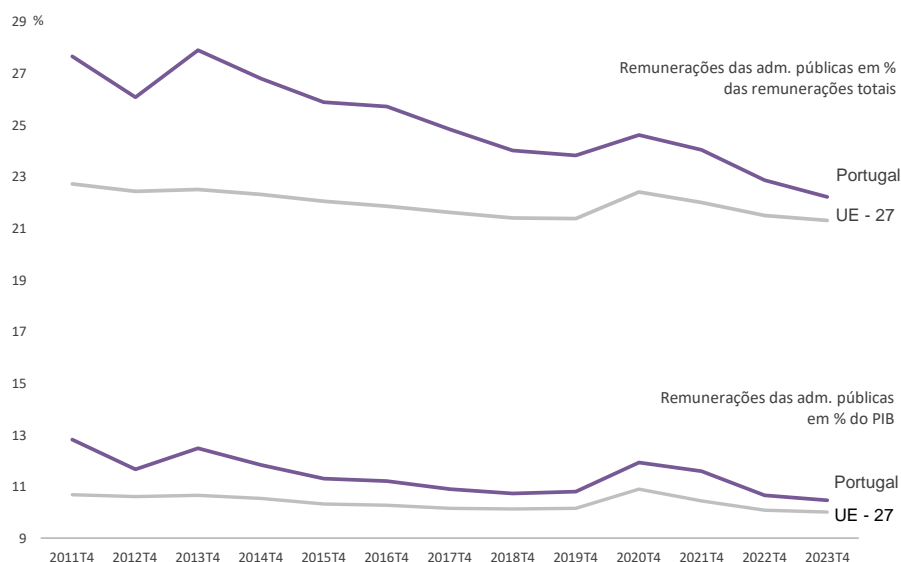
As remunerações das administrações públicas em contas nacionais em Portugal, no ano terminado no 4.º trimestre de 2023, representavam 10,5% do PIB a preços correntes, situando-se 0,5 p.p. acima da média dos países da União Europeia. Dos 27 países da UE, vinte e dois apresentavam um **rácio das remunerações das administrações públicas no PIB superior à média estimada para a UE** (Gráficos 1.10 e 1.11).

Gráfico 1.10 | Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2022 e 4.º trimestre 2023 (ano terminado no trimestre)



Desde dezembro de 2011, segundo a série de contas nacionais, com a aplicação do SEC 2010, Portugal tem apresentado um rácio das remunerações das administrações públicas nas remunerações do total da economia acima da média estimada para os países da UE. Portugal tem seguido a tendência dos países da UE de evolução do peso das remunerações das administrações públicas nas remunerações totais, verificando-se que nos últimos anos a diferença para os países da UE tem vindo a diminuir. No ano terminado no 4.º trimestre de 2023, o peso das remunerações das administrações públicas nas remunerações totais em Portugal foi 22,2%, o que representa a menor diferença de toda a série para o conjunto dos 27 países da UE (+0,9 p.p.).

Gráfico 1.11 | Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais e do PIB, em Portugal e na UE, 4.º trimestre 2011 ao 4.º trimestre 2023 (ano terminado no trimestre)



Fontes (Gráficos 1.10 e 1.11): EUROSTAT - *Quarterly non-financial accounts for general government*, SEC 2010, dados disponíveis em 22-04-2024, e *GDP and main components (output, expenditure and income)*, SEC 2010, dados disponíveis em 25-05-2023. Ano terminado no trimestre = soma de 4 trimestres; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsetor

2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsetor

No final do 2.º semestre de 2023, 32,9% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas encontravam-se na faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade. Com base na análise do quadro seguinte verifica-se, que 65,9% dos trabalhadores das administrações públicas tinham mais de 45 anos de idade.

As áreas governativas das Finanças e da Agricultura e Alimentação apresentavam o emprego com a

média etária mais alta, verificando-se que mais de metade dos trabalhadores tinham mais de 55 anos (56,3% na Agricultura e Alimentação e 52,7% nas Finanças). Por outro lado, na área governativa da Defesa Nacional verificava-se a maior proporção de trabalhadores com menos de 24 anos (23,2%), enquanto no conjunto das administrações públicas era de 2,3%. Nas áreas governativas da Habitação e Coesão Territorial não existiam trabalhadores neste escalão etário.

Quadro 2.1.1 | Estrutura etária dos trabalhadores por subsetor e área governativa, 31 dezembro 2023

Unidade: posto de trabalho	Total Emprego	Estrutura (%)						Total
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	745 590	2,3	10,9	21,0	32,9	28,7	4,3	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	558 731	2,8	11,7	21,2	32,3	27,8	4,2	100,0
Estado	314 631	3,5	8,3	18,2	34,8	30,9	4,4	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	235 101	1,9	16,3	25,2	28,9	23,8	4,0	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	549 732	2,8	11,7	21,2	32,3	27,8	4,2	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	12 957	0,3	7,5	12,5	32,8	40,3	6,6	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	4 216	0,4	7,5	18,9	39,6	29,2	4,5	100,0
Negócios Estrangeiros	2 896	0,4	11,4	20,2	31,6	27,6	8,8	100,0
Defesa Nacional	29 250	23,2	20,8	22,4	21,5	10,9	1,2	100,0
Administração Interna	46 638	6,7	19,6	28,3	34,9	10,2	0,3	100,0
Justiça	15 685	0,2	7,6	12,7	40,7	34,8	3,9	100,0
Finanças	10 857	0,2	1,7	6,3	39,2	44,2	8,4	100,0
Economia e Mar	3 439	0,1	4,9	16,2	39,6	33,9	5,4	100,0
Cultura	2 225	0,4	4,9	12,3	34,5	40,9	7,1	100,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	48 340	1,4	10,9	23,6	32,6	26,7	4,7	100,0
Educação	189 251	0,5	4,3	16,8	36,2	36,9	5,3	100,0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	5 770	0,1	2,8	13,9	44,0	35,2	4,1	100,0
Saúde	31 500	0,4	13,4	26,6	30,4	23,2	6,1	100,0
Ambiente e Ação Climática	3 589	1,1	8,6	16,2	30,4	36,7	7,1	100,0
Infraestruturas	1 965	0,8	5,3	16,7	33,8	36,5	6,8	100,0
Habitação	461	0,0	9,8	17,8	35,6	33,4	3,5	100,0
Coesão Territorial	1 341	0,0	3,4	12,2	34,8	40,8	8,9	100,0
Agricultura e Alimentação	4 079	0,1	2,3	9,6	31,8	44,9	11,4	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	135 266	2,7	20,5	26,8	25,9	21,2	3,0	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	7	0,0	0,0	0,0	57,1	42,9	0,0	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	8 999	1,2	10,7	24,5	31,7	28,4	3,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	176 104	0,7	8,7	20,7	34,5	31,0	4,4	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	20 366	1,1	13,1	24,4	31,4	26,0	4,0	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	20 911	0,5	8,8	20,9	36,1	29,5	4,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	134 827	0,7	8,0	20,1	34,7	32,0	4,5	100,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	10 755	0,1	3,7	12,3	43,0	34,9	6,0	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	8 790	0,1	2,8	11,3	45,5	34,3	6,1	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	603	0,8	7,5	22,9	35,3	29,0	4,5	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	1 362	0,2	7,6	14,3	30,3	41,8	5,8	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: (i) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República; (ii) Setor Empresarial inclui todas as entidades reclassificadas no setor das administrações públicas em contas nacionais (SEC 2010); (iii) Todos os trabalhadores ex-SME, os trabalhadores no regime de requalificação e no novo regime da valorização profissional (instituído pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que revoga o anterior regime de requalificação) disponíveis para o reinício de funções.

Entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2023 verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores das administrações públicas em todos os escalões etários abaixo dos 44 anos. Esta diminuição foi mais acentuada nas classes etárias dos 25-34 e dos 35-44 anos (em 2023, respetivamente menos 7,6 p.p. e menos 9,1 p.p. face à importância de 2011). Em contrapartida, as classes etárias acima dos 45 anos ganharam importância na estrutura etária da AP (mais 17,1 p.p. face a 2011) (Gráfico 2.1.1).

A análise da estrutura etária por subsetor em dezembro de 2023 revela o emprego menos envelhecido na administração regional dos Açores (38,6% dos trabalhadores tinham menos de 45 anos), enquanto na administração local e nos fundos da segurança social tinham maior importância os escalões etários com 45 e mais anos (Gráfico 2.1.2).

Gráfico 2.1.1 | Estrutura etária em 31 dezembro, 2011 e 2023

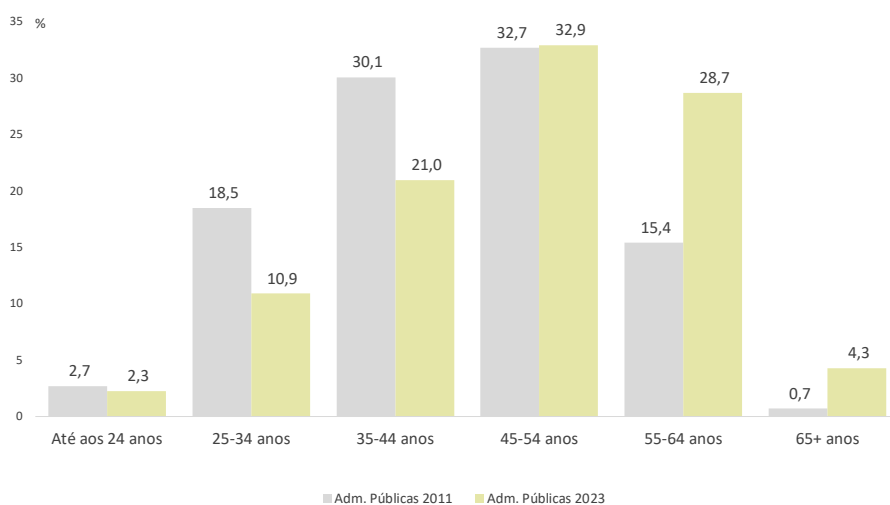
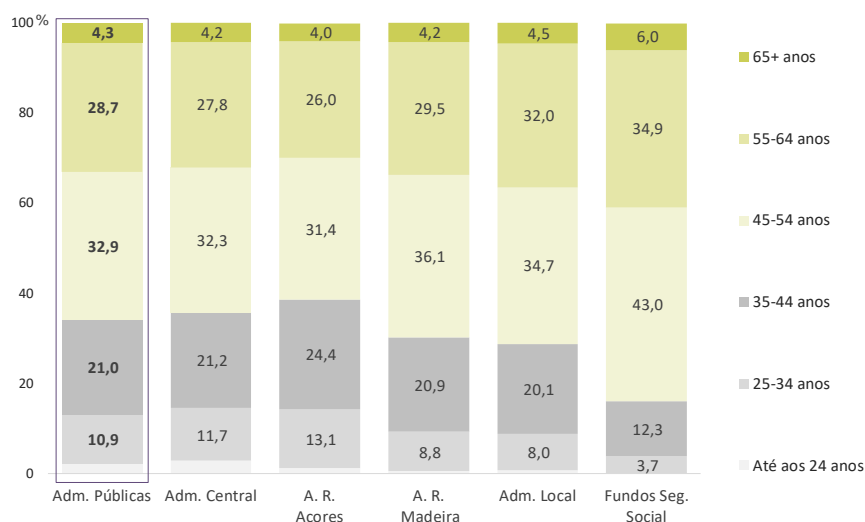


Gráfico 2.1.2 | Estrutura etária por subsetor, 31 dezembro 2023



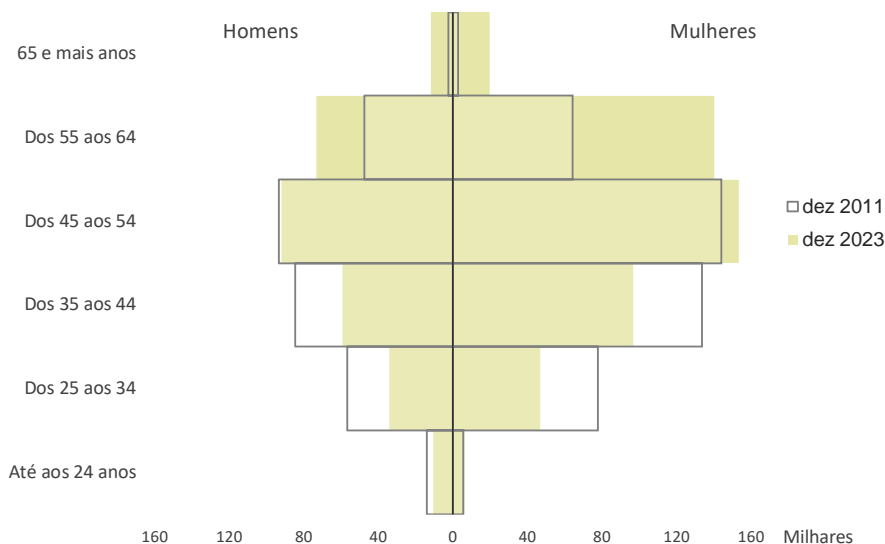
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



Quando comparada com o início da série (dezembro de 2011), a base da pirâmide etária do emprego nas AP tornou-se mais estreita e o topo mais largo, com o aumento do número de trabalhadores em idades mais avançadas, particularmente mulheres entre os 55 e os 64 anos. Assim, em 31 de dezembro de 2023, 62,2% dos postos de trabalho nas AP eram ocupados por mulheres, proporção que aumentou face a 2011 (58,9%).

A distribuição do emprego por sexo e escalão etário revela uma quebra acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos e entre os 35 e os 44 anos, mais evidente no caso das mulheres (-30,9 milhares e -37,0 milhares respetivamente, em 2023 face a 2011). O aumento do número de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas (a partir dos 55 anos) também foi mais evidente nas mulheres, passando de 66,8 milhares em 2011 para 160,4 milhares em 2023 (Gráfico 2.1.3).

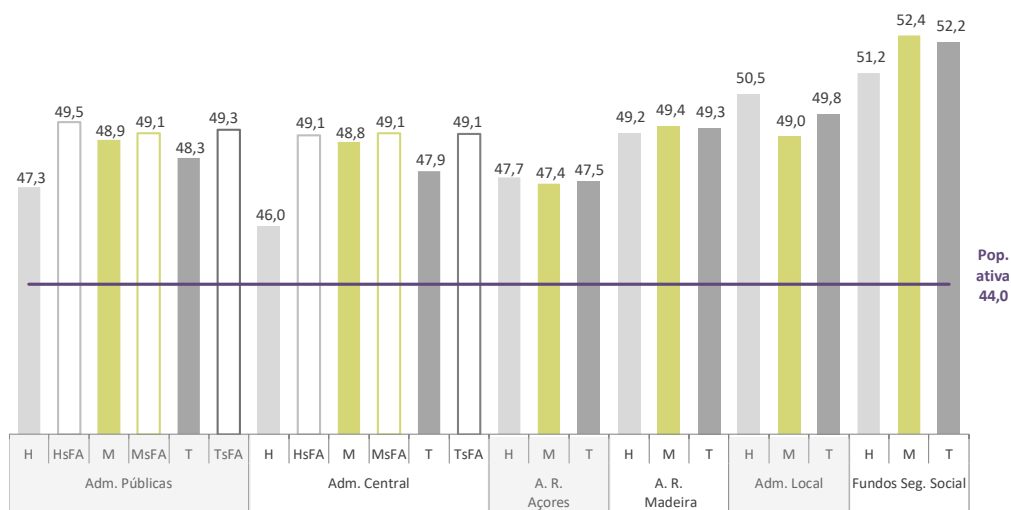
Gráfico 2.1.3 | Pirâmide etária do emprego nas administrações públicas em 31 dezembro, 2011 e 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Em 31 de dezembro de 2023, a idade média estimada no conjunto dos trabalhadores das administrações públicas (48,3 anos) e em cada um dos seus subsetores, era superior à idade média da população ativa do país (44,0 anos). Os valores mais elevados para este indicador registavam-se no subsetor dos fundos de segurança social (52,2 anos) e na administração local (49,8 anos) (Gráfico 2.1.4). Em termos globais, a idade média das mulheres nas administrações públicas era superior à dos homens em 1,6 anos, facto que é explicado sobretudo pela diferença de idades médias no subsetor da administração central (2,8 anos). Excluindo as carreiras das forças armadas e de segurança, a idade média dos trabalhadores das administrações públicas e da administração central cresce em pelo menos um ano: de 48,3 anos para 49,3 anos no caso do indicador global para as administrações públicas e de 47,9 anos para 49,1 anos no caso da administração central (Gráficos 2.1.4 e 2.1.5; Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.4 | Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) por sexo a 31 dezembro 2023, em comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2023

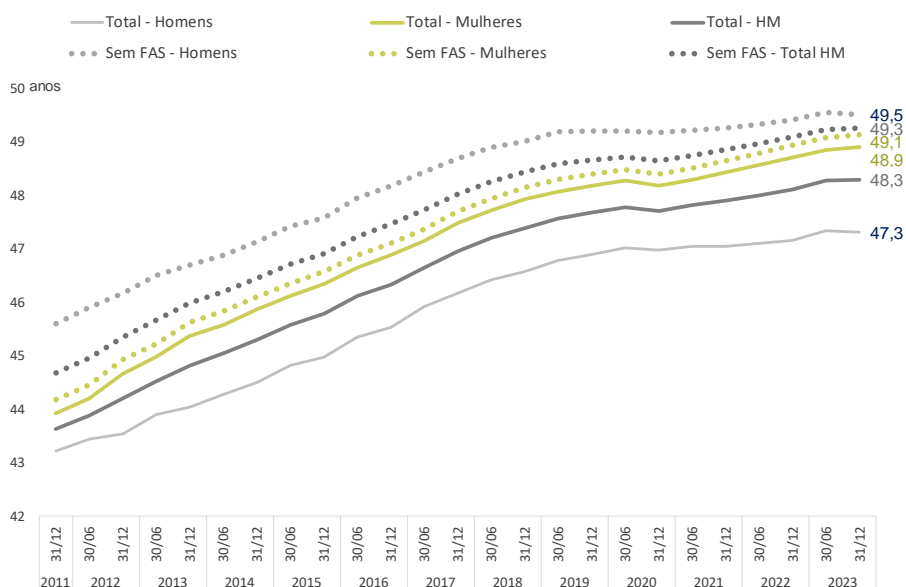


HsFA - Homens excluindo Forças Armadas e de Segurança MsFA - Mulheres excluindo Forças Armadas e de Segurança; TsFA- Total excluindo Forças Armadas e de Segurança.

Fontes: INE – Censos 2021 e Inquérito ao Emprego 1.ºT 2024 (cálculos DGAEP/DIOEP– ver IV. Notas Técnicas); DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

A idade média estimada para o total dos trabalhadores das administrações públicas em 2023 aumentou 4,7 anos em comparação com o final de 2011, verificando-se que em 2023, a idade média das mulheres (48,9) era mais elevada do que a dos homens (47,3). Não considerando as carreiras das forças armadas e de segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumentou, de forma geral, para os 49,3 anos de idade, sendo mais elevada nos homens (49,5 anos) do que mulheres (49,1 anos) (Gráfico 2.1.5 e Quadro 2.1.2).

Gráfico 2.1.5 | Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem FAS, 31 dezembro 2011 a 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



A idade média estimada dos trabalhadores da administração central situava-se nos 47,9 anos, verificando-se valores mais baixos nos trabalhadores das áreas governativas da Defesa Nacional e da Administração Interna (37,8 e 41,7 anos respetivamente), o que está patente nos elevados índices de renovação e de juventude, verificado em particular nos homens. Por outro lado, as áreas governativas das Finanças e da Agricultura e Alimentação são as que apresentam idades médias estimadas mais elevadas (54,9 anos) com índices de renovação muito baixos.

Quadro 2.1.2 | Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsetor, área governativa e sexo, 31 dezembro 2023

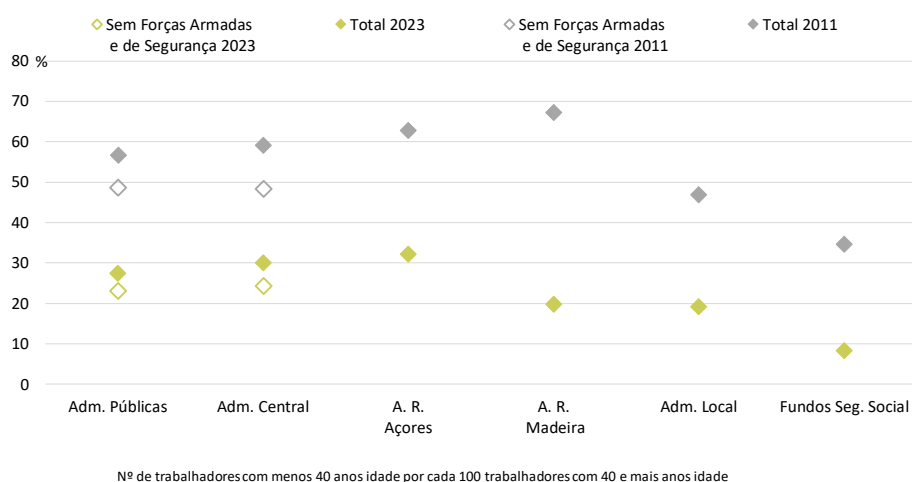
	Idade média estimada (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	47,3	48,9	48,3	34,5	18,5	24,0	32,7	24,3	27,4
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	49,5	49,1	49,3	16,2	16,6	16,5	22,9	23,2	23,1
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	46,0	48,8	47,9	50,4	20,0	28,5	39,9	25,4	30,1
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	49,1	49,1	49,1	20,0	17,7	18,3	25,6	24,0	24,4
Estado	45,3	51,3	49,0	64,3	8,6	22,6	41,3	13,0	22,1
Serviços e Fundos Autónomos	47,1	45,9	46,3	33,2	42,2	39,2	38,3	44,7	42,6
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	46,0	48,9	47,9	50,9	20,0	28,7	40,1	25,4	30,1
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	53,4	51,5	52,2	3,4	7,0	5,7	9,9	18,8	15,6
Presidência do Conselho de Ministros	48,7	50,5	49,8	17,1	6,6	10,2	21,3	14,5	17,0
Negócios Estrangeiros	49,8	49,5	49,6	13,5	20,5	17,5	27,1	21,8	24,0
Defesa Nacional	36,6	41,7	37,8	440,7	119,0	296,3	132,0	81,3	118,1
Administração Interna	41,6	42,3	41,7	172,4	101,4	158,3	62,8	71,7	63,7
Justiça	49,4	52,6	51,0	8,9	4,6	6,1	20,3	12,1	15,8
Finanças	54,1	55,4	54,9	2,4	2,0	2,1	4,0	3,9	3,9
Economia e Mar	50,9	51,6	51,4	4,9	5,0	5,0	13,1	11,2	12,0
Cultura	52,0	53,0	52,6	6,6	4,6	5,2	11,8	11,5	11,6
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	48,2	48,0	48,1	23,2	19,4	21,1	30,1	28,2	29,1
Educação	51,8	51,7	51,7	8,0	5,2	5,6	10,6	10,2	10,3
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	52,2	51,9	52,0	2,0	1,5	1,6	8,0	7,1	7,4
Saúde	46,9	47,7	47,5	33,7	22,4	24,4	42,6	32,3	34,3
Ambiente e Ação Climática	50,3	51,5	50,9	18,5	7,3	12,4	24,5	14,3	18,8
Infraestruturas	51,2	51,8	51,5	6,9	5,0	5,9	18,4	11,2	14,2
Habituação	49,8	49,9	49,9	8,9	9,2	9,1	17,6	18,6	18,2
Coesão Territorial	54,3	53,1	53,5	2,9	1,5	2,0	6,6	8,0	7,5
Agricultura e Alimentação	55,4	54,5	54,9	2,0	1,5	1,7	6,5	6,1	6,3
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	45,7	44,2	44,6	47,7	64,1	59,1	48,5	60,2	56,8
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	52,0	58,0	56,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	48,2	48,1	48,2	18,8	17,5	17,8	27,3	27,8	27,7
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	50,1	48,9	49,5	11,5	13,7	12,5	19,5	21,9	20,7
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	47,7	47,4	47,5	22,7	24,9	24,1	31,4	32,7	32,3
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	49,2	49,4	49,3	15,6	13,0	13,7	21,6	19,0	19,7
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50,5	49,0	49,8	10,4	11,7	10,9	18,3	20,5	19,3
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	51,2	52,4	52,2	4,8	3,4	3,6	8,9	8,3	8,4
Fundos de Segurança Social da Administração Central	51,4	52,7	52,5	2,8	2,0	2,2	7,7	6,4	6,7
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	48,9	49,4	49,3	10,7	12,2	12,0	17,0	22,0	21,1
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	50,5	52,1	51,9	17,5	7,8	8,8	15,0	15,4	15,3

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1. Ver também Notas Técnicas – Conceitos.

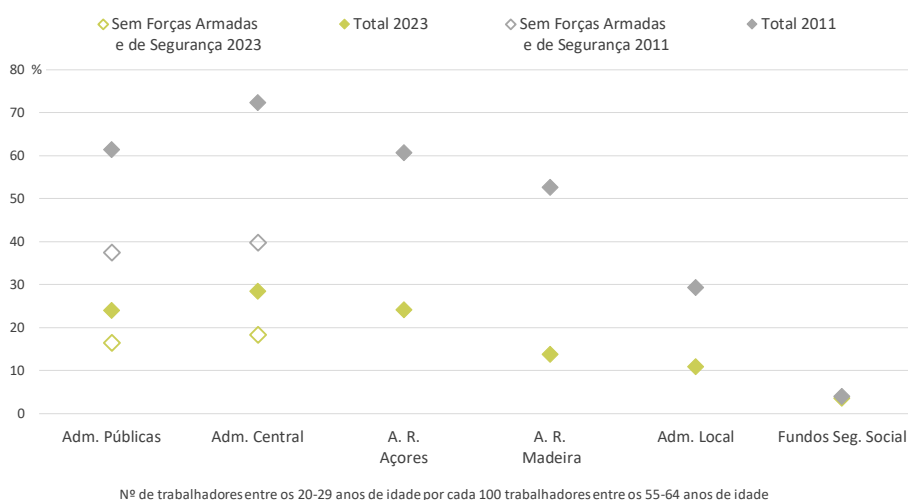
Todos os subsectores das administrações públicas apresentavam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos era inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade, situação que se agravou desde 2011. O indicador era particularmente baixo nos fundos da segurança social, subsector em que a idade média era também a mais elevada. Nos subsectores da administração local e da administração regional da Madeira registaram-se igualmente índices de juventude abaixo do valor médio das administrações públicas (27,4): respetivamente 19,3 e 19,7 trabalhadores com menos de 40 anos por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.6).

Gráfico 2.1.6 | Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2023



O índice de renovação dos trabalhadores diminuiu em todos os subsectores das administrações públicas entre 2011 e 2023: **em 31 de dezembro de 2023, por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existiam apenas 24,0 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos**, índice que era bastante inferior ao registado a 31 de dezembro de 2011 (61,4). Em ambos os momentos, o índice de renovação reduz-se quando se excluem as forças armadas e de segurança, com maior número de trabalhadores jovens (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.7).

Gráfico 2.1.7 | Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança) em 31 dezembro, 2011 e 2023



Fonte: (Gráficos 2.1.6 e 2.1.7): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: Para mais informação sobre o cálculo de índices ver também Notas Técnicas.



2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector

No final do segundo semestre de 2023, em termos globais, no setor das administrações públicas mais de metade dos trabalhadores detinham habilitações ao nível do ensino superior (55,7% face 32,2% na população ativa total). Ainda assim, 128,1 mil postos de trabalho (17,2%) das administrações públicas estavam ocupados por trabalhadores que detinham apenas o ensino básico.

Na administração central, a proporção de trabalhadores com ensino superior era 61,8%. As áreas governativas que apresentavam maior proporção de trabalhadores com ensino superior (acima de 70%) eram: Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (86,4%), Coesão Territorial (77,6%), Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (76,8%), Habitação (76,6%), Economia e Mar (75,0%), Educação (72,2%) e Presidência do Conselho de Ministros (70,1%).

Na administração local, o nível de escolaridade dos trabalhadores era mais baixo: 30,7% detinham ensino superior, 32,5% ensino secundário e 36,8% apenas o ensino básico. Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira, os trabalhadores com ensino superior representavam a maioria dos trabalhadores: respetivamente, 56,1% e 58,5%.

Quadro 2.2.1 | Emprego por subsector e área governativa segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2023

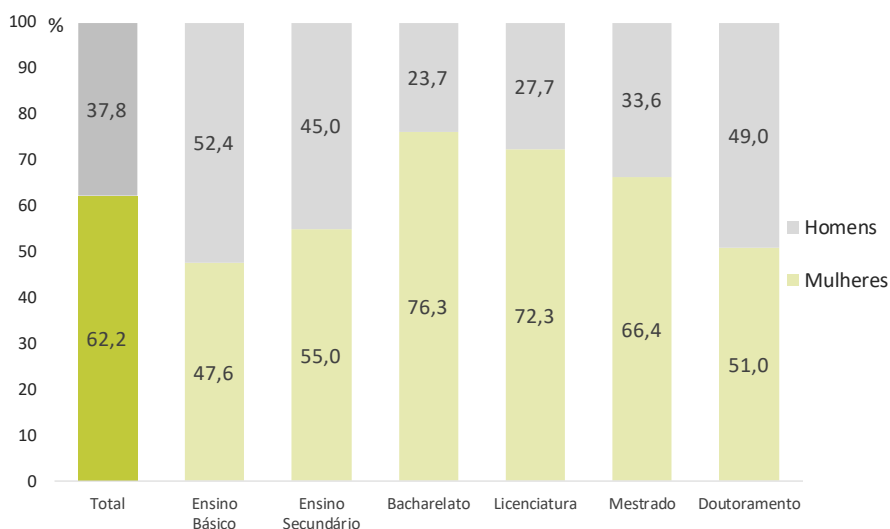
Unidade: posto de trabalho

	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino Superior			Total	Estrutura por subsector e área governativa (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	55 738	72 339	22 392	179 464	15 859	302 580	97 218	745 590	17,2	27,1	55,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	21 270	46 209	17 138	129 037	13 526	242 429	89 122	558 731	12,1	26,2	61,8	100,0
Estado	10 323	28 797	12 881	85 186	5 594	140 986	30 864	314 631	12,4	31,2	56,4	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	10 247	16 291	4 230	41 631	7 771	97 604	57 327	235 101	11,3	19,5	69,2	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	20 570	45 088	17 111	126 817	13 365	238 590	88 191	549 732	11,9	26,2	61,9	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	186	767	3 874	2 283	51	5 484	312	12 957	7,4	47,5	45,1	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	56	144	119	942	43	2 254	658	4 216	4,7	25,2	70,1	100,0
Negócios Estrangeiros	174	151	67	528	101	1 424	451	2 896	11,2	20,5	68,2	100,0
Defesa Nacional	752	2 545	628	15 960	333	7 104	1 928	29 250	11,3	56,7	32,0	100,0
Administração Interna	646	8 480	4 813	27 424	132	3 743	1 400	46 638	19,6	69,1	11,3	100,0
Justiça	641	1 621	1 120	5 907	181	5 533	682	15 685	14,4	44,8	40,8	100,0
Finanças	194	218	675	3 421	290	5 358	701	10 857	3,8	37,7	58,5	100,0
Economia e Mar	60	141	58	600	49	1 853	678	3 439	5,8	19,1	75,0	100,0
Cultura	77	177	50	577	23	917	404	2 225	11,4	28,2	60,4	100,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 008	1 364	379	3 821	217	11 470	30 081	48 340	4,9	8,7	86,4	100,0
Educação	7 613	14 822	1 569	28 564	4 380	107 883	24 420	189 251	11,9	15,9	72,2	100,0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	43	117	88	1 092	74	3 812	544	5 770	2,8	20,5	76,8	100,0
Saúde	789	1 430	604	6 736	1 260	14 501	6 180	31 500	7,0	23,3	69,7	100,0
Ambiente e Ação Climática	220	218	69	666	41	1 645	730	3 589	12,2	20,5	67,3	100,0
Infraestruturas	27	77	64	542	38	824	393	1 965	5,3	30,8	63,9	100,0
Habitação	8	21	7	72	6	287	60	461	6,3	17,1	76,6	100,0
Coesão Territorial	22	53	29	197	11	798	231	1 341	5,6	16,9	77,6	100,0
Agricultura e Alimentação	188	265	96	845	100	2 087	498	4 079	11,1	23,1	65,8	100,0
setor Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	7 866	12 477	2 802	26 640	6 035	61 607	17 839	135 266	15,0	21,8	63,2	100,0
Regimes de Qualificação/Valorização Profissional (iii)	0	0	0	0	0	6	1	7	0,0	0,0	100,0	100,0
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Central	700	1 121	27	2 220	161	3 839	931	8 999	20,2	25,0	54,8	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	33 844	25 538	4 827	46 879	2 223	55 200	7 593	176 104	33,7	29,4	36,9	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	2 853	2 354	488	3 237	455	10 072	907	20 366	25,6	18,3	56,1	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	2 681	1 849	598	3 540	515	10 388	1 340	20 911	21,7	19,8	58,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	28 310	21 335	3 741	40 102	1 253	34 740	5 346	134 827	36,8	32,5	30,7	100,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	624	592	427	3 548	110	4 951	503	10 755	11,3	37,0	51,7	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	215	266	260	3 111	99	4 372	467	8 790	5,5	38,4	56,2	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	19	114	87	161	0	203	19	603	22,1	41,1	36,8	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	390	212	80	276	11	376	17	1 362	44,2	26,1	29,7	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: (i) a (iii) Ver Notas Quadro 2.1.1.

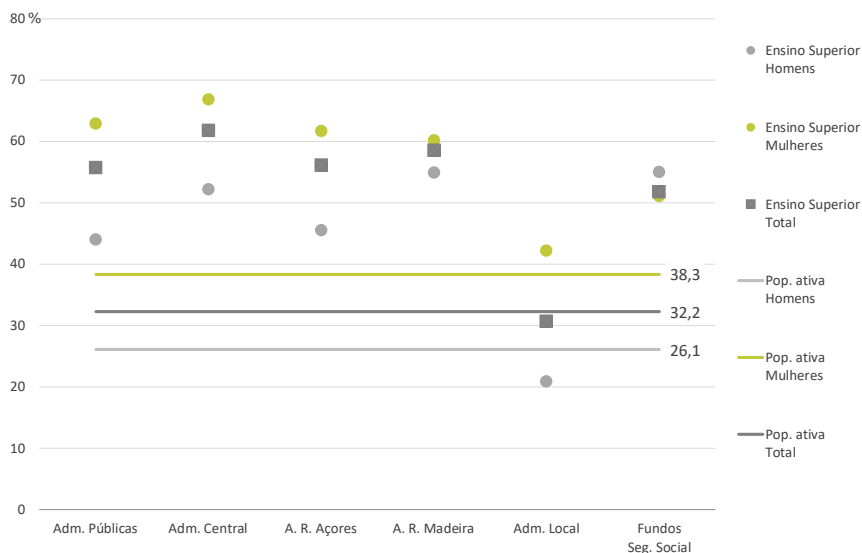
Gráfico 2.2.1 | Nível de escolaridade do emprego nas administrações públicas por sexo em 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

O nível de tecnicidade das mulheres nas administrações públicas era superior ao verificado para os homens: 62,9% e 44,0%, respetivamente. Com exceção dos fundos da segurança social, esta situação verificava-se em todos os subsectores da administração pública, sendo que na administração local a diferença entre o peso do ensino superior nas mulheres (42,2%) e nos homens (20,9%) era maior (Gráfico 2.2.2).

Gráfico 2.2.2 | Proporção de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2023



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Inquérito ao Emprego.



3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

3.1 Dirigentes nas administrações públicas ²

Em comparação com o período homólogo, em 31 de dezembro de 2023 observou-se um aumento de 3,2% do número total de dirigentes nas administrações públicas, mais significativo na administração regional e local (5,4%) (Quadro e Gráfico 3.1.1).

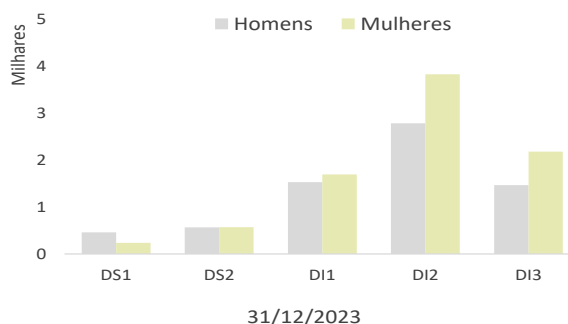
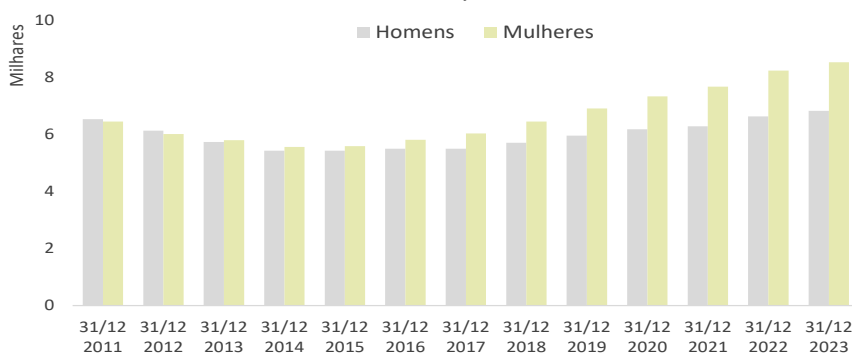
A idade média global dos dirigentes nos diversos níveis de administração era de 51,3 anos, sendo mais elevada a dos dirigentes superiores de 1.º grau: 55,3 anos. A administração regional dos Açores e administração local eram os subsectores com a idade média dos dirigentes mais baixa: 48,1 anos e 50,3 anos, respetivamente (Gráfico 3.1.2).

Quadro 3.1.1 | Dirigentes nas administrações públicas por cargo em 31 dezembro, 2022 e 2023

Unidade: posto de trabalho Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL			FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL		
	31 dez 2022	31 dez 2023	VH (%)	31 dez 2022	31 dez 2023	VH (%)	31 dez 2022	31 dez 2023	VH (%)	31 dez 2022	31 dez 2023	VH (%)
Total Dirigentes	14 849	15 330	3,2	8 040	8 217	2,2	5 757	6 066	5,4	1 052	1 047	-0,5
Dirigente superior:	1 830	1 843	0,7	1 337	1 346	0,7	473	476	0,6	20	21	5,0
Dirigente Superior de 1.º grau	691	701	1,4	404	406	0,5	281	289	2,8	6	6	0,0
Dirigente Superior de 2.º grau	1 139	1 142	0,3	933	940	0,8	192	187	-2,6	14	15	7,1
Dirigente intermédio:	13 019	13 487	3,6	6 703	6 871	2,5	5 284	5 590	5,8	1 032	1 026	-0,6
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 163	3 228	2,1	2 128	2 195	3,1	973	970	-0,3	62	63	1,6
Dirigente Intermédio de 2.º grau	6 479	6 611	2,0	2 998	3 030	1,1	3 054	3 151	3,2	427	430	0,7
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	3 377	3 648	8,0	1 577	1 646	4,4	1 257	1 469	16,9	543	533	-1,8

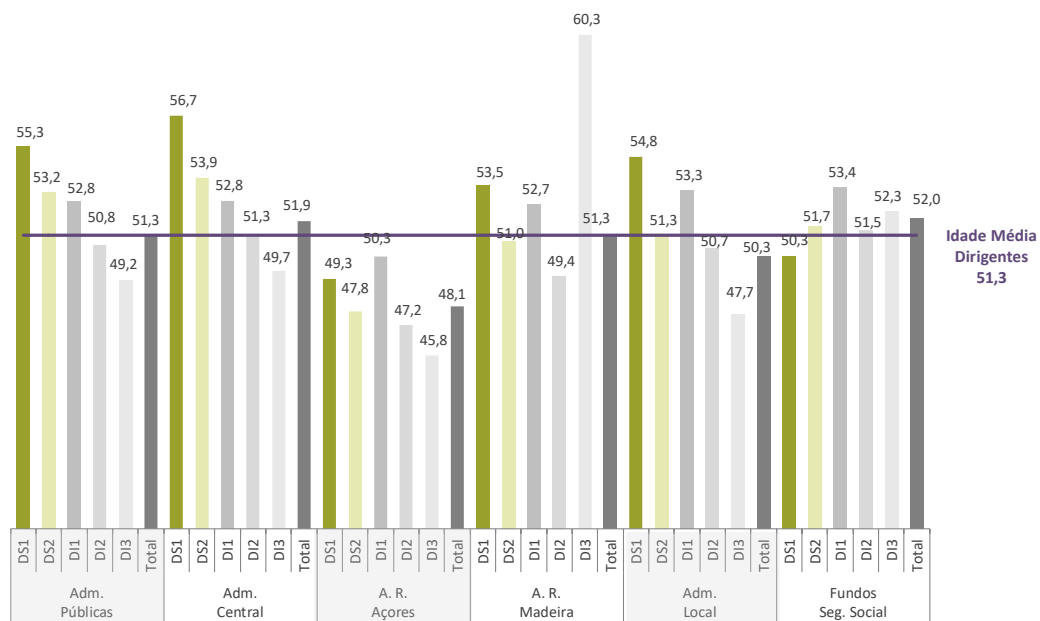
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 3.1.1 | Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo em 31 dezembro, 2011 a 2023



² Texto destacado nesta página, Quadro 3.1.1 e Gráfico 3.1.1 corrigidos a 26/07/2024.

Gráfico 3.1.2 | Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31 dezembro 2023



Fonte (Gráficos 3.1.1 e 3.1.2): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: DS1 – Dirigente superior de 1º grau DS2 – Dirigente superior de 2º grau D11 – Dirigente intermédio de 1º grau D12 - Dirigente intermédio de 2º grau D13 - Dirigente intermédio de 3.º e mais graus.

O valor estimado da remuneração base média mensal do total dos dirigentes no setor das administrações públicas, em outubro 2023 era de 2 915,8€, tendo registado um aumento de 3,4%, face ao período homólogo, enquanto o ganho médio mensal teve um aumento de 4,2% (3 487,7€). Na administração regional e local salientam-se os aumentos registados nas remunerações e ganhos dos dirigentes intermédios de 3º e mais graus (Quadro 3.1.2, Gráficos 3.1.3 a 3.1.4).

Quadro 3.1.2 | Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas em outubro, 2022 e 2023

Designação	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
	out 2022	out 2023	VH (%)	out 2022	out 2023	VH (%)	out 2022	out 2023	VH (%)	out 2022	out 2023	VH (%)
Total Dirigentes	2 820,8	2 915,8	3,4	3 346,2	3 487,7	4,2	3 050,3	3 151,9	3,3	3 666,0	3 822,7	4,3
Dirigente superior:	3 902,6	4 073,1	4,4	4 863,3	5 109,6	5,1	4 082,0	4 253,0	4,2	5 106,2	5 343,6	4,7
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	4 073,4	4 251,1	4,4	5 085,3	5 344,1	5,1	4 412,1	4 582,5	3,9	5 583,5	5 830,5	4,4
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	3 795,6	3 961,1	4,4	4 724,2	4 961,9	5,0	3 937,1	4 108,9	4,4	4 896,5	5 130,5	4,8
Dirigente intermédio:	2 680,9	2 770,1	3,3	3 150,1	3 283,6	4,2	2 862,3	2 952,4	3,1	3 403,7	3 547,1	4,2
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	3 240,7	3 328,8	2,7	3 943,2	4 066,6	3,1	3 329,0	3 399,2	2,1	4 043,3	4 133,5	2,2
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	2 718,5	2 817,0	3,6	3 148,8	3 311,1	5,2	2 821,4	2 932,7	4,0	3 323,4	3 519,8	5,9
<i>Dirigente Int. de 3.º e mais graus</i>	2 079,3	2 177,4	4,7	2 402,1	2 523,8	5,1	2 318,7	2 394,7	3,3	2 703,9	2 818,0	4,2

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Quadro 3.1.2 (continuação) | Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas em outubro, 2022 e 2023

Unidade: euro

Designação	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
	out 2022	out 2023	VH (%)	out 2022	out 2023	VH (%)	out 2022	out 2023	VH (%)	out 2022	out 2023	VH (%)
Total Dirigentes	2 640,6	2 727,8	3,3	2 980,6	3 110,7	4,4	2 031,7	2 145,0	5,6	2 829,0	2 993,2	5,8
Dirigente superior:	3 356,6	3 520,1	4,9	4 098,7	4 356,7	6,3	4 198,9	4 191,2	-0,2	5 837,2	5 902,5	1,1
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	3 571,6	3 758,2	5,2	4 330,7	4 604,1	6,3	4 540,7	4 866,8	7,2	6 469,2	6 964,7	7,7
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	2 997,5	3 095,1	3,3	3 711,0	3 915,3	5,5	4 028,0	3 921,0	-2,7	5 521,1	5 477,6	-0,8
Dirigente intermédio:	2 581,8	2 667,7	3,3	2 888,9	3 016,1	4,4	1 993,9	2 103,2	5,5	2 776,6	2 933,8	5,7
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	3 038,8	3 163,3	4,1	3 683,4	3 874,9	5,2	3 305,0	3 418,2	3,4	4 482,5	4 664,8	4,1
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	2 649,2	2 737,5	3,3	2 923,7	3 061,8	4,7	2 472,7	2 571,4	4,0	3 450,0	3 606,8	4,5
<i>Dirigente Int. de 3.º e mais graus</i>	2 041,8	2 158,6	5,7	2 155,6	2 304,2	6,9	1 466,0	1 569,2	7,0	2 049,8	2 184,9	6,6

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 3.1.3 | Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2023

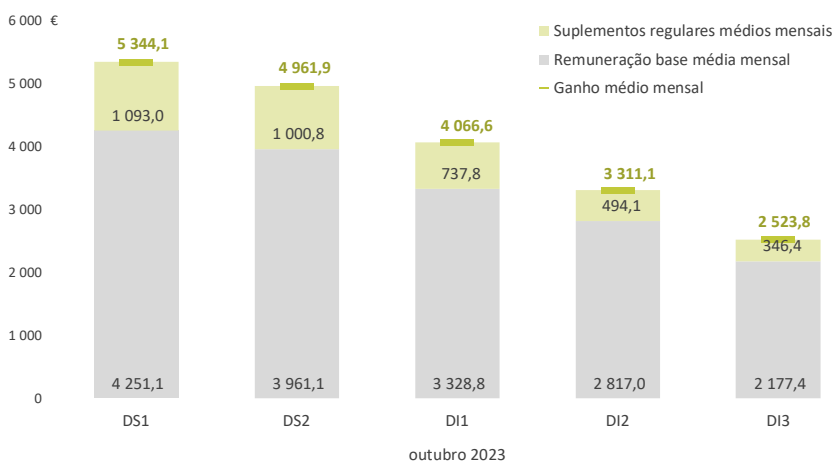
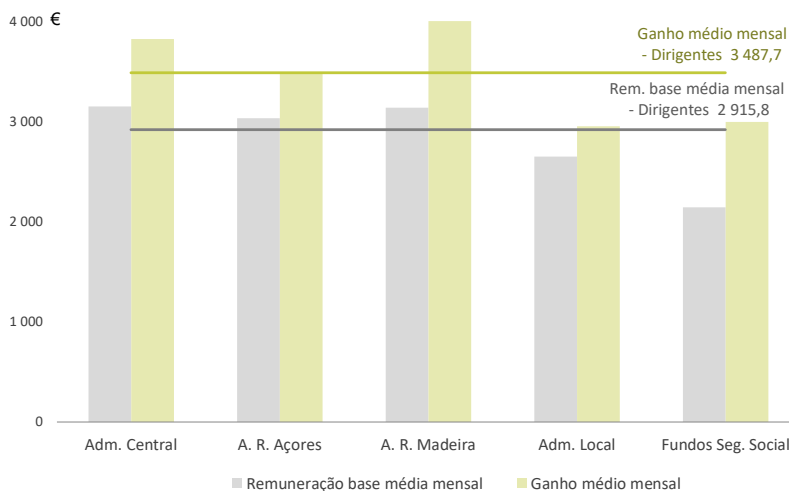


Gráfico 3.1.4 | Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

O escalão etário dos 45 aos 54 anos é o mais representativo dos trabalhadores das administrações públicas, sendo as carreiras gerais (assistente operacional, assistente técnico, técnico superior) e de docente do ensino básico e secundário as mais representadas neste escalão etário e no total de emprego.

No total das administrações públicas, as carreiras de oficial dos registos e notariado e de administração tributária e aduaneira apresentam as idades médias estimadas dos trabalhadores mais elevadas (57,6 e 54,9 anos, respetivamente). As carreiras das forças armadas, bombeiro, polícia municipal, forças de segurança e médico apresentam um índice de renovação superior a 100 e as idades médias mais baixas. As carreiras no setor da saúde, de enfermagem, médica e técnicos de diagnóstico e terapêutica revelam índices de renovação e de juventude bastante acima da média por via da entrada de novos profissionais, em particular da carreira médica que apresenta um índice de juventude superior a 100 (100,2 para os homens e 138,5 para as mulheres). A carreira das forças armadas destaca-se por ter o índice de juventude mais alto (162,3 para os homens e 307,6 para as mulheres).

Quadro 3.2.1 | Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2023

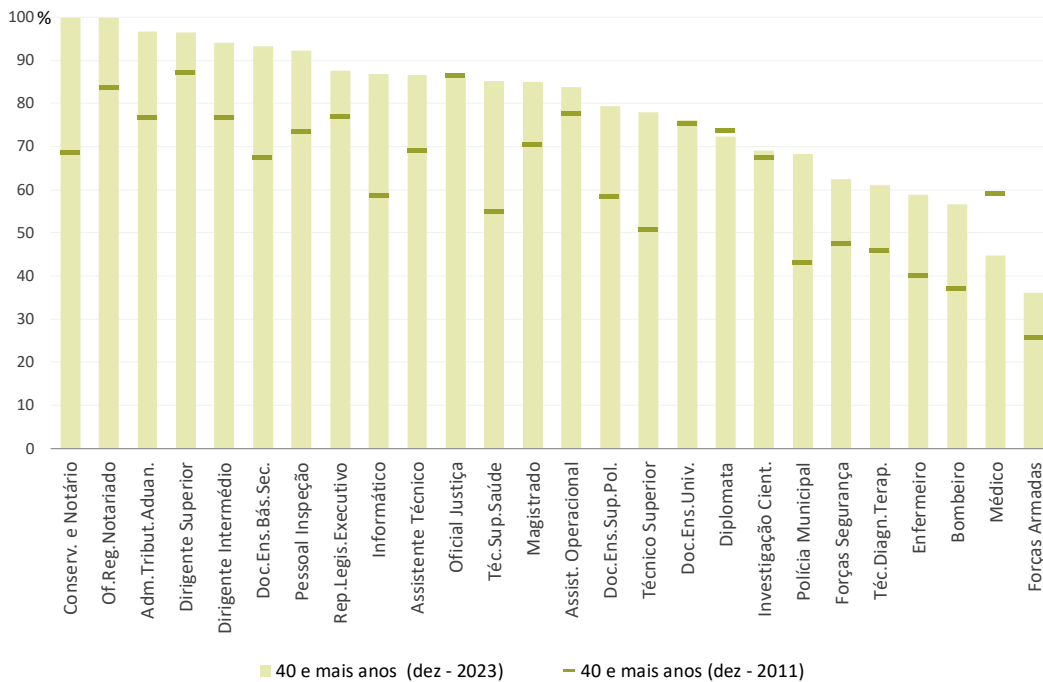
CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS															
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Idade média estimada (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
								H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Total	16 794	81 204	156 312	245 542	213 847	31 891	745 590	47,3	48,9	48,3	34,5	18,5	24,0	32,7	24,3	27,4
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança	6 881	65 682	136 607	222 056	207 178	31 744	670 148	49,5	49,1	49,3	16,2	16,6	16,5	22,9	23,2	23,1
Representantes do poder legislativo (a)	14	198	884	1 593	1 034	419	4 142	51,8	47,9	50,8	4,0	11,6	5,4	12,1	20,1	14,0
Dirigente superior	1	17	193	754	688	190	1 843	54,5	53,3	54,0	0,3	0,3	0,3	3,9	3,0	3,5
Dirigente intermédio	1	228	2 296	6 774	3 726	462	13 487	51,2	50,6	50,9	0,8	0,7	0,7	6,9	5,7	6,2
Técnico superior	482	8 900	20 976	30 212	16 563	2 366	79 499	47,5	46,9	47,1	20,4	22,4	21,7	28,0	28,3	28,2
Assistente técnico/ administrativo (b)	582	5 926	15 878	32 905	31 528	4 797	91 616	50,0	51,1	50,8	11,5	7,9	8,8	18,7	14,2	15,4
Assist. operacional/operário/ auxiliar (c)	2 392	13 209	29 032	51 469	62 884	9 129	168 115	51,0	50,4	50,7	10,9	12,3	11,7	18,9	19,7	19,4
Informático	52	310	1 139	2 147	1 529	190	5 367	48,1	53,7	49,6	18,1	3,7	12,2	19,0	5,6	15,3
Magistrado	0	318	863	1 543	1 129	209	4 062	52,8	48,3	49,8	1,3	8,5	5,2	10,9	21,5	17,7
Diplomata (d)	1	81	74	94	123	43	416	49,7	47,5	49,0	19,4	40,0	24,4	40,7	32,6	38,2
Pessoal de investigação científica	22	503	1 708	1 184	577	130	4 124	44,5	45,0	44,8	24,3	19,2	21,3	50,3	41,1	44,9
Docente ensino universitário	377	2 144	3 566	4 888	5 213	1 226	17 414	49,1	48,2	48,7	24,9	22,6	23,9	31,1	31,9	31,5
Docente ensino superior politécnico	121	1 123	2 899	4 337	2 842	355	11 677	48,1	47,5	47,8	19,9	19,2	19,6	25,9	26,2	26,0
Educ.infância e doc. ens. básico/second.	558	4 311	22 451	54 519	52 277	7 170	141 286	51,6	52,1	52,0	7,2	3,9	4,6	8,9	6,7	7,2
Pessoal de inspeção	3	66	284	815	590	84	1 842	51,8	50,9	51,3	3,9	2,9	3,4	8,9	8,1	8,5
Médico	38	12 721	9 116	4 123	4 520	2 588	33 106	43,6	40,8	41,8	101,5	150,7	131,3	100,2	138,5	123,9
Enfermeiro	1 892	11 388	18 713	12 617	9 494	718	54 822	43,4	42,7	42,8	68,1	83,8	81,2	60,9	71,5	69,7
Técnico diagnóstico e terapêutica	106	2 147	3 924	2 728	1 940	202	11 047	44,8	43,7	43,9	37,6	51,8	48,8	58,0	65,5	64,0
Técnico superior de saúde	7	166	425	785	555	78	2 016	48,3	49,5	49,3	19,4	10,7	11,7	23,1	16,3	17,2
Administração tributária e aduaneira	17	128	489	3 431	3 719	680	8 464	54,3	55,3	54,9	2,1	2,2	2,2	2,9	3,8	3,4
Conservador e Notário	0	0	0	321	181	11	513	54,9	52,6	52,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial dos registos e do notariado	0	0	8	1 015	2 166	195	3 384	55,5	58,1	57,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial de justiça	30	599	567	2 201	3 442	495	7 334	54,1	52,7	53,2	4,5	7,9	6,7	8,4	20,5	15,9
Forças Armadas	6 772	5 508	5 637	4 450	938	11	23 316	35,0	31,3	34,4	824,7	-	991,7	162,3	307,6	176,9
Forças de segurança	3 141	10 014	14 068	19 036	5 731	136	52 126	42,4	40,9	42,2	135,7	137,4	135,9	57,6	84,5	60,1
Bombeiro	132	831	816	954	262	5	3 000	40,8	39,5	40,7	210,1	700,0	217,6	76,7	77,6	76,8
Polícia Municipal (e)	53	368	306	647	196	2	1 572	43,6	40,3	43,0	100,0	288,9	117,3	43,1	63,0	46,5

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



Entre 2011 e 2023 verificou-se um aumento da proporção de trabalhadores com mais de 40 anos em todas as carreiras das administrações públicas, com exceção das carreiras de diplomata e médica em que existiam proporcionalmente menos trabalhadores com mais de quarenta anos em 2023 do que em 2011. Note-se que nas carreiras de conservador e notário e oficiais de registo e notariado todos os trabalhadores têm mais de 40 anos.

Gráfico 3.2.1 | Proporção de trabalhadores com 40 e mais anos em 31 dezembro, 2011 e 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Na administração central, as carreiras das forças armadas, médica, das forças de segurança, de enfermagem e de bombeiro apresentavam a maior proporção de trabalhadores com idades inferiores a 35 anos (respetivamente, 52,6%, 38,5%, 25,2%, 24,4% e 23,3%).

Na administração regional e local, salienta-se a carreira de assistente operacional em que 75,5% dos trabalhadores tinha 45 ou mais anos (Quadro 3.2.2).

Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsetores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 2023

Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL						Total
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	
Total	2,8	11,7	21,2	32,3	27,8	4,2	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	0,0	0,0	19,4	46,3	26,9	7,5	100,0
Dirigente superior	0,1	0,4	8,6	39,5	40,1	11,3	100,0
Dirigente intermédio	0,0	1,8	16,5	46,8	31,0	3,9	100,0
Técnico superior	0,8	11,5	25,5	36,2	22,6	3,4	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,7	6,3	16,8	36,3	34,4	5,6	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	1,9	8,3	18,0	31,5	35,2	5,1	100,0
Informático	1,1	5,7	18,4	39,0	31,0	4,8	100,0
Magistrado	0,0	7,8	21,2	38,0	27,8	5,1	100,0
Diplomata (d)	0,2	19,5	17,8	22,6	29,6	10,3	100,0
Pessoal de investigação científica	0,5	12,0	41,5	28,7	14,1	3,2	100,0
Docente ensino universitário	2,2	12,3	20,5	28,1	29,9	7,0	100,0
Docente ensino superior politécnico	1,0	9,6	24,8	37,1	24,3	3,0	100,0
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	0,4	2,9	15,4	38,1	38,0	5,3	100,0
Pessoal de inspeção	0,2	3,1	15,2	41,8	34,9	4,9	100,0
Médico	0,1	38,4	27,5	12,5	13,7	7,8	100,0
Enfermeiro	3,6	20,8	34,0	23,0	17,4	1,3	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	1,0	19,2	35,1	25,4	17,5	1,8	100,0
Técnico superior de saúde	0,4	8,6	21,0	38,7	27,4	4,0	100,0
Administração tributária e aduaneira	0,2	1,2	5,2	40,9	44,4	8,1	100,0
Conservador e Notário	0,0	0,0	0,0	62,6	35,4	2,0	100,0
Oficial dos registos e do notariado	0,0	0,0	0,1	29,6	64,7	5,7	100,0
Oficial de justiça	0,4	8,2	7,7	30,0	46,9	6,7	100,0
Forças Armadas	29,0	23,6	24,2	19,1	4,0	0,0	100,0
Forças de segurança	6,0	19,2	27,0	36,5	11,0	0,3	100,0
Bombeiro	9,1	14,2	56,1	19,6	1,0	0,0	100,0

Unidade: Em percentagem

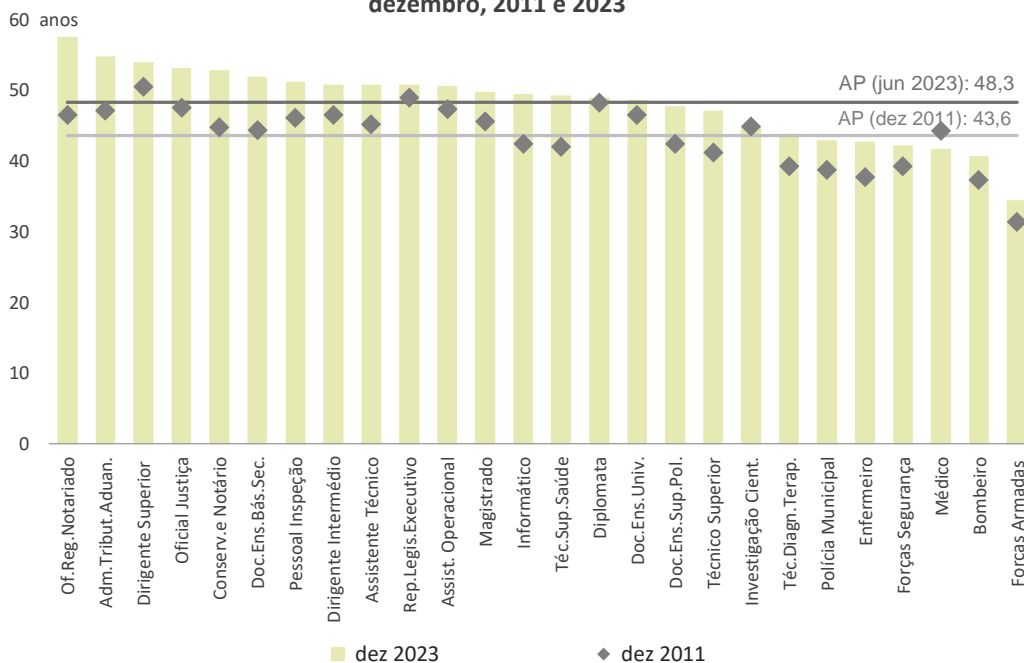
CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL							FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL						
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total
Total	0,7	8,7	20,7	34,5	31,0	4,4	100,0	0,1	3,7	12,3	43,0	34,9	6,0	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	0,3	4,9	21,4	38,3	24,9	10,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Dirigente superior	0,0	2,3	16,2	43,5	30,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0	76,2	23,8	0,0	100,0
Dirigente intermédio	0,0	1,7	19,5	52,4	23,6	2,8	100,0	0,0	0,7	7,2	61,0	27,1	4,0	100,0
Técnico superior	0,4	11,6	28,7	39,1	17,8	2,3	100,0	0,1	4,2	16,8	49,5	26,1	3,3	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,6	7,0	18,8	35,4	33,7	4,5	100,0	0,2	4,6	10,9	35,9	40,9	7,5	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	0,8	7,4	16,4	29,6	40,1	5,8	100,0	0,1	1,4	7,0	22,5	55,9	13,1	100,0
Informático	0,8	6,5	26,5	39,3	25,1	1,8	100,0	0,0	0,8	8,9	59,5	27,4	3,4	100,0
Pessoal de investigação científica	0,0	36,1	33,3	25,0	5,6	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	0,5	4,6	21,7	44,2	26,0	3,0	100,0	0,0	0,0	10,7	33,9	47,1	8,3	100,0
Pessoal de inspeção	0,0	7,5	17,3	42,2	29,5	3,5	100,0	0,0	3,8	15,3	59,0	18,4	3,4	100,0
Médico	0,1	38,7	28,1	12,2	12,3	8,7	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro	1,8	20,2	36,5	23,8	16,6	1,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	66,7	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	0,7	23,3	40,7	14,8	18,0	2,3	100,0	0,0	0,0	14,3	50,0	35,7	0,0	100,0
Técnico superior de saúde	0,0	2,3	22,3	43,1	30,0	2,3	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Administração tributária e aduaneira	0,0	12,9	28,2	27,3	24,4	7,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Conservador e Notário	0,0	0,0	0,0	60,0	30,0	10,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos registos e do notariado	0,0	0,0	6,3	45,3	38,9	9,5	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	1,2	19,5	12,2	31,7	32,9	2,4	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	3,9	29,2	24,0	33,1	9,6	0,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Polícia Municipal (e)	3,4	23,4	19,5	41,2	12,5	0,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



O Gráfico 3.2.2 mostra que nas carreiras oficiais de registo e notariado (57,6 anos), pessoal da administração tributária e aduaneira (54,9 anos), dirigente superior (54,0 anos) e oficial de justiça (53,2 anos), onde é mais notório uma idade média superior em relação à idade média da administração pública (48,3 anos em dezembro de 2023). Face a 2011, verifica-se que as únicas carreiras em que a idade média diminuiu foram as carreiras médica e de investigação científica.

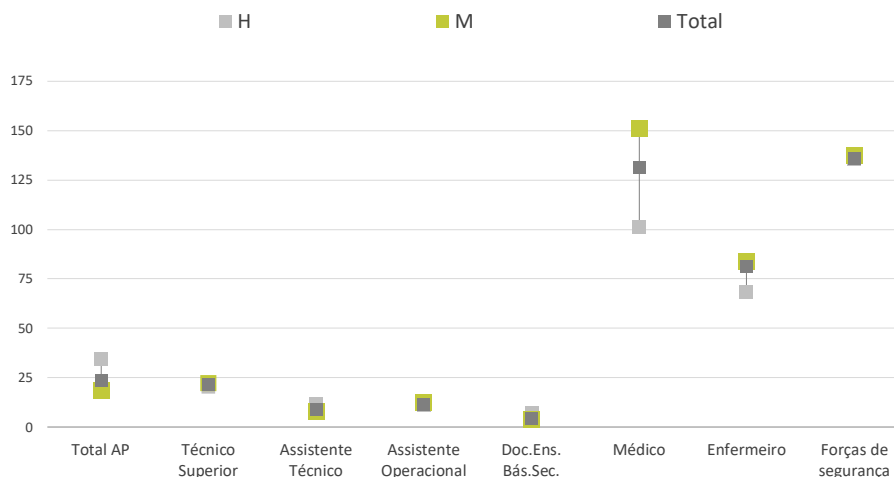
Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo em 31 dezembro, 2011 e 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

A análise do índice de renovação nas carreiras que abrangem maior número de trabalhadores nas administrações públicas, revela que a relação entre os trabalhadores jovens (que potencialmente estão a entrar nas administrações públicas) e os trabalhadores que estão a sair das administrações públicas (com idade entre 55 e 64 anos) é mais elevada nas carreiras médica, de enfermagem e carreiras das forças de segurança. Estas mesmas carreiras distinguem-se também por apresentarem um índice de renovação mais elevado nas mulheres do que nos homens, situação oposta à verificada no conjunto das administrações públicas em que existem mais homens jovens por cada homem com idade entre os 55 e os 64 anos.

Gráfico 3.2.3 | Índice de renovação dos trabalhadores nas carreiras mais representativas das administrações públicas, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo

Em 31 de dezembro de 2023, mais de metade das carreiras consideradas englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90%, destacando-se os magistrados, diplomatas, conservadores e notários e médicos (100%). Ao analisar a estrutura das habilitações literárias nas carreiras com maior representatividade no emprego nas administrações públicas salientam-se: os assistentes operacionais, operários e auxiliares que detêm maioritariamente o ensino básico (61,1%), os educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário em que 99,7% possui ensino superior e os assistentes técnicos e administrativos em que o ensino secundário prevalece (75,4%) (Quadro 3.3.1 e Gráfico 3.3.1).

Quadro 3.3.1 | Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2023

Unidade: posto de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS											
	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	55 738	72 339	22 392	179 464	15 859	302 580	97 218	745 590	17,2	27,1	55,7	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	307	382	63	1 252	78	1 769	291	4 142	16,6	31,7	51,6	100,0
Dirigente superior	1	3	1	28	11	1 176	623	1 843	0,2	1,6	98,2	100,0
Dirigente intermédio	47	115	35	591	148	10 393	2 158	13 487	1,2	4,6	94,2	100,0
Técnico superior	18	118	147	1 644	1 365	62 165	14 042	79 499	0,2	2,3	97,6	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	1 109	8 554	6 798	62 266	1 254	10 399	1 236	91 616	10,5	75,4	14,1	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	53 048	49 679	3 918	56 843	407	3 825	395	168 115	61,1	36,1	2,8	100,0
Informático	4	105	227	2 413	131	2 136	351	5 367	2,0	49,2	48,8	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 998	64	4 062	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata (d)	0	0	0	0	2	283	131	416	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de investigação científica	0	0	0	3	0	69	4 052	4 124	0,0	0,1	99,9	100,0
Docente ensino universitário	0	0	0	79	9	2 408	14 918	17 414	0,0	0,5	99,5	100,0
Docente ensino superior politécnico	2	0	1	28	32	2 757	8 857	11 677	0,0	0,2	99,7	100,0
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.(*)	21	27	8	420	4 536	112 486	23 788	141 286	0,0	0,3	99,7	100,0
Pessoal de inspeção	2	16	16	84	15	1 470	239	1 842	1,0	5,4	93,6	100,0
Médico	0	0	0	0	0	15 663	17 443	33 106	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	4	27	269	1 088	5 519	44 562	3 353	54 822	0,1	2,5	97,5	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	4	23	77	370	1 453	8 182	938	11 047	0,2	4,0	95,7	100,0
Técnico superior de saúde	0	0	0	3	5	1 409	599	2 016	0,0	0,1	99,9	100,0
Administração tributária e aduaneira	4	66	625	2 679	280	4 346	464	8 464	0,8	39,0	60,1	100,0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	513	0	513	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos registos e do notariado	10	240	527	2 007	101	498	1	3 384	7,4	74,9	17,7	100,0
Oficial de justiça	10	608	3 879	1 862	50	884	41	7 334	8,4	78,3	13,3	100,0
Forças Armadas	47	1 863	460	13 155	306	5 841	1 644	23 316	8,2	58,4	33,4	100,0
Forças de segurança	904	9 535	5 177	29 773	148	5 041	1 548	52 126	20,0	67,0	12,9	100,0
Bombeiro	191	838	80	1 686	4	173	28	3 000	34,3	58,9	6,8	100,0
Polícia Municipal (e)	5	140	84	1 190	5	134	14	1 572	9,2	81,0	9,7	100,0

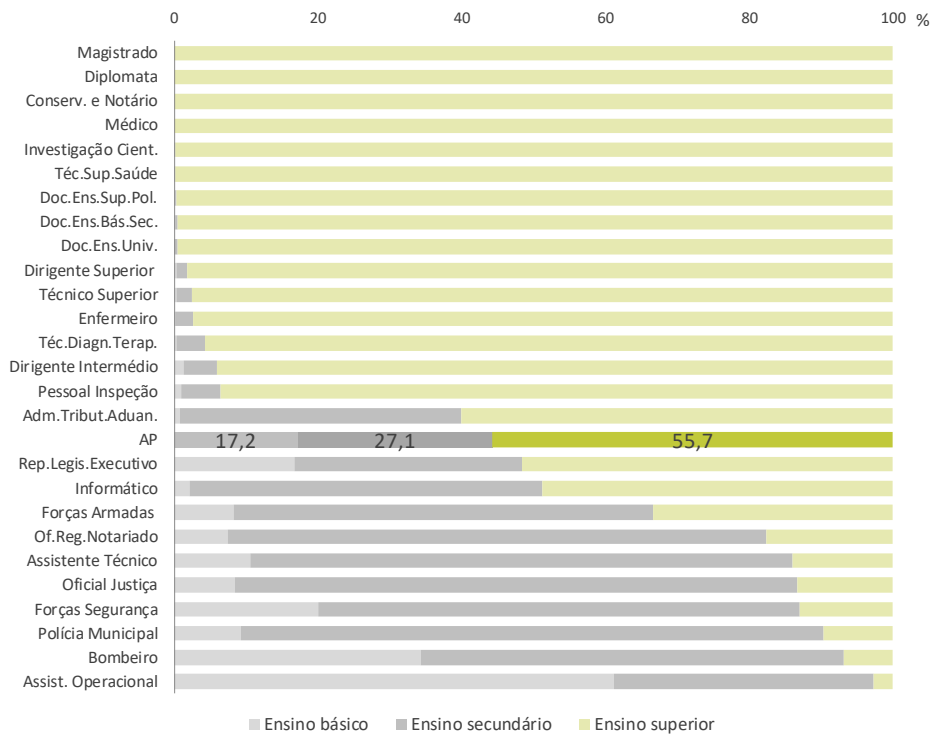
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: Ver notas do Quadro 3.2.1.

(*) Educadores de infância e docentes do ensino básico/secundário: incluem professores dos cursos profissionais em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário.



Gráfico 3.3.1 | Distribuição dos níveis de escolaridade por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2023

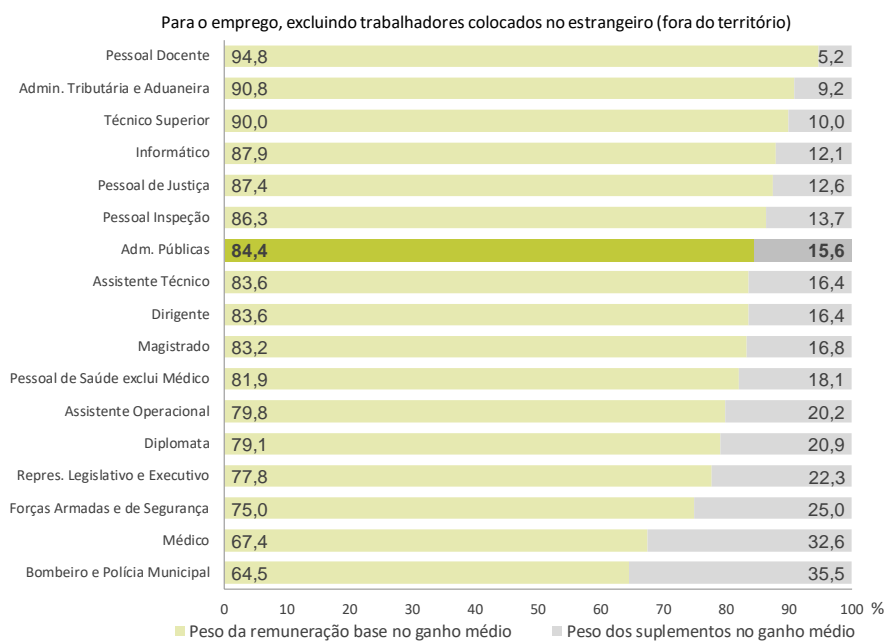
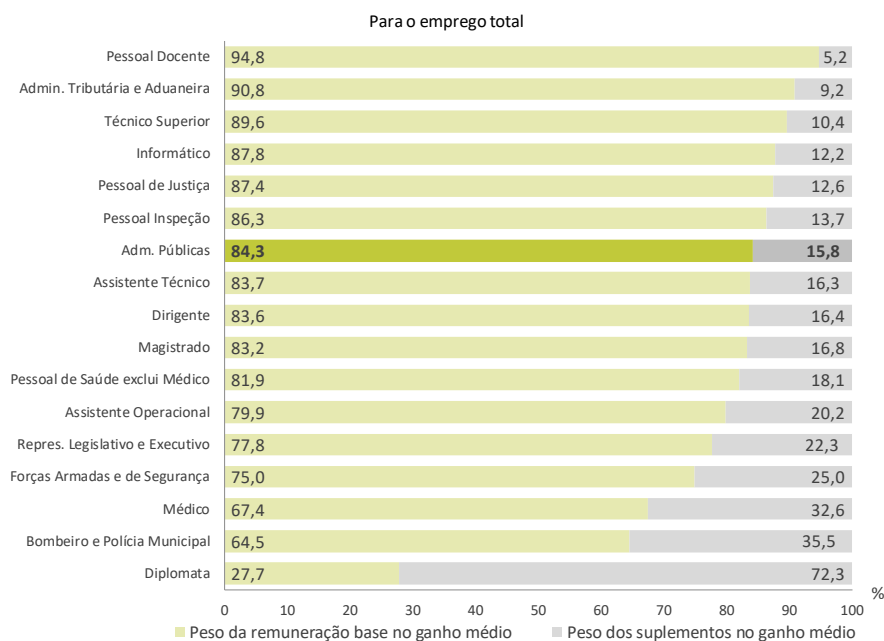


Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo

No período de referência, a análise da estrutura do ganho médio mensal revela que no conjunto das administrações públicas a remuneração base média correspondia a 84,3% do ganho. O pessoal docente continuava a destacar-se pelo maior valor neste indicador: 94,8%. Os diplomatas constituíam a carreira com maior diferenciação na estrutura do ganho médio pelo exercício de funções nos serviços internos do MNE e quando colocados no estrangeiro: considerando o emprego total (dentro e fora do território nacional) eram os suplementos que assumiam a maior importância no ganho médio auferido mensalmente pelos diplomatas (72,3%). Por outro lado, observando apenas os indicadores da carreira de diplomata fora do território nacional, os suplementos representavam 20,9% do ganho médio (Gráfico 3.4.1 e Quadros 10.1 e 10.2).

Gráfico 3.4.1 | Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2023



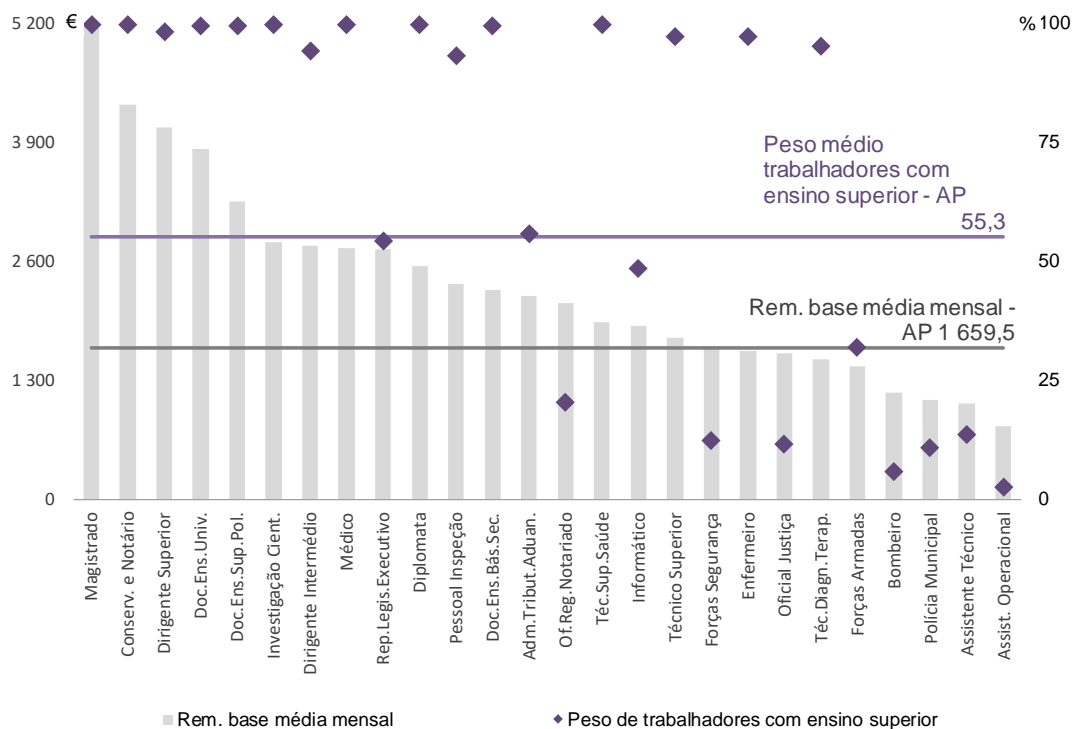
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); Ver SIEP 1.º trimestre 2024.

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo Executivo: representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos.



Tendo em conta o nível de habilitação literária dos trabalhadores, verifica-se que, de uma forma geral, as carreiras com maior proporção de trabalhadores com ensino superior apresentavam também valores médios de remuneração de base mais elevados (acima da média da AP). Constituía exceção as carreiras de enfermagem e de técnico de diagnóstico e terapêutica pelos elevados níveis habilitacionais dos seus trabalhadores, ainda que auferindo remunerações abaixo da média da AP (Gráfico 3.4.2).

Gráfico 3.4.2 | Comparação entre a remuneração base média mensal e a proporção de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica

De acordo com os dados apurados a 31 de dezembro de 2023, 96,1% do emprego nas administrações públicas concentrava-se nas atividades de “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória” (Secção O), de “Educação” (Secção P) e de “Atividades de saúde

humana e apoio social” (Secção Q) (Quadro 4.1 e Gráfico 4.2).

Para a taxa de feminização das administrações públicas (62,2%) é de realçar o contributo das atividades de “Educação” (P) e “Saúde” (Q), nas quais 76,2% e 77,8% do emprego, respetivamente, são mulheres (Gráfico 4.1).

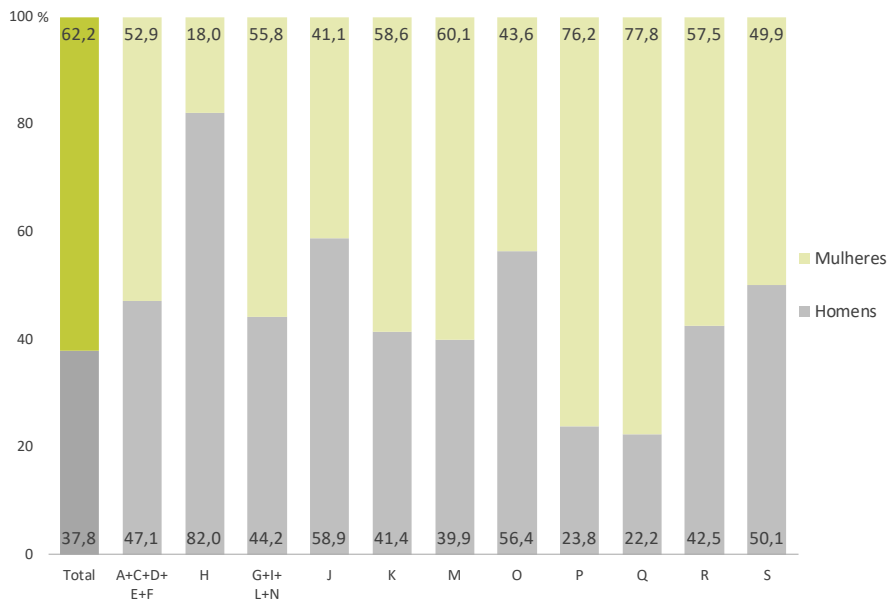
Quadro 4.1 | Emprego nas administrações públicas e no subsector da administração central por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2022 e 2023

Unidade: posto de trabalho	Secção	CAE Rev.3	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
			2022		2023		VH		2022		2023		VH	
			31 dez		31 dez				31 dez		31 dez			
			N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	%
		Total	742 162	100,0	745 590	100,0	3 428	0,5	558 015	100,0	558 731	100,0	716	0,1
A+C+D+		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;												
E+F		Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	4 769	0,6	4 938	0,7	169	3,5	4 370	0,8	4 490	0,8	120	2,8
H		Transportes e armazenagem	11 716	1,6	11 716	1,6	0	0,0	9 241	1,7	9 261	1,7	20	0,2
G+I+L+N		Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 000	0,1	1 076	0,1	76	7,6	301	0,1	319	0,1	18	6,0
J		Atividades de informação e de comunicação	1 807	0,2	1 814	0,2	7	0,4	1 807	0,3	1 814	0,3	7	0,4
K		Atividades financeiras e de seguros	514	0,1	577	0,1	63	12,3	514	0,1	577	0,1	63	12,3
M		Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 667	0,6	4 804	0,6	137	2,9	4 143	0,7	4 268	0,8	125	3,0
O		Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	294 622	39,7	295 343	39,6	721	0,2	145 598	26,1	143 585	25,7	-2 013	-1,4
		das quais: Administração pública em geral, económica e social	180 064	24,3	183 206	24,6	3 142	1,7	42 025	7,5	42 113	7,5	88	0,2
		Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	103 163	13,9	101 083	13,6	-2 080	-2,0	103 019	18,5	100 938	18,1	-2 081	-2,0
		Atividades de segurança social obrigatória	11 395	1,5	11 054	1,5	-341	-3,0	554	0,1	534	0,1	-20	-3,6
P		Educação	251 752	33,9	253 494	34,0	1 742	0,7	234 912	42,1	236 438	42,3	1 526	0,7
		das quais: Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	202 423	27,3	202 963	27,2	540	0,3	186 329	33,4	186 850	33,4	521	0,3
		Ensino superior	46 005	6,2	47 023	6,3	1 018	2,2	46 005	8,2	47 023	8,4	1 018	2,2
		Outras atividades educativas	3 324	0,5	3 508	0,5	184	5,5	2 578	0,5	2 565	0,5	-13	-0,5
Q		Atividades de saúde humana e apoio social	167 248	22,5	167 623	22,5	375	0,2	155 184	27,8	155 872	27,9	688	0,4
		das quais: Atividades de saúde humana	157 641	21,2	158 163	21,2	522	0,3	145 727	26,1	146 570	26,2	843	0,6
		Ativ. de apoio social com e sem alojamento	9 607	1,3	9 460	1,3	-147	-1,5	9 457	1,7	9 302	1,7	-155	-1,6
R		Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	2 771	0,4	2 991	0,4	220	7,9	1 860	0,3	2 023	0,4	163	8,8
		das quais: Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 141	0,2	1 233	0,2	92	8,1	717	0,1	782	0,1	65	9,1
		Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 352	0,2	1 471	0,2	119	8,8	1 132	0,2	1 226	0,2	94	8,3
		Atividades desportivas, de diversão e recreativas	278	0,0	287	0,0	9	3,2	11	0,0	15	0,0	4	36,4
S		Outras atividades de serviços	1 296	0,2	1 214	0,2	-82	-6,3	85	0,0	84	0,0	-1	-1,2

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



Gráfico 4.1 | Emprego nas administrações públicas por sexo e classificação de atividade económica (CAE), 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

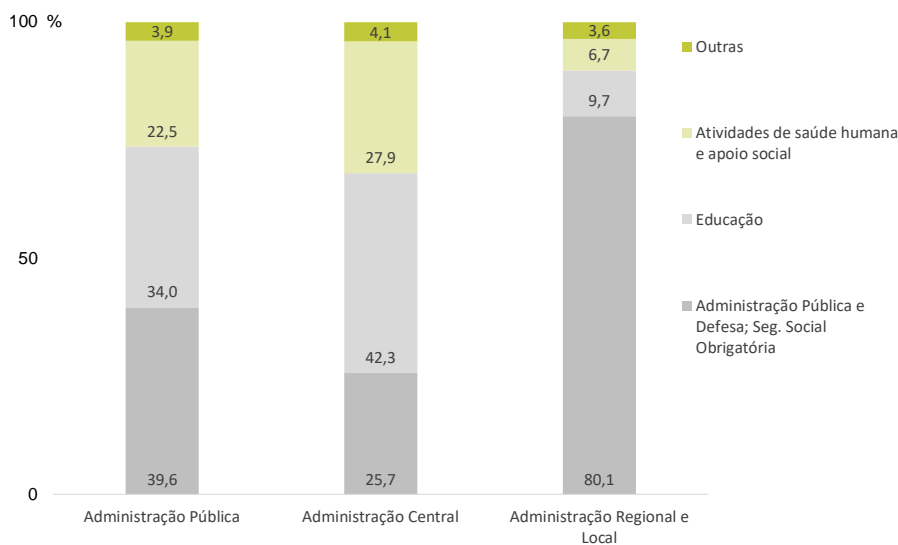
As maiores contribuições para o aumento homólogo do emprego na administração central em 31 de dezembro de 2023 foram dadas pelas atividades económicas “Educação” (Secção P) e “Atividades de saúde humana e apoio social” (Secção Q), especialmente nas respetivas subsecções “Ensino Superior” e “Atividades de saúde humana” (Quadro 4.2). Na administração regional e local verifica-se um aumento de emprego, mais acentuado nos ramos de atividade económica “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória” (Secção O) e “Educação” (Secção P) (Quadro 4.2 e Gráfico 4.3).

Quadro 4.2 | Emprego nos subsetores da administração regional e local e fundos da segurança social por classificação de atividade económica (CAE) em 31 dezembro, 2022 e 2023

Secção	CAE Rev.3 Designação	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
		2022		2023		VH		2022		2023		VH	
		31 dez		31 dez				31 dez		31 dez			
		N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.º	%
	Total	173 077	100,0	176 104	100,0	3 027	1,8	11 070	100,0	10 755	100,0	-315	-2,9
A+C+D +E+F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	399	0,2	448	0,3	49	12,3	0	0,0	0	0,0	0	-
H	Transportes e armazenagem	2 475	1,4	2 455	1,4	-20	-0,8	0	0,0	0	0,0	0	-
G+I+L+ N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	699	0,4	757	0,4	58	8,3	0	0,0	0	0,0	0	-
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	524	0,3	536	0,3	12	2,3	0	0,0	0	0,0	0	-
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	137 954	79,7	141 003	80,1	3 049	2,2	11 070	100,0	10 755	100,0	-315	-2,9
	das quais: Administração pública em geral, económica e social	137 774	79,6	140 822	80,0	3 048	2,2	265	2,4	271	2,5	6	2,3
	das quais: Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	144	0,1	145	0,1	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Atividades de segurança social obrigatória	36	0,0	36	0,0	0	0,0	10 805	97,6	10 484	97,5	-321	-3,0
P	Educação	16 840	9,7	17 056	9,7	216	1,3	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	16 094	9,3	16 113	9,2	19	0,1	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Outras atividades educativas	746	0,4	943	0,5	197	26,4	0	0,0	0	0,0	0	-
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	12 064	7,0	11 751	6,7	-313	-2,6	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Atividades de saúde humana	11 914	6,9	11 593	6,6	-321	-2,7	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Ativ. de apoio social com e sem alojamento	150	0,1	158	0,1	8	5,3	0	0,0	0	0,0	0	-
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativa:	911	0,5	968	0,6	57	6,3	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias	424	0,2	451	0,3	27	6,4	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	220	0,1	245	0,1	25	11,4	0	0,0	0	0,0	0	-
	das quais: Atividades desportivas, de diversão e recreativas	267	0,2	272	0,2	5	1,9	0	0,0	0	0,0	0	-
S	Outras atividades de serviços	1 211	0,7	1 130	0,6	-81	-6,7	0	0,0	0	0,0	0	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 4.2 | Estrutura do emprego nas administrações públicas e por subsector, segundo a CAE, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

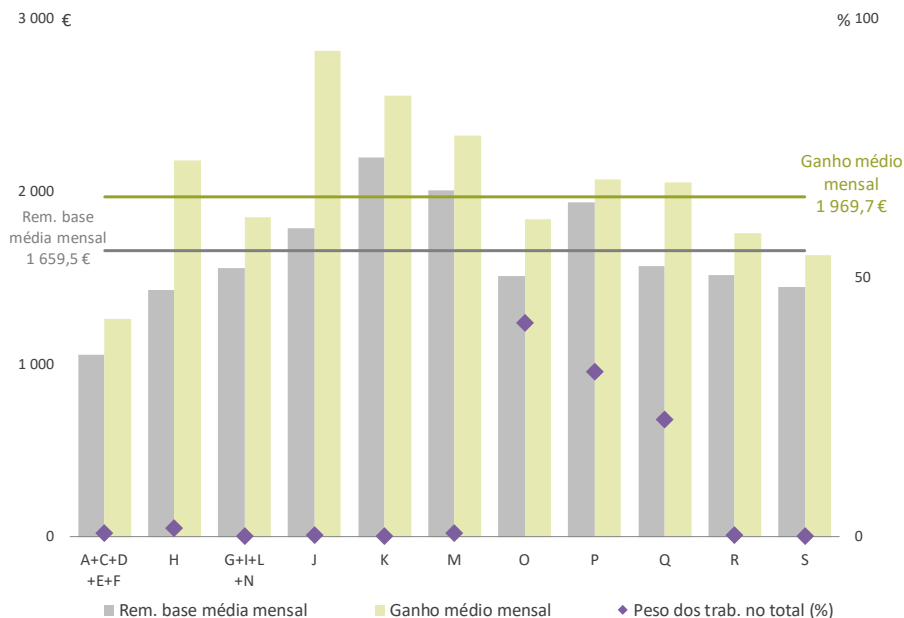


Nas administrações públicas, as remunerações médias mensais mais elevadas registaram-se nas “Atividades financeiras e de seguros” (Secção K), “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (Secção M) e “Ensino superior” na “Educação” (Secção P). As mesmas atividades, juntamente com os “Transportes e Armazenagem” (Secção H) e “Atividades de informação e de comunicação” (Secção J), apresentam ganhos médios mensais elevados, acima da média dos ganhos globais (Quadro 4.3 e Gráfico 4.3).

Quadro 4.3 | Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2022 e 2023

Unidade: euro	Secção	CAE Rev. 3 Designação	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
			2022	2023	VH	2022	2023	VH	2022	2023	VH	2022	2023	VH
			outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)
	Total		1 571,1	1 659,5	5,6	1 848,1	1 969,7	6,6	1 703,5	1 790,2	5,1	2 004,5	2 124,9	6,0
A+C+D	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;													
+E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	986,0	1 054,1	6,9	1 171,7	1 261,8	7,7	925,8	996,8	7,7	1 114,9	1 206,9	8,3	
H	Transportes e armazenagem	1 341,2	1 430,5	6,7	2 036,7	2 183,4	7,2	1 446,6	1 538,3	6,3	2 179,4	2 324,2	6,6	
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 431,6	1 558,3	8,9	1 680,8	1 855,6	10,4	1 757,0	1 927,8	9,7	2 086,6	2 280,1	9,3	
J	Atividades de informação e de comunicação	1 701,8	1 787,1	5,0	2 700,2	2 820,3	4,5	1 701,8	1 787,1	5,0	2 700,2	2 820,3	4,5	
K	Atividades financeiras e de seguros	2 067,9	2 201,7	6,5	2 480,0	2 556,9	3,1	2 067,9	2 201,7	6,5	2 480,0	2 556,9	3,1	
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 909,1	2 009,6	5,3	2 178,2	2 326,0	6,8	1 969,5	2 070,1	5,1	2 258,9	2 408,7	6,6	
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 413,7	1 510,3	6,8	1 709,9	1 840,3	7,6	1 725,3	1 832,4	6,2	2 131,6	2 281,3	7,0	
	Administração pública em geral, económica e social	1 271,1	1 362,4	7,2	1 463,0	1 583,2	8,2	1 865,6	1 969,7	5,6	2 079,0	2 218,3	6,7	
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 669,5	1 777,1	6,5	2 152,8	2 306,4	7,1	1 669,8	1 777,5	6,5	2 153,5	2 307,2	7,1	
	Atividades de segurança social obrigatória	1 276,4	1 392,4	9,1	1 470,3	1 614,1	9,8	1 626,0	1 773,0	9,0	1 982,3	2 173,7	9,7	
P	Educação	1 853,9	1 937,1	4,5	1 960,8	2 070,4	5,6	1 858,1	1 938,9	4,4	1 963,9	2 070,4	5,4	
	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 758,6	1 833,9	4,3	1 862,5	1 963,3	5,4	1 753,4	1 825,0	4,1	1 855,5	1 952,0	5,2	
	Ensino superior	2 437,4	2 564,0	5,2	2 558,4	2 715,2	6,1	2 437,4	2 564,0	5,2	2 558,4	2 715,2	6,1	
	Outras atividades educativas	1 508,2	1 615,2	7,1	1 657,4	1 796,5	8,4	1 545,0	1 647,9	6,7	1 708,3	1 842,3	7,8	
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 491,3	1 567,3	5,1	1 935,5	2 054,3	6,1	1 500,6	1 572,8	4,8	1 938,4	2 049,4	5,7	
	Atividades de saúde humana	1 505,4	1 582,4	5,1	1 968,3	2 088,1	6,1	1 515,8	1 588,8	4,8	1 973,1	2 084,5	5,7	
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 276,6	1 327,4	4,0	1 436,4	1 518,1	5,7	1 283,0	1 334,6	4,0	1 443,4	1 525,7	5,7	
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 414,8	1 517,5	7,3	1 623,9	1 761,1	8,5	1 525,3	1 624,9	6,5	1 752,2	1 892,5	8,0	
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias	1 569,8	1 639,7	4,5	1 886,5	1 983,2	5,1	1 696,2	1 770,3	4,4	2 062,0	2 172,8	5,4	
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 374,4	1 481,8	7,8	1 510,7	1 657,2	9,7	1 409,7	1 527,0	8,3	1 542,2	1 701,3	10,3	
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	991,6	1 196,7	20,7	1 121,0	1 365,6	21,8	2 093,2	1 868,2	-10,8	2 835,5	2 620,5	-7,6	
S	Outras atividades de serviços	1 344,3	1 448,4	7,7	1 487,2	1 634,1	9,9	1 918,7	1 943,5	1,3	2 256,8	2 283,6	1,2	

Gráfico 4.3 | Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2023



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Quadro 4.4 | Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE, em outubro, 2022 e 2023

Unidade: euro		ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL					
Secção	Designação	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
		2022	2023	VH	2022	2023	VH	2022	2023	VH	2022	2023	VH
		outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)	outubro	outubro	(%)
	Total	1 175,7	1 270,8	8,1	1 383,0	1 510,9	9,3	1 280,4	1 395,5	9,0	1 468,5	1 610,7	9,7
A+C+D +E+F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	1 725,1	1 702,1	-1,3	1 869,8	1 882,0	0,7	-	-	-	-	-	-
H	Transportes e armazenagem	941,9	1 014,5	7,7	1 495,7	1 640,0	9,7	-	-	-	-	-	-
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 290,0	1 404,5	8,9	1 504,2	1 679,0	11,6	-	-	-	-	-	-
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 448,1	1 541,1	6,4	1 562,5	1 684,3	7,8	-	-	-	-	-	-
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 084,8	1 175,5	8,4	1 269,9	1 387,7	9,3	1 280,4	1 395,5	9,0	1 468,5	1 610,7	9,7
	das quais:												
	Administração pública em geral, económica e social	1 084,3	1 175,0	8,4	1 269,3	1 387,1	9,3	2 190,4	2 345,2	7,1	2 472,3	2 657,8	7,5
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 428,4	1 483,7	3,9	1 651,6	1 741,8	5,5	-	-	-	-	-	-
	Atividades de segurança social obrigatória	1 700,2	1 943,2	14,3	1 863,3	2 135,6	14,6	1 257,3	1 371,2	9,1	1 443,0	1 583,9	9,8
P	Educação	1 798,4	1 914,1	6,4	1 921,7	2 070,4	7,7	-	-	-	-	-	-
	das quais:												
	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 816,9	1 933,4	6,4	1 941,2	2 090,4	7,7	-	-	-	-	-	-
	Ensino superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras atividades educativas	1 385,3	1 514,7	9,3	1 487,3	1 656,2	11,4	-	-	-	-	-	-
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 370,4	1 495,1	9,1	1 897,7	2 118,2	11,6	-	-	-	-	-	-
	das quais:												
	Atividades de saúde humana	1 377,2	1 503,4	9,2	1 909,9	2 132,6	11,7	-	-	-	-	-	-
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	870,8	879,4	1,0	995,9	1 044,1	4,8	-	-	-	-	-	-
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 173,2	1 296,8	10,5	1 343,6	1 491,1	11,0	-	-	-	-	-	-
	das quais:												
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias	1 327,4	1 399,7	5,5	1 550,2	1 634,6	5,4	-	-	-	-	-	-
	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 180,4	1 266,7	7,3	1 337,8	1 446,8	8,2	-	-	-	-	-	-
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	949,7	1 171,4	23,3	1 055,8	1 318,4	24,9	-	-	-	-	-	-
S	Outras atividades de serviços	1 304,6	1 406,1	7,8	1 434,0	1 578,7	10,1	-	-	-	-	-	-

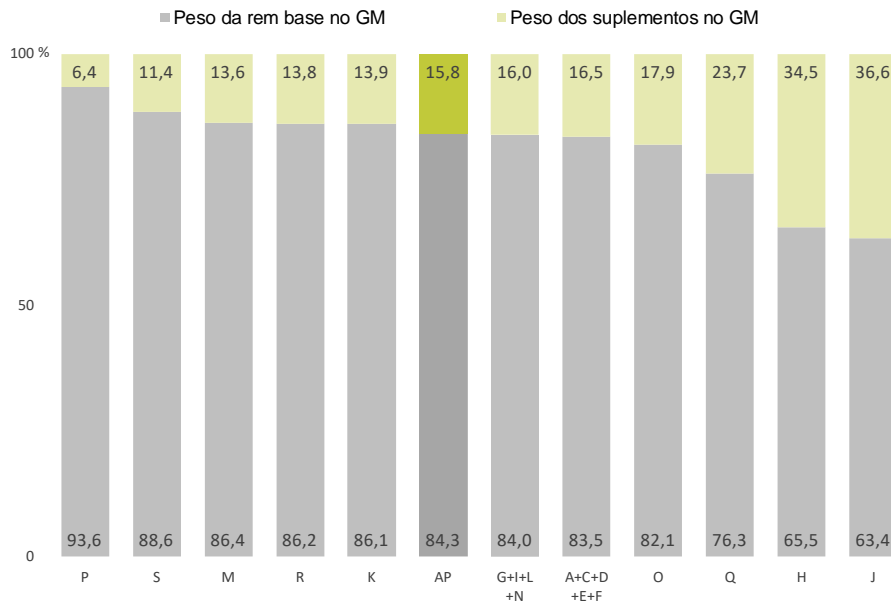
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Na administração central, os trabalhadores nas entidades classificadas nas “Atividades financeiras e de seguros” (Secção K), “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (Secção M), “Ensino superior” na “Educação” (Secção P) e “Administração pública em geral, económica e social” na “Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória” (Secção O) apresentam as remunerações base médias mensais mais elevadas (Quadro 4.4), influenciando a tendência observada no total das administrações públicas (Quadro 4.3). Na administração regional e local as remunerações base médias mensais mais elevadas foram registadas nas entidades classificadas na “Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário” da “Educação” (Secção P), nas atividades do setor primário, incluindo energia e construção (Secções A+C+D+E+F) e nas “Atividades de segurança social obrigatória” na “Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória” (Secção O).



A análise da estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas revela a maior importância dos suplementos auferidos pelos trabalhadores das entidades das “Atividades de informação e comunicação” (Secção J) e nos “Transportes e armazenagem” (Secção H), representando, respetivamente, 36,6% e 34,5% do ganho médio mensal.

Gráfico 4.4 | Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas



administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2023

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

5. Trabalhadores com deficiência

No total das administrações públicas, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2023, observou-se o continuado aumento dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (com incapacidade permanente igual ou superior a 60%), com uma variação de + 99,9% face ao início da série.

As mulheres destacam-se no acréscimo, representando 68,8% do total dos trabalhadores com deficiência no final de 2023. Na administração central sobressai a área governativa da Educação, e na administração local, os municípios, com a maior número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência (respetivamente, 25,9% e 22,1% do total das administrações públicas) (Quadro 5.1 e Gráficos 5.1 e 5.2).

Quadro 5.1 | Trabalhadores com deficiência por subsetor, área governativa e sexo em 31 dezembro, 2011, 2022 e 2023

Unidade: posto de trabalho

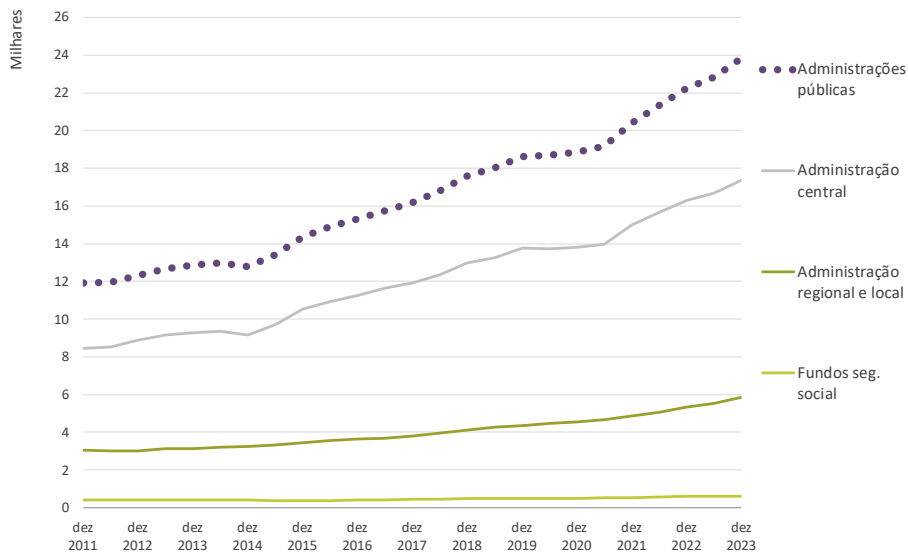
	2011			2022			2023			Variação (%)	
	31 dez			31 dez			31 dez			VH	dez23/ dez11
	H	M	T	H	M	T	H	M	T		
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	4 892	7 026	11 918	6 986	15 252	22 238	7 428	16 392	23 820	7,1	99,9
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3 069	5 385	8 454	4 295	11 990	16 285	4 549	12 818	17 367	6,6	105,4
Estado	1 692	2 823	4 515	2 363	6 558	8 921	2 486	7 051	9 537	6,9	111,2
Serviços e Fundos Autónomos	1 208	2 400	3 608	1 797	5 177	6 974	1 925	5 509	7 434	6,6	106,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	2 900	5 223	8 123	4 160	11 735	15 895	4 411	12 560	16 971	6,8	108,9
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	134	201	335	158	383	541	167	418	585	8,1	74,6
Presidência do Conselho de Ministros	27	43	70	35	94	129	42	121	163	26,4	132,9
Negócios Estrangeiros	11	24	35	11	25	36	9	16	25	-30,6	-28,6
Defesa Nacional	312	97	409	146	147	293	137	142	279	-4,8	-31,8
Administração Interna	208	75	283	498	181	679	537	145	682	0,4	141,0
Justiça	124	228	352	227	423	650	243	488	731	12,5	107,7
Finanças	70	146	216	192	461	653	196	429	625	-4,3	189,4
Economia e Mar	34	38	72	32	111	143	30	111	141	-1,4	95,8
Cultura	47	58	105	41	89	130	45	97	142	9,2	35,2
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	268	367	635	405	699	1 104	461	722	1 183	7,2	86,3
Educação	689	1 817	2 506	1 030	4 679	5 709	1 081	5 098	6 179	8,2	146,6
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	64	115	179	68	219	287	69	238	307	7,0	71,5
Saúde	249	664	913	242	1 187	1 429	266	1 233	1 499	4,9	64,2
Ambiente e Ação Climática	31	53	84	34	94	128	43	107	150	17,2	78,6
Infraestruturas	34	37	71	38	56	94	34	56	90	-4,3	26,8
Habituação	6	6	12	8	12	20	10	13	23	15,0	91,7
Coesão Territorial	13	11	24	18	30	48	19	31	50	4,2	108,3
Agricultura e Alimentação	51	68	119	71	123	194	70	118	188	-3,1	58,0
setor Empresarial do Estado - Entid. Reclassific. (ii)	522	1 162	1 684	906	2 722	3 628	952	2 977	3 929	8,3	133,3
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	6	13	19	0	0	0	0	0	0	-	-100,0
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Central	169	162	331	135	255	390	138	258	396	1,5	19,6
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	1 709	1 340	3 049	2 576	2 783	5 359	2 761	3 075	5 836	8,9	91,4
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	120	231	351	140	233	373	140	228	368	-1,3	4,8
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	63	133	196	67	144	211	68	142	210	-0,5	7,1
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 526	976	2 502	2 369	2 406	4 775	2 553	2 705	5 258	10,1	110,2
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	114	301	415	115	479	594	118	499	617	3,9	48,7
Fundos de Segurança Social da Administração Central	102	273	375	107	450	557	112	472	584	4,9	55,7
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	9	25	34	5	20	25	3	18	21	-16,0	-38,2
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	3	3	6	3	9	12	3	9	12	0,0	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1.

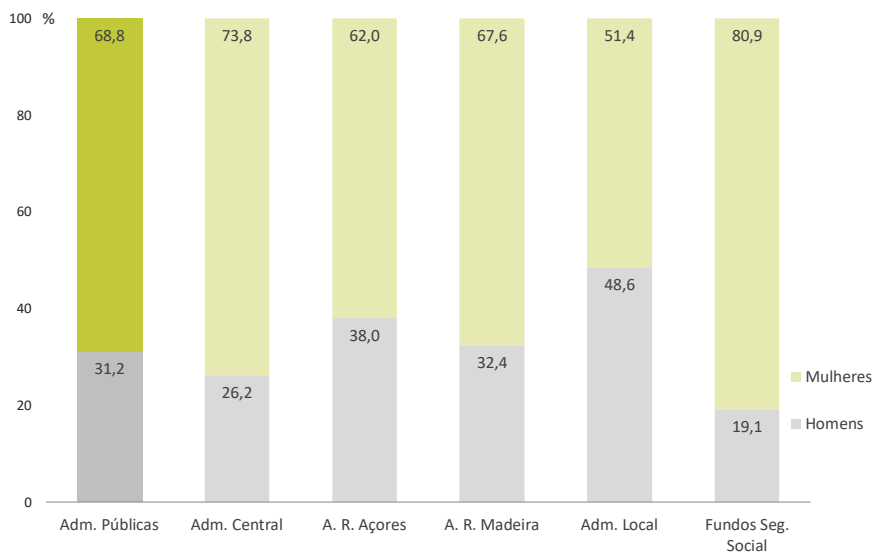


Gráfico 5.1 | Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsetor em 31 dezembro, 2011 a 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 5.2 | Estrutura dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsetor e sexo, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).





II. ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do setor público

Em dezembro de 2023, o emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central (sociedades financeiras e não financeiras) registou uma quebra face ao período homólogo (-4,3%, correspondendo a -1 242 postos de trabalho), em parte devido à saída do universo do setor público das empresas do grupo EFACEC, que ocorreu no 4.º trimestre de 2023.

Por outro lado, no mesmo período, as empresas e demais entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira e administração local registaram um crescimento de +2,8% e +6,3%, respetivamente. Estas entidades do setor público mantêm uma estrutura predominantemente masculina, sendo este indicador particularmente

distinto na administração regional da Madeira (83,6% de homens e 16,4% de mulheres) (Quadro 6.1 e Gráfico 6.1).

Em outubro de 2023, destaca-se, em termos homólogos, o aumento de 11,3% na remuneração base média mensal das empresas e demais entidades públicas da administração central (em particular nas sociedades não financeiras: +13,8%), bem como o crescimento de +8% nas empresas e entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira e de +5,9% nas entidades detidas pela administração local. Quanto ao ganho médio mensal, verificaram-se aumentos homólogos nas entidades detidas pela administração central (+13%), pela administração regional da Madeira (+8,6%) e pela administração local (+6,9%) (Quadro 6.2 e Gráfico 6.2).

Quadro 6.1 | Emprego nas empresas públicas e demais entidades do setor público em 31 dezembro, 2021 a 2023

Unidade: posto de trabalho

	EMPREGO (Nº)									VH						
	31 dez 2021			31 dez 2022			31 dez 2023			H		M		Total		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Empresas e demais entidades públicas:																
Detidas pela adm. central	17 234	12 887	30 121	16 097	12 884	28 981	14 890	12 849	27 739	-1 207	-7,5	-35	-0,3	-1 242	-4,3	
<i>das</i> <i>Quais</i> <i>Sociedades financeiras</i>	3 549	5 116	8 665	3 340	4 986	8 326	3 214	4 862	8 076	-126	-3,8	-124	-2,5	-250	-3,0	
<i>Sociedades não financeiras</i>	13 685	7 771	21 456	12 757	7 898	20 655	11 676	7 987	19 663	-1 081	-8,5	89	1,1	-992	-4,8	
Detidas pela A. R. dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-	-	-	
Detidas pela A.R. da Madeira	1 953	378	2 331	2 017	388	2 405	2 068	405	2 473	51	2,5	17	4,4	68	2,8	
Detidas pela adm. local	14 707	5 748	20 455	14 739	5 838	20 577	15 651	6 223	21 874	912	6,2	385	6,6	1 297	6,3	

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

n.d. - não disponível.

Quadro 6.2 | Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do setor público em outubro, 2021 a 2023

Unidade: euro	Remuneração base média mensal				Ganho médio mensal			
	2021	2022	2023	VH	2021	2022	2023	VH
	out	out	out	%	out	out	out	%
Empresas e demais entidades públicas:								
Detidas pela administração central	1 647,1	1 823,7	2 030,1	11,3	2 348,4	2 678,9	3 026,7	13,0
das quais:								
<i>Sociedades financeiras</i>	1 912,8	1 940,9	2 056,3	6,0	2 728,7	2 771,8	2 948,8	6,4
<i>Sociedades não financeiras</i>	1 506,9	1 774,2	2 018,8	13,8	2 147,8	2 639,7	3 060,3	15,9
Detidas pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	n.d.	n.d.	-
Detidas pela adm. regional da Madeira	1 254,6	1 279,2	1 382,1	8,0	1 726,5	1 795,6	1 950,8	8,6
Detidas pela administração local	982,3	1 026,8	1 087,8	5,9	1 230,3	1 288,5	1 376,9	6,9

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE n.d. - não disponível.

Gráfico 6.1 | Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2023

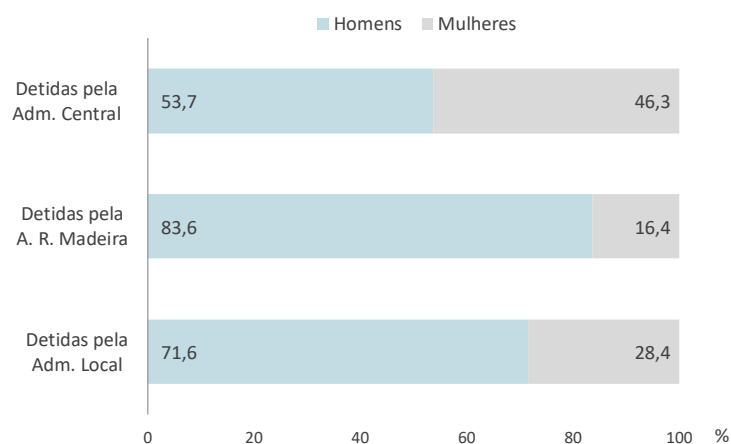
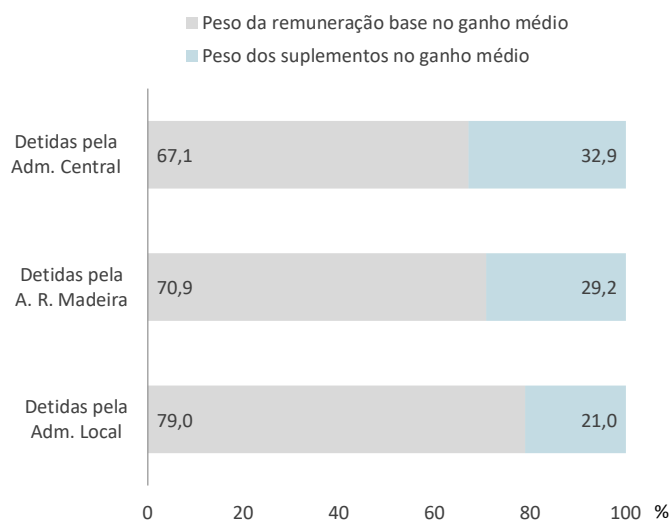


Gráfico 6.2 | Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do setor público

A 31 de dezembro de 2023, 66,2% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central eram assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Nas mesmas entidades, 34,9% dos trabalhadores tinham entre 45 e 54 anos: 42,7% nas sociedades financeiras e 31,7% nas sociedades não financeiras públicas. Seguiu-se o escalão etário “Dos 35 aos 44 anos” com 29,4% dos trabalhadores.

Nas sociedades do setor público detidas pela administração regional da Madeira os escalões etários “Dos 45 aos 54 anos” e “Dos 55 aos 64 anos” eram os mais representativos: respetivamente, 30,7% e 29,4% dos trabalhadores.

Nas sociedades do setor público detidas pela administração local, 32% dos trabalhadores tinham entre 45 e 54 anos, seguindo-se o escalão etário “Dos 25 aos 34 anos” que abrangia 24,8% dos trabalhadores (Quadro 7.1 e Gráfico 7.1).

Quadro 7.1 | Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2023

Unidade: posto de trabalho	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							
	Total emprego	Estrutura (%)						Total
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	
CARGO / CARREIRA / GRUPO								
Total	27 739	1,9	15,1	29,4	34,9	17,2	1,4	100,0
Dirigente superior	277	0,0	0,0	10,1	40,4	35,4	14,1	100
Dirigente intermédio	2 293	0,0	1,4	19,9	53,7	21,9	3,1	100
Técnico superior	6 407	1,7	19,1	30,9	32,8	14,4	1,2	100
Assistente técnico/administrativo	12 667	1,9	15,7	30,5	36,0	15,2	0,8	100
Assist. operacional/operário/auxiliar	5 689	3,0	15,9	30,2	27,4	21,7	1,8	100
Informático	180	3,3	7,8	23,9	48,3	16,7	0,0	100
Pessoal de inspeção	20	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	100
Médico	29	0,0	0,0	6,9	24,1	48,3	20,7	100
Enfermeiro	116	11,2	15,5	45,7	11,2	12,9	3,4	100
Técnico diagnóstico e terapêutica	58	8,6	29,3	27,6	19,0	13,8	1,7	100
Técnico superior de saúde	3	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	100

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

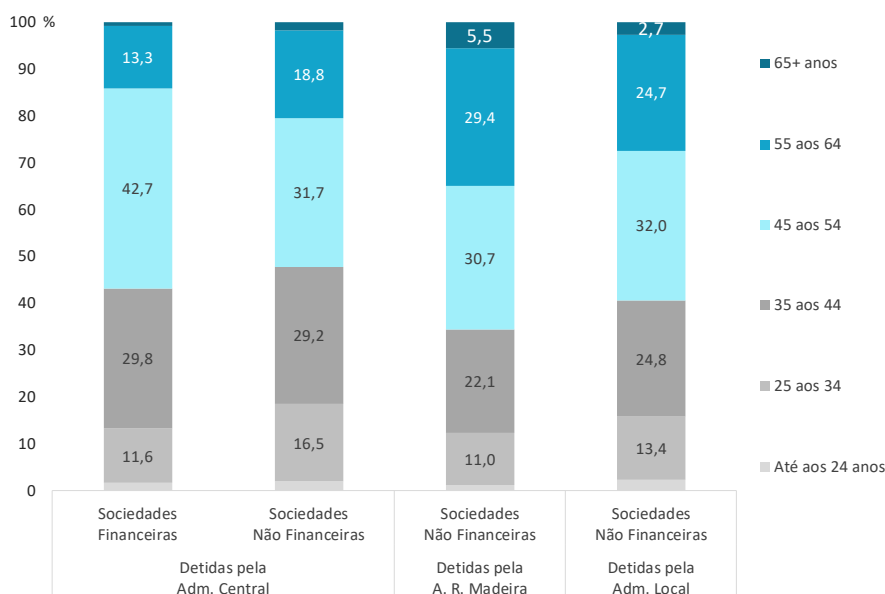
Quadro 7.1 (continuação) | Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2023

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA								DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
	Total emprego	Estrutura (%)						Total	Total emprego	Estrutura (%)						Total
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos			Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	
Total	2 473	1,3	11,0	22,1	30,7	29,4	5,5	100,0	21 874	2,4	13,4	24,8	32,0	24,7	2,7	100,0
Dirigente superior	18	0,0	0,0	5,6	50,0	27,8	16,7	100	172	0,0	1,2	15,1	48,3	25,6	9,9	100
Dirigente intermédio	24	0,0	0,0	12,5	62,5	25,0	0,0	100	901	0,2	2,2	25,6	48,3	20,6	3,0	100
Técnico superior	287	0,3	18,5	35,2	31,7	8,7	5,6	100	2 312	1,6	18,5	32,3	35,5	11,0	1,1	100
Assistente técnico/administrativo	522	0,8	8,8	21,3	27,2	33,7	8,2	100	4 303	1,7	13,2	26,3	32,1	23,9	2,7	100
Assist. operacional/operário/auxiliar	1 618	1,7	10,6	20,3	31,0	31,8	4,6	100	13 911	2,9	13,6	23,1	30,2	27,4	2,9	100
Informático	4	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	100	213	0,9	9,4	32,9	28,6	25,8	2,3	100

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Nota: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 7.1 | Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central, regional (Madeira) e local, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

A 31 de dezembro de 2023, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central era 45,0 anos. Este valor era 3,9 anos inferior à idade média registada neste tipo de entidade na administração regional da Madeira e 1,7 anos inferior ao valor das entidades empresariais da administração local (Quadro 7.2).

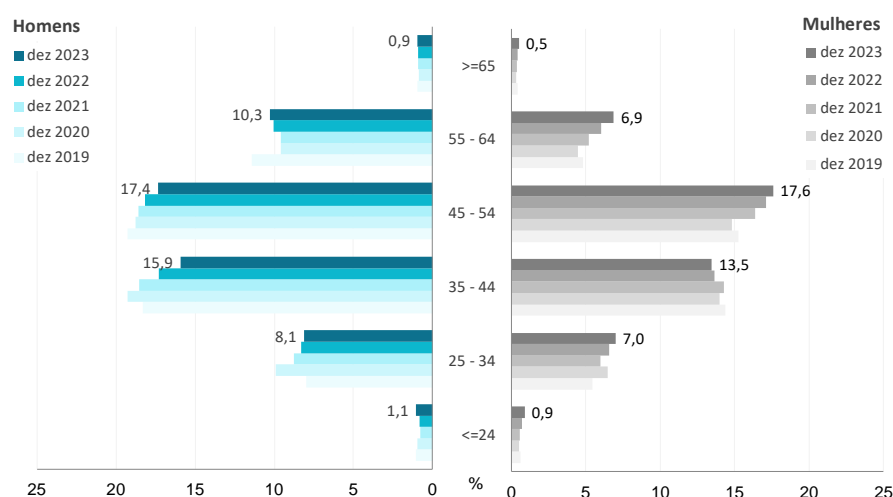
Nas entidades detidas pela administração central, os trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos e operacionais (66,2% do total de trabalhadores) tinham uma idade média de 44,5 e 45,0 anos, respetivamente, abaixo da idade média dos trabalhadores nas mesmas carreiras nas entidades detidas pela administração regional da Madeira (50,3 e 49,1 anos, respetivamente, com uma representatividade de 86,5% do total). Nas entidades detidas pela administração local, a idade média dos trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos e operacionais (83,3% do total de trabalhadores) era de 46,6 e 47 anos, respetivamente (Gráfico 7.3).

Quadro 7.2 | Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2023

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA			DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
TOTAL	45,0	45,9	42,0	48,8	17,3	26,4	46,7	29,1	34,9
Dirigente superior	54,6	0,0	3,0	55,9	0,0	0,0	52,1	0,0	1,8
Dirigente intermédio	50,1	0,6	8,9	50,5	0,0	0,0	49,2	1,1	10,3
Técnico superior	43,7	65,0	52,3	44,1	80,0	47,9	43,5	66,3	48,3
Assistente técnico/administrativo	44,5	53,7	44,3	50,3	11,4	22,5	46,6	29,7	34,7
Assist. operacional/operário/auxiliar	45,0	40,3	46,2	49,1	16,5	25,1	47,0	28,1	35,4
Informático	46,3	36,7	20,8	34,5	-	300,0	47,1	21,8	26,0
Docente ensino superior politécnico	-	-	-	-	-	-	53,7	0,0	11,5
Pessoal de inspeção	54,8	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Médico	58,3	0,0	3,6	-	-	-	42,0	-	0,0
Enfermeiro	40,2	173,3	118,9	-	-	-	51,3	0,0	40,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	39,8	137,5	132,0	-	-	-	-	-	-
Técnico superior de saúde	52,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Bombeiro	-	-	-	-	-	-	35,0	900,0	316,7

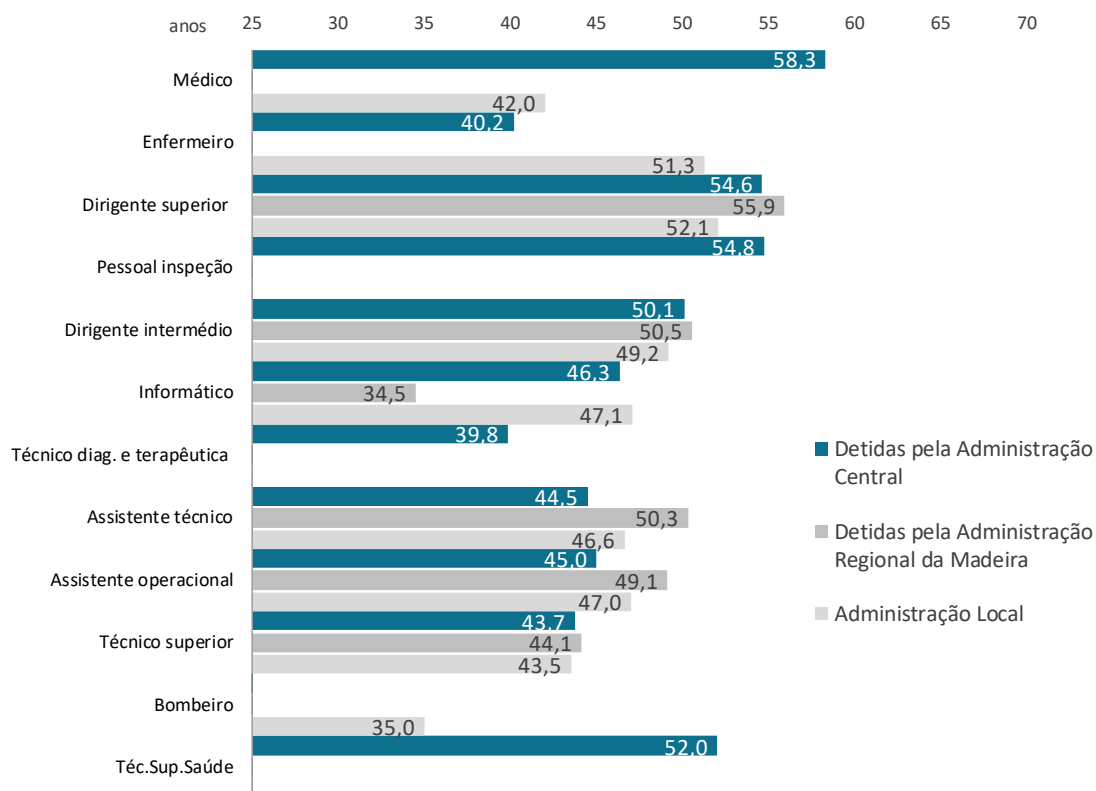
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024). (*) Em número índice, base = 100; Ver também Notas Técnicas relativas a conceitos.

Gráfico 7.2 | Repartição por sexo e escalão etário dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, de 31 dezembro 2019 a 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 7.3 | Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do setor público

Em 31 de dezembro de 2023, 54,3% dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central tinham habilitações ao nível do ensino superior, sendo este rácio mais elevado nas sociedades financeiras (84,1%) do que no conjunto das sociedades não financeiras (42%).

Este indicador apresentava valores mais baixos nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira e pela administração local: respetivamente, 15,0% e 19,9% dos trabalhadores detinham qualificações de nível superior, face à proporção de trabalhadores que possuíam ensino básico (61,8% e 46,9%, respetivamente).

Nas sociedades detidas pela administração central, do total de trabalhadores com ensino superior,

56,5% eram mulheres e 43,5% homens; nas sociedades detidas pela administração regional da Madeira 34,5% eram mulheres e 65,5% homens; e nas sociedades detidas pela administração local, 55,3% eram mulheres e 44,7% homens. (Quadro 8.1 e Gráfico 8.1).

Considerando os anos mais recentes, destaca-se a tendência crescente da proporção de trabalhadores com ensino superior nas empresas públicas e demais entidades do setor público. No caso dos trabalhadores do sexo masculino, observa-se um ligeiro decréscimo, relativamente ao período homólogo (-0,6%), nos trabalhadores com ensino superior, assim como uma relevante proporção de homens com qualificações ao nível do ensino básico e secundário. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras nas empresas e demais entidades detidas pela administração central, estas detêm sobretudo qualificações de nível superior (Gráfico 8.2).

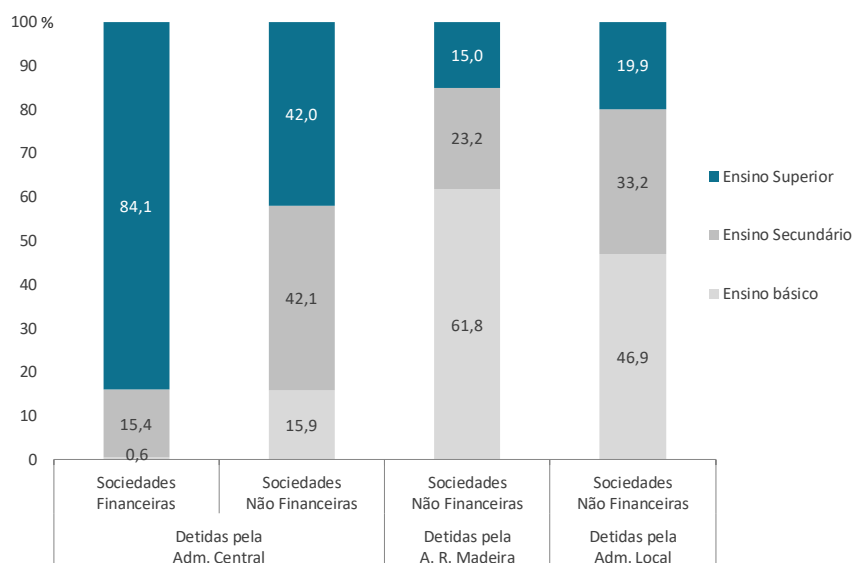
Quadro 8.1 | Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo em 31 dezembro, 2022 e 2023

Unidade: posto de trabalho	31 dezembro 2022			31 dezembro 2023			Variação (N.º)			Variação (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	16 097	12 884	28 981	14 890	12 849	27 739	-1 207	-35	-1 242	-7,5	-0,3	-4,3
Ensino básico	2 847	853	3 700	2 357	807	3 164	-490	-46	-536	-17,2	-5,4	-14,5
Ensino Secundário	6 234	3 518	9 752	5 981	3 545	9 526	-253	27	-226	-4,1	0,8	-2,3
Ensino Superior	7 016	8 513	15 529	6 552	8 497	15 049	-464	-16	-480	-6,6	-0,2	-3,1
Sociedades Financeiras	3 340	4 986	8 326	3 214	4 862	8 076	-126	-124	-250	-3,8	-2,5	-3,0
Ensino básico	47	12	59	34	11	45	-13	-1	-14	-27,7	-8,3	-23,7
Ensino Secundário	683	716	1 399	604	636	1 240	-79	-80	-159	-11,6	-11,2	-11,4
Ensino Superior	2 610	4 258	6 868	2 576	4 215	6 791	-34	-43	-77	-1,3	-1,0	-1,1
Sociedades Não Financeiras	12 757	7 898	20 655	11 676	7 987	19 663	-1 081	89	-992	-8,5	1,1	-4,8
Ensino básico	2 800	841	3 641	2 323	796	3 119	-477	-45	-522	-17,0	-5,4	-14,3
Ensino Secundário	5 551	2 802	8 353	5 377	2 909	8 286	-174	107	-67	-3,1	3,8	-0,8
Ensino Superior	4 406	4 255	8 661	3 976	4 282	8 258	-430	27	-403	-9,8	0,6	-4,7
DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA	2 017	388	2 405	2 068	405	2 473	51	17	68	2,5	4,4	2,8
Ensino básico	1 385	146	1 531	1 380	148	1 528	-5	2	-3	-0,4	1,4	-0,2
Ensino Secundário	398	120	518	445	129	574	47	9	56	11,8	7,5	10,8
Ensino Superior	234	122	356	243	128	371	9	6	15	3,9	4,9	4,2
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	14 739	5 838	20 577	15 651	6 223	21 874	912	385	1 297	6,2	6,6	6,3
Ensino básico	8 271	1 500	9 771	8 701	1 565	10 266	430	65	495	5,2	4,3	5,1
Ensino Secundário	4 645	2 084	6 729	5 006	2 250	7 256	361	166	527	7,8	8,0	7,8
Ensino Superior	1 823	2 254	4 077	1 944	2 408	4 352	121	154	275	6,6	6,8	6,8

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

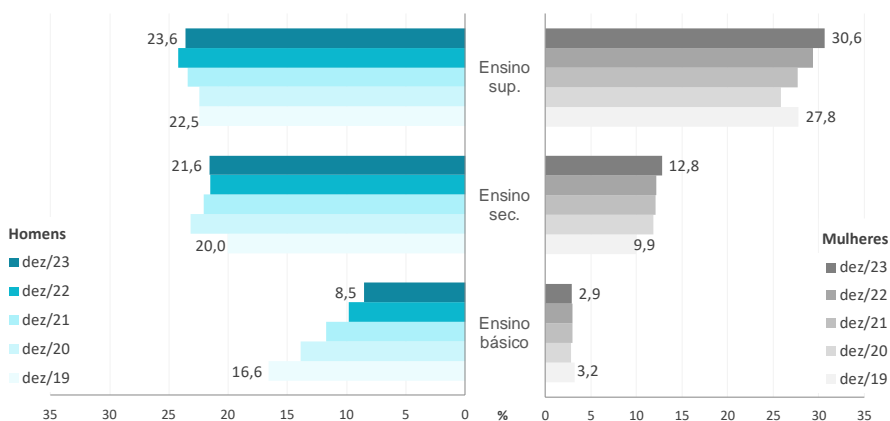
Nota: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.1 | Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, regional da Madeira e local, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 8.2 | Repartição por sexo e nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central em 31 dezembro, 2019 a 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Em 31 de dezembro de 2023, cinco em onze das carreiras/grupos dos trabalhadores das empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central registaram níveis de escolaridade de ensino superior acima de 90,0%, detalhadamente médico, enfermeiro, técnico superior de saúde (100,0%), técnico de diagnóstico e terapêutica (94,8%) e dirigente superior (91%).

O grupo de assistente operacional/ operário/ auxiliar (dos quais 82,2% possui ensino básico) era o que mais contribuía para que a proporção de trabalhadores com ensino básico na administração regional da Madeira fosse elevada (61,8%).



Nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração local destacam-se cinco carreiras/grupos com nível de escolaridade de ensino superior acima de 90,0%: docente do ensino superior politécnico, médico e enfermeiro (100,0%), técnico superior (98%) e dirigente superior (92,4%) (Quadro 8.2).

Quadro 8.2 | Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2023

Unidade: posto de trabalho	Emprego				Estrutura (%)			
	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
CARGO / CARREIRA / GRUPO								
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3 164	9 526	15 049	27 739	11,4	34,3	54,3	100,0
Dirigente superior	0	25	252	277	0,0	9,0	91,0	100,0
Dirigente intermédio	31	212	2 050	2 293	1,4	9,2	89,4	100,0
Técnico superior	35	1 073	5 299	6 407	0,5	16,7	82,7	100,0
Assistente técnico/administrativo	631	5 144	6 892	12 667	5,0	40,6	54,4	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	2 450	2 974	265	5 689	43,1	52,3	4,7	100,0
Informático	14	84	82	180	7,8	46,7	45,6	100,0
Pessoal de inspeção	3	11	6	20	15,0	55,0	30,0	100,0
Médico	0	0	29	29	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	0	0	116	116	0,0	0,0	100,0	100,0
Técnico diagnóstico e terapêutica	0	3	55	58	0,0	5,2	94,8	100,0
Técnico superior de saúde	0	0	3	3	0,0	0,0	100,0	100,0
DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA	1 528	574	371	2 473	61,8	23,2	15,0	100,0
Dirigente superior	0	0	18	18	0,0	0,0	100,0	100,0
Dirigente intermédio	1	5	18	24	4,2	20,8	75,0	100,0
Técnico superior	1	7	279	287	0,3	2,4	97,2	100,0
Assistente técnico/administrativo	196	282	44	522	37,5	54,0	8,4	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	1 330	277	11	1 618	82,2	17,1	0,7	100,0
Informático	0	3	1	4	0,0	75,0	25,0	100,0
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	10 266	7 256	4 352	21 874	46,9	33,2	19,9	100,0
Dirigente superior	2	11	159	172	1,2	6,4	92,4	100,0
Dirigente intermédio	33	97	771	901	3,7	10,8	85,6	100,0
Técnico superior	4	42	2 266	2 312	0,2	1,8	98,0	100,0
Assistente técnico/administrativo	704	2 855	744	4 303	16,4	66,3	17,3	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	9 509	4 139	263	13 911	68,4	29,8	1,9	100,0
Informático	6	96	111	213	2,8	45,1	52,1	100,0
Docente ensino superior politécnico	0	0	29	29	0,0	0,0	100,0	100,0
Médico	0	0	1	1	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	0	0	7	7	0,0	0,0	100,0	100,0
Bombeiro	8	16	1	25	32,0	64,0	4,0	100,0

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Nota: As sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do setor público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do setor público detidas pela administração central nas atividades de “Transportes e armazenagem” (Secção H), e “Atividades financeiras e de seguros” (Secção K) representava cerca de 65,9% do total de emprego nestas sociedades em dezembro de 2023.

Nas entidades detidas pela administração local, 65,9% do emprego estava afeto à atividade de

“Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (Secção E), onde se enquadram os serviços municipalizados.

Em geral, as remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores das sociedades detidas pela administração central apresentavam valores superiores aos das sociedades detidas pelos restantes níveis de administração (Quadro 9.1 e Gráfico 9.1).

Quadro 9.1 | Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica, 4.º trimestre 2023

Unidades: posto de trabalho e euro		DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				
		dezembro 2023		outubro 2023		
		Emprego		Remun. base média mensal (€)	Ganho médio mensal (€)	
		N.º	Peso %			
Secção	CAE Rev.3	Designação				
		Total	27 739	100,0	2 030,1	3 026,7
A		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	605	2,2	1 066,8	1 556,3
C		Indústrias transformadoras	865	3,1	1 456,6	2 122,2
D		Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5	0,0	3 884,3	4 314,9
E		Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3 569	12,9	1 466,0	1 840,0
F		Construção	8	0,0	1 772,3	2 238,6
G		Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3	0,0	1 272,3	1 443,1
H		Transportes e armazenagem	10 212	36,8	2 551,3	4 170,7
I		Alojamento, restauração e similares	1 944	7,0	1 067,9	1 355,1
J		Atividades de informação e de comunicação	377	1,4	1 907,8	2 633,4
K		Atividades financeiras e de seguros	8 075	29,1	2 057,1	2 949,8
L		Atividades imobiliárias	241	0,9	1 991,9	2 435,4
M		Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	252	0,9	2 606,4	3 232,6
N		Atividades administrativas e dos serviços de apoio	126	0,5	1 842,6	2 194,2
O		Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	107	0,4	1 903,0	2 079,1
P		Educação	18	0,1	1 816,4	2 386,6
Q		Atividades de saúde humana e apoio social	551	2,0	1 748,2	2 262,3
R		Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	707	2,6	1 478,8	1 753,1
S		Outras atividades de serviços	74	0,3	1 485,9	1 674,7

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

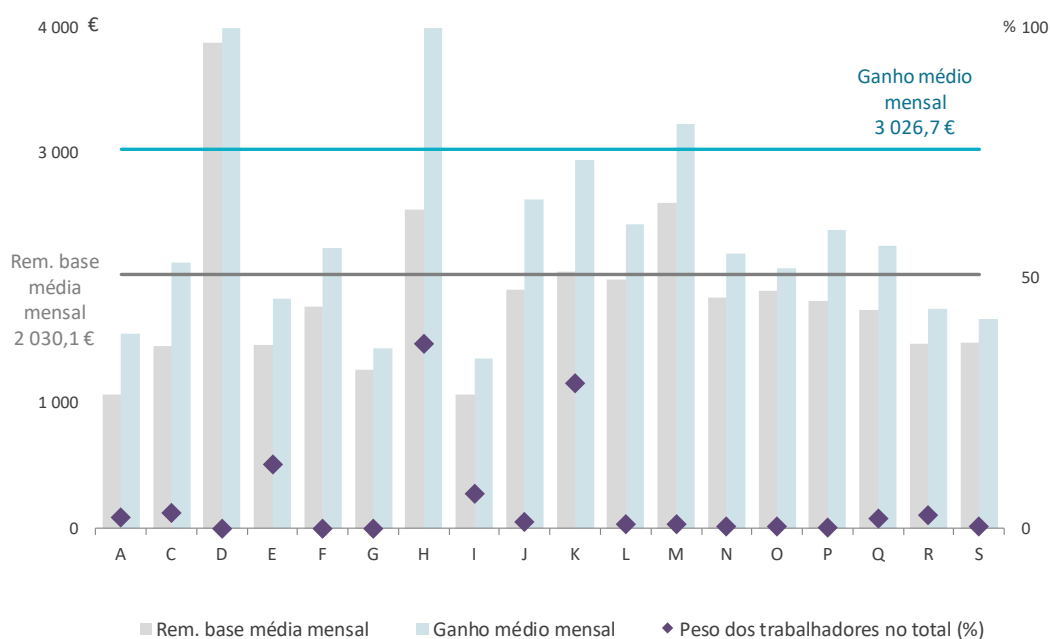
Quadro 9.1 (continuação) | Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica, 4.º trimestre 2023

Unidades: posto de trabalho e euro

Secção	CAE Rev.3	Designação	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA			DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
			dezembro 2023		outubro 2023		dezembro 2023		outubro 2023	
			Emprego		Remun. base média mensal (€)	Ganho médio mensal (€)	Emprego		Remun. base média mensal (€)	Ganho médio mensal (€)
			N.º	Peso %			N.º	Peso %		
	Total		2 473	100,0	1 382,1	1 950,8	21 874	100,0	1 087,8	1 376,9
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		0	0,0	-	-	11	0,1	1 032,9	1 193,0
C	Indústrias transformadoras		0	0,0	-	-	64	0,3	975,0	1 109,3
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio		706	28,6	2 245,5	3 313,3	24	0,1	2 147,2	2 357,1
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição		850	34,4	1 050,2	1 360,3	14 418	65,9	1 036,8	1 276,9
F	Construção		0	0,0	-	-	671	3,1	1 121,2	1 289,7
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos		284	11,5	969,0	1 336,9	117	0,5	962,1	1 309,7
H	Transportes e armazenagem		565	22,9	1 059,8	1 628,2	4 010	18,3	1 198,7	1 689,5
I	Alojamento, restauração e similares		0	0,0	-	-	86	0,4	1 061,5	1 206,1
J	Atividades de informação e de comunicação		20	0,8	1 361,2	1 587,1	111	0,5	1 638,5	1 749,4
L	Atividades imobiliárias		8	0,3	2 460,9	3 113,7	109	0,5	900,3	1 022,9
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		10	0,4	1 789,1	2 177,8	85	0,4	1 364,8	1 657,6
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio		30	1,2	3 047,6	3 275,9	235	1,1	1 519,5	1 765,5
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória		0	0,0	-	-	30	0,1	904,7	1 113,5
P	Educação		0	0,0	-	-	43	0,2	1 454,3	1 599,1
Q	Atividades de saúde humana e apoio social		0	0,0	-	-	120	0,6	837,8	995,9
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas		0	0,0	-	-	1 542	7,1	1 199,6	1 533,2
S	Outras atividades de serviços		0	0,0	-	-	198	0,9	1 000,8	1 278,1

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 9.1 | Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024)





III. OUTROS INDICADORES

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I

A 31 de dezembro de 2023, o emprego nas administrações públicas situava-se em 745 590 postos de trabalho, revelando um aumento de cerca de +0,5% em termos homólogos, correspondendo a mais 3 428 postos de trabalho.

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2024), e de acordo com as NUTS I, 92,5% dos trabalhadores exerciam funções no Continente,

3,6% na Região Autónoma dos Açores, 3,7% na Região Autónoma da Madeira e 0,3% fora do território.

As carreiras de assistente técnico/administrativo, assistente operacional/operário/auxiliar e educadores de infância/docentes do ensino básico e secundário, correspondiam a mais de metade do emprego total nas administrações públicas (53,8%) e representavam 68,1% do emprego fora do território (Quadro 10.1).

Quadro 10.1 | Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em 31 dezembro, 2022 e 2023

Unidade: posto de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS									
	31 dez 2022					31 dez 2023				
	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO
Total	742 162	686 242	26 609	27 210	2 101	745 590	689 699	26 513	27 254	2 124
Representantes do poder legislativo (a)	3 789	3 409	223	157	0	4 142	3 719	262	161	0
Dirigente superior	1 830	1 565	150	115	0	1 843	1 586	142	115	0
Dirigente intermédio	13 019	11 931	440	648	0	13 487	12 379	455	653	0
Técnico superior	76 909	70 890	2 817	2 862	340	79 499	73 278	2 905	2 968	348
Assistente técnico/administrativo (b)	91 667	82 388	4 451	4 112	716	91 616	82 272	4 430	4 187	727
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	167 618	151 344	7 847	8 038	389	168 115	151 959	7 847	7 912	397
Informático	5 258	4 632	327	296	3	5 367	4 735	326	304	2
Magistrado	3 961	3 833	68	60	0	4 062	3 938	66	58	0
Diplomata (d)	419	150	0	0	269	416	139	0	0	277
Pessoal de investigação científica	3 915	3 827	50	38	0	4 124	4 022	54	48	0
Docente ensino universitário	17 077	16 581	202	244	50	17 414	16 928	208	228	50
Docente ensino superior politécnico	11 544	11 362	46	136	0	11 677	11 523	31	123	0
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	141 341	129 520	5 492	5 995	334	141 286	129 347	5 620	5 996	323
Pessoal de inspeção	1 875	1 661	135	79	0	1 842	1 634	134	74	0
Médico	32 874	31 301	838	735	0	33 106	31 664	689	753	0
Enfermeiro	54 574	50 770	1 888	1 916	0	54 822	51 016	1 827	1 979	0
Técnico diagnóstico e terapêutica	10 982	10 145	467	370	0	11 047	10 229	454	364	0
Técnico superior de saúde	1 901	1 779	35	87	0	2 016	1 886	35	95	0
Administração tributária e aduaneira	8 844	8 626	0	218	0	8 464	8 255	0	209	0
Conservador e Notário	529	519	0	10	0	513	503	0	10	0
Oficial dos registos e do notariado	3 536	3 439	0	97	0	3 384	3 289	0	95	0
Oficial de justiça	7 353	7 020	186	147	0	7 334	6 997	186	151	0
Forças Armadas (*)	24 296	22 832	921	543	0	23 316	22 030	816	470	0
Polícia Judiciária	2 198	2 198	0	0	0	2 973	2 973	0	0	0
Polícia de Segurança Pública (*)	21 068	21 068	0	0	0	20 923	20 923	0	0	0
Guarda Nacional Republicana (*)	23 014	23 014	0	0	0	23 004	23 004	0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras	992	992	0	0	0	0	0	0	0	0
Guarda prisional	4 077	4 077	0	0	0	4 082	4 082	0	0	0
Outro pessoal de segurança	1 227	1 142	0	85	0	1 144	1 062	0	82	0
Bombeiro	2 930	2 708	0	222	0	3 000	2 781	0	219	0
Polícia municipal (e)	1 545	1 519	26	0	0	1 572	1 546	26	0	0

Quadro 10.1(continuação) | Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em 31 dezembro, 2022 e 2023

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
	VH (%)				
	PORTUGAL	CONTINENTE	R.A. DOS AÇORES	R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO
Total	0,5	0,5	-0,4	0,2	1,1
Representantes do poder legislativo (a)	9,3	9,1	17,5	2,5	-
Dirigente superior	0,7	1,3	-5,3	0,0	-
Dirigente intermédio	3,6	3,8	3,4	0,8	-
Técnico superior	3,4	3,4	3,1	3,7	2,4
Assistente técnico/administrativo (b)	-0,1	-0,1	-0,5	1,8	1,5
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	0,3	0,4	0,0	-1,6	2,1
Informático	2,1	2,2	-0,3	2,7	-33,3
Magistrado	2,5	2,7	-2,9	-3,3	-
Diplomata (d)	-0,7	-7,3	-	-	3,0
Pessoal de investigação científica	5,3	5,1	8,0	26,3	-
Docente ensino universitário	2,0	2,1	3,0	-6,6	0,0
Docente ensino superior politécnico	1,2	1,4	-32,6	-9,6	-
Educ. infância e doc. ens. básico/secund.	0,0	-0,1	2,3	0,0	-3,3
Pessoal de inspeção	-1,8	-1,6	-0,7	-6,3	-
Médico	0,7	1,2	-17,8	2,4	-
Enfermeiro	0,5	0,5	-3,2	3,3	-
Técnico diagnóstico e terapêutica	0,6	0,8	-2,8	-1,6	-
Técnico superior de saúde	6,0	6,0	0,0	9,2	-
Administração tributária e aduaneira	-4,3	-4,3	-	-4,1	-
Conservador e Notário	-3,0	-3,1	-	0,0	-
Oficial dos registos e do notariado	-4,3	-4,4	-	-2,1	-
Oficial de justiça	-0,3	-0,3	0,0	2,7	-
Forças Armadas (*)	-4,0	-3,5	-11,4	-13,4	-
Polícia Judiciária	35,3	35,3	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	-0,7	-0,7	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	0,0	0,0	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	-100,0	-100,0	-	-	-
Guarda prisional	0,1	0,1	-	-	-
Outro pessoal de segurança	-6,8	-7,0	-	-3,5	-
Bombeiro	2,4	2,7	-	-1,4	-
Polícia municipal (e)	1,7	1,8	0,0	-	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024)

Em outubro de 2023, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas situava-se em cerca de 1 659,5€, correspondendo a uma variação homóloga de +5,6%, por efeito conjugado da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios, progressões e promoções.

O ganho médio mensal nas administrações públicas é estimado, para outubro de 2023, em 1 969,7€, correspondendo a uma variação homóloga de +6,6%, pelos mesmos motivos referidos para a remuneração base média mensal.



Na distribuição geográfica segundo as NUTS I, o ganho médio mensal dos trabalhadores em exercício de funções em serviços externos (fora do território nacional) era superior às restantes regiões (à exceção da carreira de docente do ensino universitário), destacando-se a diferença face ao continente do ganho médio mensal na carreira de diplomata devido aos suplementos regulares que são devidos no exercício de funções no estrangeiro, dependendo do país de colocação (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 | Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I em outubro 2023

Unidade: euro

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS									
	outubro 2023									
	PORTUGAL		CONTINENTE		R.A. DOS AÇORES		R.A. DA MADEIRA		FORA DO TERRITÓRIO	
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM
Total	1 659,5	1 969,7	1 663,0	1 968,4	1 540,2	1 847,7	1 611,0	1 915,1	2 584,6	4 455,1
Representantes do poder legislativo (a)	2 733,6	3 516,0	2 647,6	3 433,9	3 298,0	4 164,8	3 255,5	3 885,9	-	-
Dirigente superior	4 073,1	5 109,6	4 131,9	5 200,9	3 793,5	4 508,8	3 649,5	4 634,2	-	-
Dirigente intermédio	2 770,1	3 283,6	2 757,1	3 262,0	2 787,9	3 142,0	3 004,9	3 793,8	-	-
Técnico superior	1 764,2	1 968,0	1 756,1	1 951,7	1 724,8	1 901,7	1 812,0	2 017,9	3 188,9	5 113,9
Assistente técnico/administrativo (b)	1 045,1	1 248,9	1 028,6	1 232,8	1 063,6	1 249,0	1 103,4	1 282,8	2 425,3	2 819,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	802,1	1 004,4	798,2	999,1	815,5	1 067,2	837,8	1 023,3	1 310,1	1 496,4
Informático	1 895,9	2 159,9	1 894,2	2 152,4	1 857,8	2 038,8	1 965,0	2 372,0	1 935,9	8 150,7
Magistrado	5 291,7	6 361,5	5 307,5	6 361,1	4 822,7	6 345,8	4 872,5	6 404,4	-	-
Diplomata (d)	2 550,4	9 193,8	2 487,4	3 146,2	-	-	-	-	2 580,1	12 049,6
Pessoal de investigação científica	2 815,9	2 949,5	2 816,9	2 950,6	3 224,5	3 369,2	2 431,5	2 555,2	-	-
Docente ensino universitário	3 837,8	3 984,2	3 850,2	3 987,5	3 853,4	4 015,6	3 602,2	3 746,8	2 201,2	3 980,6
Docente ensino superior politécnico	3 261,2	3 407,4	3 258,1	3 403,9	3 876,5	4 045,0	3 346,0	3 574,2	-	-
Educ. infância e doc. ens. básico/second.	2 298,0	2 432,0	2 289,6	2 421,4	2 290,3	2 455,7	2 392,6	2 540,5	4 025,0	4 209,4
Pessoal de inspeção	2 355,4	2 728,7	2 375,0	2 737,3	2 170,7	2 699,2	2 238,5	2 588,5	-	-
Médico	2 750,5	4 082,2	2 745,1	4 023,4	2 877,9	4 858,9	2 846,6	5 683,2	-	-
Enfermeiro	1 620,3	1 991,4	1 617,6	1 981,3	1 650,8	2 265,1	1 662,3	1 999,8	-	-
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 529,1	1 821,7	1 526,7	1 818,9	1 489,3	1 796,5	1 645,9	1 933,7	-	-
Técnico superior de saúde	1 936,7	2 231,4	1 921,1	2 216,2	2 393,8	2 930,8	2 067,7	2 266,7	-	-
Administração tributária e aduaneira	2 221,9	2 447,1	2 225,8	2 451,1	-	-	2 066,4	2 283,2	-	-
Conservador e Notário	4 314,7	4 700,3	4 305,8	4 660,2	-	-	4 809,4	6 950,0	-	-
Oficial dos registos e do notariado	2 143,2	2 356,5	2 142,0	2 346,1	-	-	2 184,8	2 729,6	-	-
Oficial de justiça	1 594,2	1 885,6	1 599,4	1 881,0	1 467,4	1 960,8	1 520,4	1 999,0	-	-
Forças Armadas (*)	1 458,8	2 093,5	1 473,4	2 119,4	1 210,7	1 664,9	1 247,0	1 699,4	-	-
Polícia Judiciária	2 295,4	2 836,4	2 295,4	2 836,4	-	-	-	-	-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	1 634,7	2 230,5	1 634,7	2 230,5	-	-	-	-	-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	1 729,7	2 024,8	1 729,7	2 024,8	-	-	-	-	-	-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 251,9	3 137,2	2 251,9	3 137,2	-	-	-	-	-	-
Guarda prisional	1 202,9	2 271,0	1 202,9	2 271,0	-	-	-	-	-	-
Outro pessoal de segurança	1 331,2	1 688,6	1 342,3	1 696,6	-	-	1 187,2	1 583,6	-	-
Bombeiro	1 170,6	1 812,4	1 164,7	1 782,2	-	-	1 244,8	2 191,5	-	-
Polícia municipal (e)	1 096,0	1 706,7	1 103,8	1 719,6	656,0	970,3	-	-	-	-

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, abrangendo os membros do CSM, não magistrados, eleitos pela Assembleia da República; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

(*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).

(†) A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

RBMM: Remuneração base média mensal; GMM: Ganho médio mensal.

NUTS 2024 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2024.

11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos, versão NUTS 2024, em dezembro de 2023, a maior concentração de estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos situava-se no Norte (290).

Ao nível de NUTS II, para os mesmos estabelecimentos, a Grande Lisboa registava, em

média, o maior número de docentes por estabelecimento (175,4), seguindo-se o Algarve (173,5) e o Oeste e Vale do Tejo (169,1). A Área Metropolitana do Porto e a Grande Lisboa (NUTS III) concentravam, em conjunto, o maior número de trabalhadores nos estabelecimentos de educação e ensino públicos: 31,0% nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e 46,4% nos estabelecimentos de ensino superior (Quadro 11.1).

Quadro 11.1 | Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2023

NUTS II e III	Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário								Estabelecimentos ensino superior		
	N.º de estabelec.	Educ. Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelec.	Total Emprego nos estabelec. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	Total emprego (*) por 1000 residentes 3-18 anos	Docentes por 1000 residentes 3-18 anos	População residente 3-18 anos por docente	Investigadores e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estabelec. Ens. Sup.
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(8)	(7)	(8)	(9)
Portugal	886	138 560	156,4	203 764	230,0	133,0	90,5	11,1	17 256	11 674	45 496
Continente	811	127 297	157,0	187 570	231,3	128,8	87,4	11,4	16 820	11 520	44 485
Norte	290	45 966	158,5	68 747	237,1	136,0	90,9	11,0	5 140	3 852	13 414
Alto Minho	20	3 227	161,4	4 903	245,2	165,2	108,7	9,2	0	467	613
Cávado	31	5 675	183,1	7 978	257,4	125,7	89,4	11,2	830	546	2 251
Ave	33	5 172	156,7	7 540	228,5	129,4	88,7	11,3	486	0	806
Área Metropolitana do Porto	121	20 431	168,9	30 910	255,5	122,1	80,7	12,4	3 311	1 867	7 530
Alto Tâmega e Barroso	8	1 199	149,9	1 803	225,4	203,9	135,6	7,4	0	0	0
Tâmega e Sousa	41	5 811	141,7	8 959	218,5	153,0	99,3	10,1	0	145	163
Douro	24	2 885	120,2	4 344	181,0	198,2	131,7	7,6	513	143	1 121
Terras de Trás-os-Montes	12	1 566	130,5	2 310	192,5	198,3	134,4	7,4	0	684	930
Centro	147	22 220	151,2	32 554	221,5	146,4	100,0	10,0	3 368	3 425	11 026
Região de Aveiro	28	5 089	181,8	7 125	254,5	131,5	93,9	10,7	722	387	2 279
Região de Coimbra	36	5 674	157,6	8 309	230,8	144,4	98,6	10,1	1 815	1 083	4 797
Região de Leiria	23	3 656	159,0	5 316	231,1	127,9	88,0	11,4	0	808	1 164
Viseu Dão Lafões	25	3 768	150,7	5 757	230,3	171,1	112,0	8,9	0	426	619
Beira Baixa	11	1 242	112,9	1 849	168,1	158,5	106,5	9,4	0	440	648
Beiras e Serra da Estrela	24	2 791	116,3	4 198	174,9	177,2	117,8	8,5	831	281	1 519
Oeste e Vale do Tejo	66	11 160	169,1	16 546	250,7	135,7	91,5	10,9	0	843	1 232
Oeste	27	4 559	168,9	6 948	257,3	121,7	79,9	12,5	0	306	376
Médio Tejo	17	3 042	178,9	4 399	258,8	152,9	105,7	9,5	0	134	261
Lezíria do Tejo	22	3 559	161,8	5 199	236,3	144,1	98,6	10,1	0	403	595
Grande Lisboa	131	22 980	175,4	32 291	246,5	96,4	68,6	14,6	6 668	1 684	13 581
Península de Setúbal	64	10 403	162,6	14 978	234,0	112,4	78,1	12,8	518	783	1 867
Alentejo	72	7 456	103,6	11 501	159,7	177,5	115,0	8,7	567	547	1 966
Alentejo Litoral	16	1 345	84,1	2 145	134,1	162,2	101,7	9,8	0	0	0
Baixo Alentejo	18	1 959	108,8	3 023	167,9	183,8	119,1	8,4	0	276	396
Alto Alentejo	20	1 710	85,5	2 562	128,1	182,2	121,6	8,2	0	235	379
Alentejo Central	18	2 442	135,7	3 771	209,5	178,8	115,8	8,6	567	36	1 191
Algarve	41	7 112	173,5	10 953	267,2	149,8	97,3	10,3	559	386	1 399
Região Autónoma dos Açores	39	5 596	143,5	7 910	202,8	202,3	143,1	7,0	208	31	484
Região Autónoma da Madeira	36	5 667	157,4	8 284	230,1	224,3	153,4	6,5	228	123	527

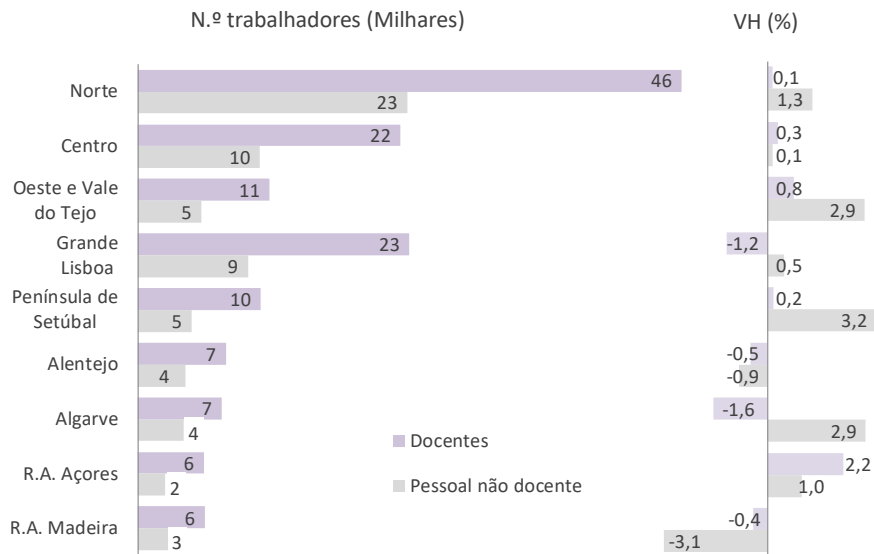
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Estimativas anuais da população residente; Ver Notas técnicas.

Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos correspondendo à CAE Educação, exceto Formação Profissional e estabelecimentos de ensino das Forças Armadas. “-”: Ver sinais convencionais. NUTS 2024 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2024.



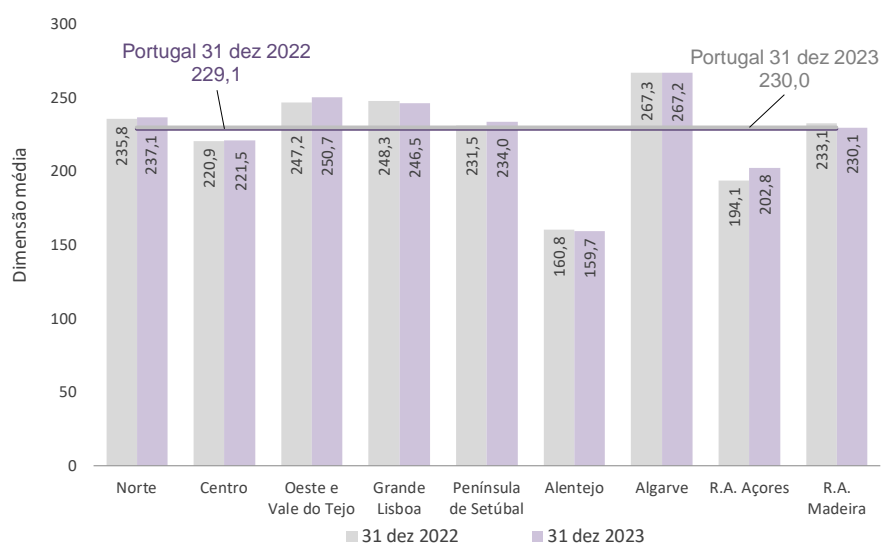
O emprego de pessoal docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário diminuiu face ao período homólogo em Portugal (-0,1%), com destaque, na distribuição geográfica segundo as NUTS II, para a descida no Algarve (-1,6%) e na Grande Lisboa (-1,2%). Quanto ao emprego de pessoal não docente, comparativamente com o período homólogo, registou um aumento de 1,0% no país, tendo crescido na maioria das regiões, com destaque para a Península de Setúbal (+3,2%), o Oeste e Vale do Tejo e o Algarve (ambos, +2,9%), excetuando a Região Autónoma da Madeira e o Alentejo (-3,1% e -0,9%, respetivamente) (Gráfico 11.1).

Gráfico 11.1 | Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

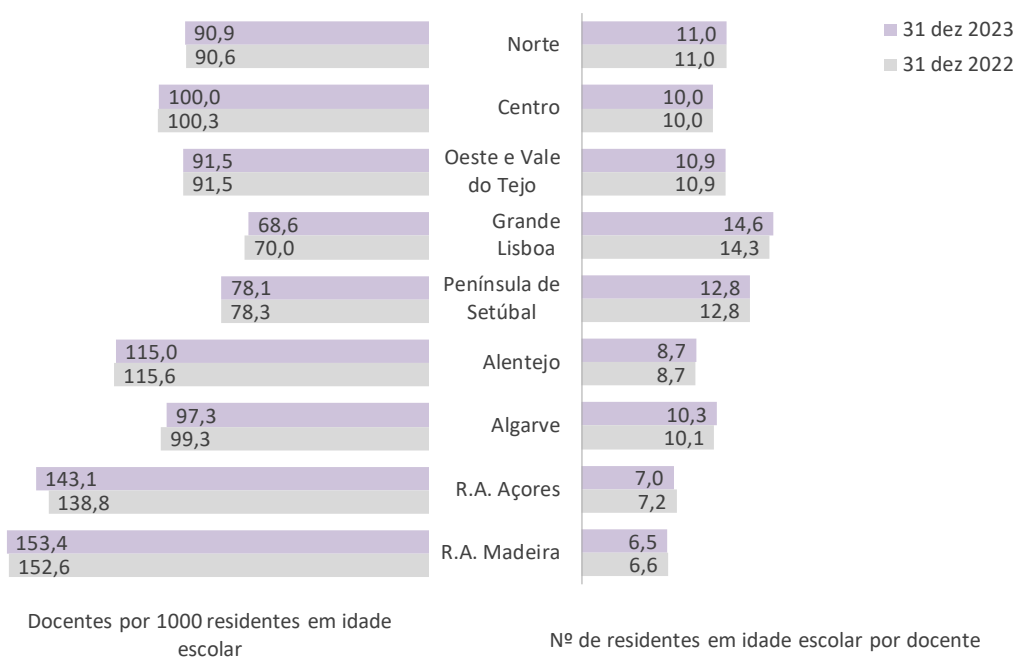
Gráfico 11.2 | Dimensão média (número de trabalhadores) dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II em 31 dezembro, 2022 e 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Os estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos apresentavam uma dimensão média, em termos de emprego, de 230,0 trabalhadores. Este indicador apresentava o valor máximo no Algarve (267,2) e o valor mínimo nos estabelecimentos do Alentejo, com 159,7 trabalhadores, em média (Quadro 11.1 e Gráfico 11.2).

Gráfico 11.3 | Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II em 31 dezembro, 2022 e 2023



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Estimativas anuais da população residente; NUTS - versão 2024.

Segundo os dados recolhidos pelo SIOE, no final de 2023 existiam em Portugal, em média, 11,1 residentes em idade escolar por docente em estabelecimento de educação e ensino básico e secundário. Este indicador era mais elevado na Grande Lisboa (14,6) em oposição à Região Autónoma da Madeira, com 6,5 residentes em idade escolar para cada docente (Quadro 11.1 e Gráfico 11.3).

A Grande Lisboa e a Área Metropolitana do Porto (NUTS III) detinham, em conjunto, o maior número de investigadores e docentes de ensino universitário: perto de 46,4% (13 581 e 7 530, respetivamente). Os docentes do ensino superior politécnico tinham maior expressão no Norte (NUTS II): aproximadamente 33,0% do total (Quadro 11.1).

Em outubro de 2023, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos de educação e ensino públicos, aumentaram em Portugal, face ao período homólogo (+4,4%), crescimento que se verificou em todas as regiões NUTS II. A Região Autónoma da Madeira registou o crescimento mais elevado (+6,8%). Da mesma forma, o ganho médio dos trabalhadores a tempo completo revelou, em termos homólogos, uma variação positiva no país (+5,5%) e em todas as NUTS II, com destaque para a Região Autónoma da Madeira (+8,0%) (Quadro 11.2).



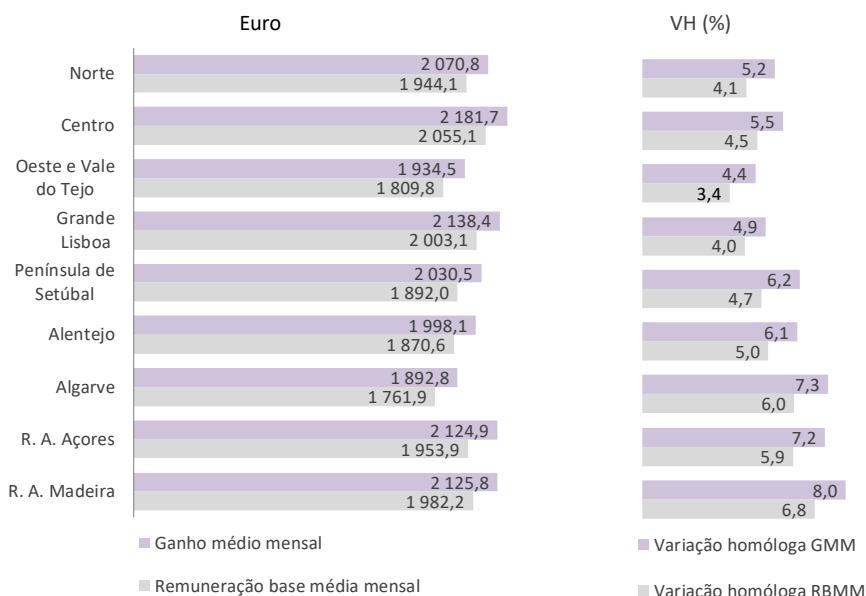
Quadro 11.2 | Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS em outubro, 2020 a 2023

Unidade: Euro

NUTS II e III	ESTABELECEMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO PÚBLICOS (TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO)									
	Remuneração base média mensal					Ganho médio mensal				
	2020	2021	2022	2023	VH (%)	2020	2021	2022	2023	VH (%)
	outubro	outubro	outubro	outubro		outubro	outubro	outubro	outubro	
Portugal	1 835,8	1 849,9	1 865,8	1 948,7	4,4	1 947,2	1 955,6	1 971,0	2 080,1	5,5
Continente	1 843,8	1 854,3	1 867,0	1 947,1	4,3	1 953,7	1 958,6	1 970,6	2 076,5	5,4
Norte	1 838,8	1 857,2	1 868,2	1 944,1	4,1	1 953,3	1 957,9	1 968,4	2 070,8	5,2
Alto Minho	1 756,6	1 782,1	1 770,2	1 865,8	5,4	1 857,3	1 878,7	1 867,3	1 986,9	6,4
Cávado	1 982,4	2 017,7	2 008,8	2 054,0	2,3	2 088,7	2 120,9	2 111,0	2 182,5	3,4
Ave	1 825,6	1 834,0	1 861,5	1 928,8	3,6	1 926,1	1 934,7	1 961,2	2 060,3	5,1
Área Metropolitana do Porto	1 873,3	1 886,5	1 893,7	1 982,1	4,7	1 989,2	1 987,6	1 994,8	2 110,5	5,8
Alto Tâmega e Barroso	1 788,7	1 803,4	1 829,7	1 906,2	4,2	1 887,8	1 901,7	1 934,6	2 025,9	4,7
Tâmega e Sousa	1 588,0	1 607,1	1 662,3	1 753,6	5,5	1 709,5	1 709,2	1 760,2	1 876,0	6,6
Douro	1 859,8	1 896,3	1 901,5	2 012,9	5,9	2 016,2	1 996,3	2 000,2	2 135,8	6,8
Terras de Trás-os-Montes	1 921,2	1 923,5	1 931,6	1 839,6	-4,8	2 023,7	2 020,2	2 029,0	1 962,1	-3,3
Centro	1 935,9	1 948,9	1 966,4	2 055,1	4,5	2 041,2	2 051,2	2 067,5	2 181,7	5,5
Região de Aveiro	1 968,8	1 977,2	1 996,0	2 078,0	4,1	2 077,2	2 077,5	2 095,8	2 204,0	5,2
Região de Coimbra	2 043,3	2 049,0	2 063,9	2 144,8	3,9	2 149,4	2 155,6	2 165,9	2 273,1	5,0
Região de Leiria	1 807,2	1 820,0	1 831,1	1 932,1	5,5	1 912,1	1 923,9	1 931,5	2 057,3	6,5
Viseu Dão Lafões	1 837,7	1 865,5	1 899,2	1 977,7	4,1	1 943,0	1 965,5	2 002,1	2 101,5	5,0
Beira Baixa	1 876,7	1 915,9	1 921,5	2 001,0	4,1	1 981,0	2 017,7	2 023,1	2 132,5	5,4
Beiras e Serra da Estrela	1 933,1	1 941,8	1 954,1	2 072,2	6,0	2 032,8	2 038,5	2 054,0	2 199,0	7,1
Oeste e Vale do Tejo	1 721,0	1 731,4	1 749,8	1 809,8	3,4	1 826,5	1 833,9	1 852,4	1 934,5	4,4
Oeste	1 685,7	1 686,6	1 706,7	1 759,0	3,1	1 792,8	1 787,9	1 809,8	1 884,9	4,2
Médio Tejo	1 763,6	1 813,2	1 829,5	1 872,9	2,4	1 868,4	1 911,4	1 933,4	1 995,6	3,2
Lezíria do Tejo	1 729,5	1 720,9	1 737,7	1 821,0	4,8	1 833,8	1 828,6	1 838,3	1 945,7	5,8
Grande Lisboa	1 902,0	1 905,4	1 925,8	2 003,1	4,0	2 012,1	2 015,0	2 039,6	2 138,4	4,9
Península de Setúbal	1 814,6	1 820,2	1 807,6	1 892,0	4,7	1 920,3	1 928,2	1 912,1	2 030,5	6,2
Alentejo	1 761,6	1 748,9	1 782,3	1 870,6	5,0	1 865,1	1 849,5	1 883,8	1 998,1	6,1
Alentejo Litoral	1 569,1	1 551,9	1 602,9	1 695,3	5,8	1 670,1	1 654,5	1 703,0	1 823,1	7,1
Baixo Alentejo	1 706,4	1 691,1	1 704,6	1 812,9	6,4	1 806,6	1 788,4	1 802,1	1 937,6	7,5
Alto Alentejo	1 725,6	1 675,2	1 742,4	1 812,2	4,0	1 829,6	1 772,3	1 845,3	1 941,7	5,2
Alentejo Central	1 909,1	1 929,2	1 943,2	2 023,9	4,2	2 015,8	2 033,4	2 047,2	2 151,9	5,1
Algarve	1 645,4	1 664,5	1 662,8	1 761,9	6,0	1 760,2	1 780,8	1 764,2	1 892,8	7,3
Região Autónoma dos Açores	1 721,6	1 763,7	1 844,7	1 953,9	5,9	1 863,4	1 901,9	1 982,9	2 124,9	7,2
Região Autónoma da Madeira	1 750,7	1 820,8	1 856,6	1 982,2	6,8	1 869,5	1 933,4	1 968,8	2 125,8	8,0

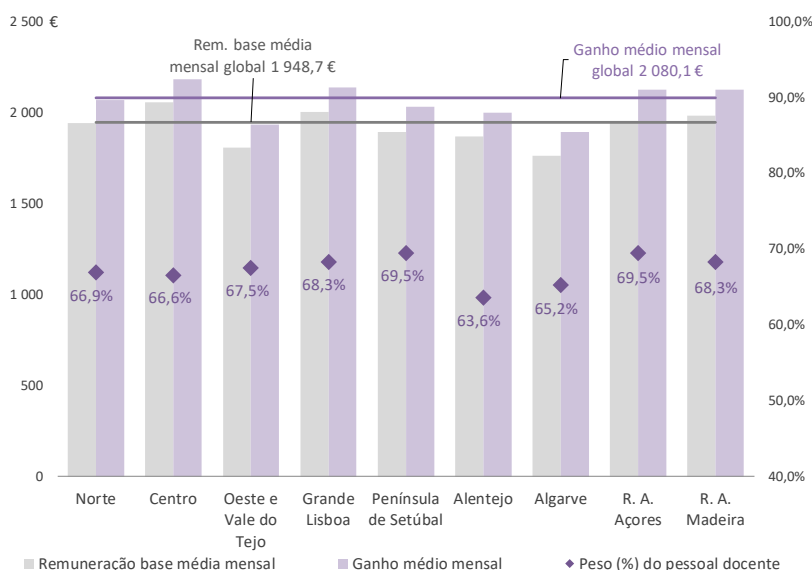
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Gráfico 11.4 | Remunerações nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS – versão 2024.

Gráfico 11.5 | Remunerações e emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

No território português, o **emprego em estabelecimentos de saúde** do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – correspondendo à “Atividade de saúde humana” - concentrava-se, ao nível das regiões NUTS II, no Norte, na Grande Lisboa e na região Centro (no conjunto, 73,2% do total de emprego em saúde, em dezembro de 2023).

Destaca-se a região Norte (com mais população residente) como a maior empregadora, com 52 808 trabalhadores nas atividades de saúde humana, correspondendo a 33,4% da distribuição total do

emprego e com a maior percentagem do peso do pessoal de saúde: 65,4%.

No indicador Pessoal de saúde por 1 000 residentes, destacam-se as regiões autónomas por apresentarem os valores mais elevados (12,2 na RAA e 12,3 na RAM) enquanto nas restantes regiões NUTS II os valores aproximavam-se da média nacional (9,3 trabalhadores da saúde por 1 000 habitantes). É importante realçar os valores da região Centro (com 10,4 trabalhadores por 1 000 habitantes) e da Grande Lisboa (com 10,2 trabalhadores por 1 000 habitantes). De referir que a região Oeste e Vale do Tejo está abaixo da média (5,7 trabalhadores por 1 000 habitantes) (Quadro 11.3).



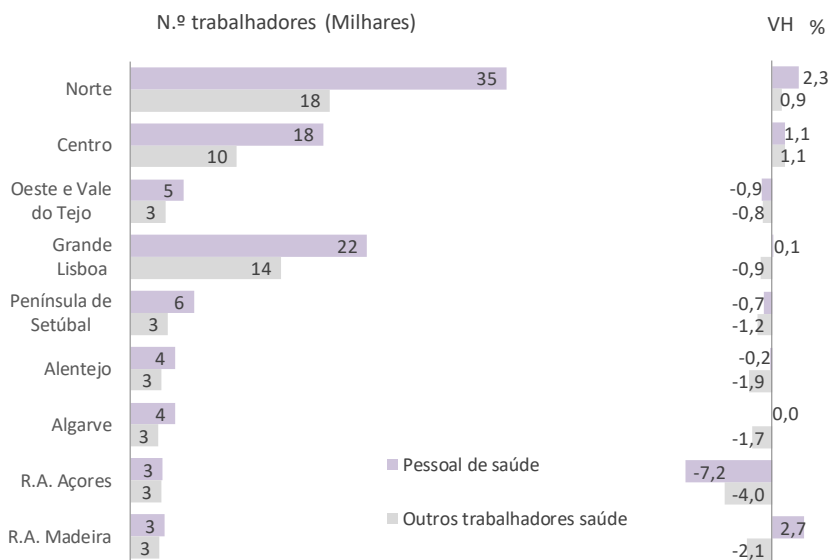
Quadro 11.3 | Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2023

Entidades do setor das administrações públicas na "Atividade de saúde humana"										
NUTS II e III	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde	Total emprego saúde (*)	Peso do pessoal de saúde (%)	Distribuição do total do emprego (%)	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) 1000 residentes
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	(6)	(7)=(5)/(6)	(8)	(9)	(10)
Portugal	32 701	53 926	10 361	1 776	98 764	158 163	62,4	100,0	9,3	14,9
Continente	31 264	50 139	9 629	1 649	92 681	146 570	63,2	92,7	9,1	14,5
Norte	12 497	18 517	2 959	546	34 519	52 808	65,4	33,4	9,4	14,4
Alto Minho	658	1 064	143	33	1 898	3 018	62,9	1,9	8,1	12,9
Cávado	1 386	1 878	248	40	3 552	5 449	65,2	3,4	8,3	12,7
Ave	823	1 208	152	29	2 212	3 233	68,4	2,0	5,2	7,7
Área Metropolitana do Porto	7 541	10 635	1 768	362	20 306	30 603	66,4	19,3	11,3	17,0
Alto Tâmega e Barroso	99	148	15	0	262	428	61,2	0,3	3,1	5,1
Tâmega e Sousa	939	1 409	223	24	2 595	4 120	63,0	2,6	6,3	10,1
Douro	739	1 447	266	36	2 488	3 882	64,1	2,5	13,5	21,1
Terras de Trás-os-Montes	312	728	144	22	1 206	2 075	58,1	1,3	11,2	19,3
Centro	5 636	9 949	1 758	334	17 677	27 431	64,4	17,3	10,4	16,2
Região de Aveiro	847	1 282	190	38	2 357	3 511	67,1	2,2	6,1	9,1
Região de Coimbra	2 566	4 293	803	170	7 832	12 025	65,1	7,6	17,5	26,9
Região de Leiria	592	1 180	171	31	1 974	3 002	65,8	1,9	6,6	10,1
Viseu Dão Lafões	887	1 314	230	34	2 465	3 652	67,5	2,3	9,6	14,2
Beira Baixa	192	529	107	16	844	1 421	59,4	0,9	8,4	14,2
Beiras e Serra da Estrela	552	1 351	257	45	2 205	3 820	57,7	2,4	10,5	18,2
Oeste e Vale do Tejo	1 306	2 865	570	81	4 822	8 024	60,1	5,1	5,7	9,4
Oeste	505	982	181	24	1 692	2 811	60,2	1,8	4,4	7,2
Médio Tejo	395	1 022	223	32	1 672	2 801	59,7	1,8	7,7	12,9
Lezíria do Tejo	406	861	166	25	1 458	2 412	60,4	1,5	5,9	9,7
Grande Lisboa	7 805	10 806	2 631	484	21 726	35 524	61,2	22,5	10,2	16,7
Península de Setúbal	1 902	3 185	646	75	5 808	9 257	62,7	5,9	7,0	11,1
Alentejo	947	2 488	562	63	4 060	6 914	58,7	4,4	8,6	14,6
Alentejo Litoral	138	422	94	6	660	1 123	58,8	0,7	6,5	11,1
Baixo Alentejo	185	627	146	32	990	1 768	56,0	1,1	8,6	15,3
Alto Alentejo	177	608	121	12	918	1 654	55,5	1,0	8,8	15,9
Alentejo Central	447	831	201	13	1 492	2 369	63,0	1,5	9,7	15,4
Algarve	1 171	2 329	503	66	4 069	6 612	61,5	4,2	8,4	13,7
Região Autónoma dos Açores	688	1 811	405	35	2 939	5 775	50,9	3,7	12,2	24,0
Região Autónoma da Madeira	749	1 976	327	92	3 144	5 818	54,0	3,7	12,3	22,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Estimativas anuais da população residente; NUTS - versão 2024. Ver Notas técnicas.

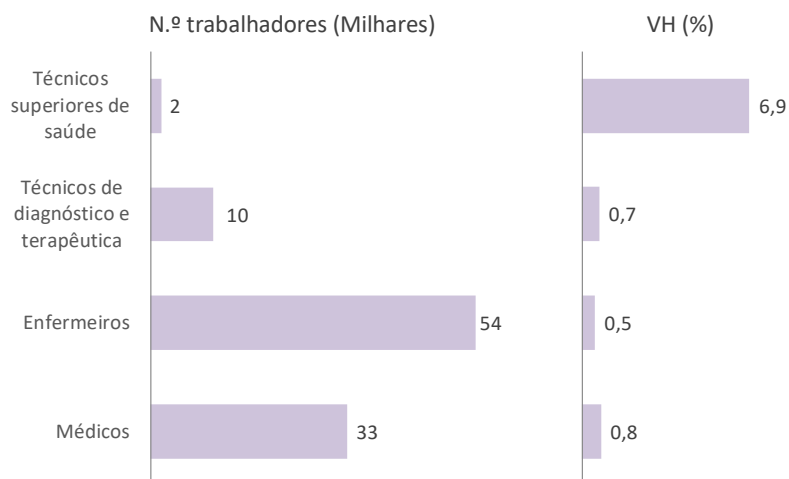
Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) classificados na atividade de saúde humana.

Gráfico 11.6 | Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Gráfico 11.7 | Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Gráfico 11.8 | Repartição do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2023

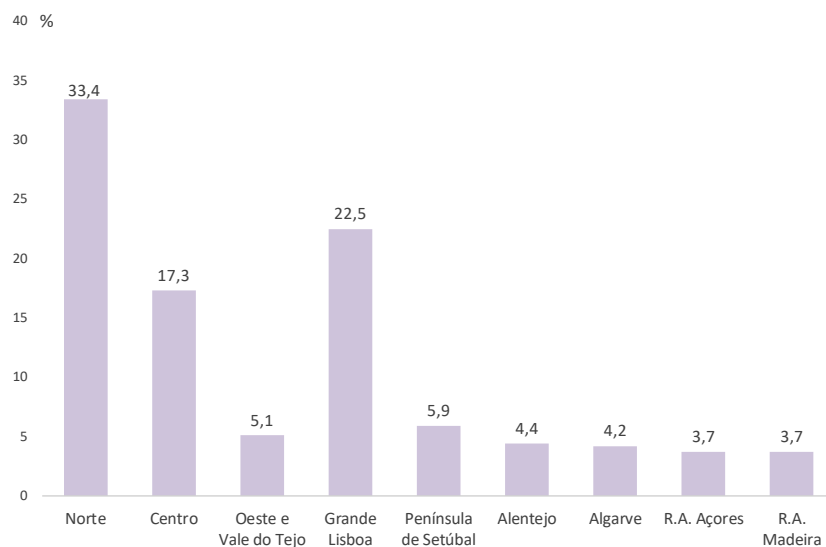
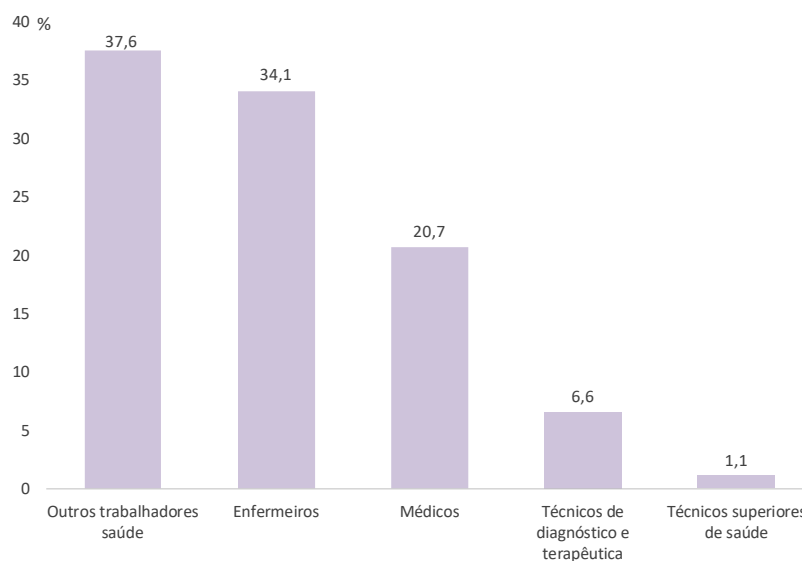


Gráfico 11.9 | Repartição do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Em termos homólogos constata-se que o emprego do pessoal de saúde na atividade de saúde humana (CAE 86) aumentou em Portugal (+0,8% face a 31 de dezembro de 2022). A carreira médica, que representa 20,7% do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana, registou 0,8% de crescimento homólogo, a carreira de enfermagem, que representa 34,1% do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde, registou um aumento face ao período homólogo de 0,5%. Salienta-se que as carreiras médica e de enfermagem representam mais de metade no total do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana (54,8%) (Quadro 11.3 e Gráficos 11.6 a 11.9).

No emprego de outros trabalhadores dos estabelecimentos de saúde na atividade de saúde humana registou-se uma diminuição em Portugal de -0,4% face ao período homólogo, com variações homólogas entre +1,1% na Região Centro e -4,0% na Região Autónoma dos Açores.

No mês de referência, outubro 2023, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde aumentaram 5,1% em termos homólogos, tendo registado aumentos em todas as regiões, com maior expressividade na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira (+7,5% e +10,7% respetivamente).

Quadro 11.4 | Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS em outubro, 2020 a 2023

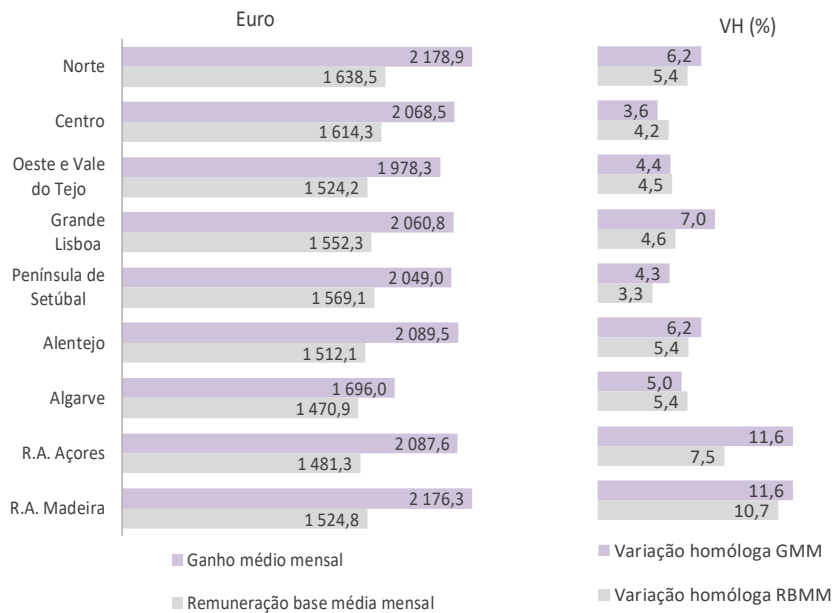
Unidade: Euro

NUTS II e III	ENTIDADES DO SETOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS NA "ATIVIDADE DE SAÚDE HUMANA"										
	Remuneração base média mensal					VH (%)	Ganho médio mensal				
	2020 outubro	2021 outubro	2022 outubro	2023 outubro	2020 outubro		2021 outubro	2022 outubro	2023 outubro	VH (%)	
Portugal	1 455,5	1 457,5	1 505,5	1 582,4	5,1	1 846,0	1 862,5	1 968,3	2 088,1	6,1	
Continente	1 463,9	1 466,7	1 515,8	1 588,8	4,8	1 843,6	1 858,0	1 973,1	2 084,5	5,7	
Norte	1 488,2	1 499,9	1 555,3	1 638,5	5,4	1 899,0	1 920,2	2 052,3	2 178,9	6,2	
Alto Minho	1 559,7	1 578,6	1 617,3	1 664,2	2,9	2 020,4	2 010,5	2 068,2	2 156,9	4,3	
Cávado	1 479,7	1 448,7	1 500,5	1 587,1	5,8	1 881,7	1 873,1	2 011,1	2 161,1	7,5	
Ave	1 521,1	1 518,3	1 580,4	1 641,2	3,9	1 987,4	1 965,7	2 074,5	2 186,2	5,4	
Área Metropolitana do Porto	1 490,9	1 508,8	1 568,7	1 657,5	5,7	1 877,0	1 906,0	2 036,1	2 166,9	6,4	
Alto Tâmega e Barroso	1 620,9	1 642,9	1 644,8	1 751,9	6,5	1 995,6	2 103,2	2 084,3	2 172,5	4,2	
Tâmega e Sousa	1 397,1	1 446,2	1 526,7	1 582,6	3,7	1 816,5	1 920,6	2 075,3	2 208,7	6,4	
Douro	1 502,4	1 483,7	1 506,6	1 622,4	7,7	1 976,0	1 942,6	2 053,5	2 230,7	8,6	
Terras de Trás-os-Montes	1 433,5	1 464,6	1 502,5	1 570,2	4,5	1 947,5	1 971,2	2 290,2	2 269,7	-0,9	
Centro	1 510,1	1 509,2	1 548,6	1 614,3	4,2	1 868,1	1 881,8	1 996,7	2 068,5	3,6	
Região de Aveiro	1 554,8	1 567,3	1 630,9	1 681,1	3,1	1 870,1	1 874,0	2 012,3	2 098,9	4,3	
Região de Coimbra	1 526,6	1 525,3	1 555,7	1 621,1	4,2	1 880,6	1 887,2	2 000,7	2 090,0	4,5	
Região de Leiria	1 478,4	1 467,6	1 513,4	1 548,5	2,3	1 759,9	1 785,3	1 879,2	1 876,3	-0,2	
Viseu Dão Lafões	1 551,0	1 556,0	1 608,7	1 686,8	4,9	1 925,8	1 980,1	2 104,3	2 192,7	4,2	
Beira Baixa	1 461,0	1 437,2	1 504,8	1 563,3	3,9	1 863,9	1 862,3	1 984,4	2 045,0	3,1	
Beiras e Serra da Estrela	1 426,3	1 427,0	1 446,5	1 536,6	6,2	1 858,5	1 864,2	1 967,4	2 017,2	2,5	
Oeste e Vale do Tejo	1 426,9	1 418,1	1 459,0	1 524,2	4,5	1 777,3	1 810,0	1 895,6	1 978,3	4,4	
Oeste	1 489,6	1 463,5	1 495,6	1 582,5	5,8	1 859,8	1 892,6	1 943,5	2 039,1	4,9	
Médio Tejo	1 391,4	1 385,3	1 445,4	1 502,6	4,0	1 679,5	1 730,1	1 840,8	1 961,7	6,6	
Lezíria do Tejo	1 396,2	1 402,5	1 433,6	1 481,8	3,4	1 795,9	1 804,8	1 902,9	1 927,0	1,3	
Grande Lisboa	1 439,1	1 438,3	1 483,4	1 552,3	4,6	1 817,0	1 816,4	1 926,3	2 060,8	7,0	
Península de Setúbal	1 439,5	1 436,3	1 519,0	1 569,1	3,3	1 791,0	1 790,3	1 964,5	2 049,0	4,3	
Alentejo	1 384,6	1 394,2	1 434,6	1 512,1	5,4	1 864,9	1 905,5	1 968,2	2 089,5	6,2	
Alentejo Litoral	1 290,4	1 299,1	1 338,3	1 427,1	6,6	1 740,6	1 790,0	1 904,4	2 048,0	7,5	
Baixo Alentejo	1 361,6	1 373,4	1 403,8	1 493,5	6,4	1 863,9	1 916,5	1 954,2	2 080,1	6,4	
Alto Alentejo	1 407,4	1 416,4	1 461,9	1 525,9	4,4	1 908,3	1 956,6	1 999,8	2 070,8	3,6	
Alentejo Central	1 430,8	1 439,3	1 482,6	1 554,8	4,9	1 893,8	1 916,1	1 985,8	2 128,6	7,2	
Algarve	1 367,7	1 360,0	1 395,8	1 470,9	5,4	1 567,8	1 592,0	1 615,4	1 696,0	5,0	
Região Autónoma dos Açores	1 345,0	1 326,5	1 377,5	1 481,3	7,5	1 866,9	1 855,7	1 870,6	2 087,6	11,6	
Região Autónoma da Madeira	1 355,4	1 356,6	1 376,9	1 524,8	10,7	1 883,8	1 979,4	1 950,1	2 176,3	11,6	

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

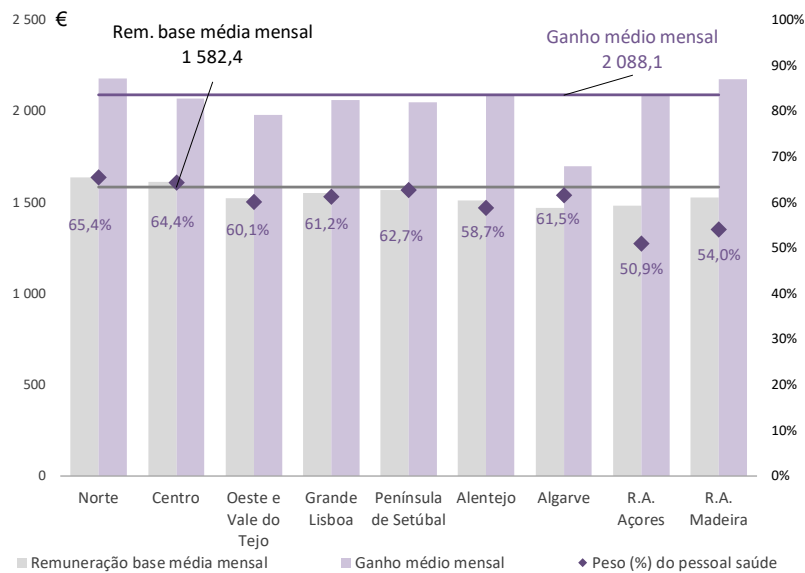


Gráfico 11.10 | Remunerações nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Gráfico 11.11 | Remunerações e emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS

A 31 de dezembro de 2023, as câmaras municipais apresentaram uma dimensão média de emprego de 362,5 trabalhadores, registando, por NUTS III, o valor máximo na Grande Lisboa (2 094,4 trabalhadores) e os menores valores (abaixo de 200 trabalhadores)

no Douro, na Região Autónoma dos Açores, no Alto Alentejo e na Beira Baixa (Quadro 12.1).

É de notar que, apesar da elevada dimensão média das câmaras municipais na Grande Lisboa, o emprego nas câmaras municipais por mil residentes situa-se, nesta região, abaixo da média nacional (Quadro 12.1 e Gráfico 12.2).

Quadro 12.1 | Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2023

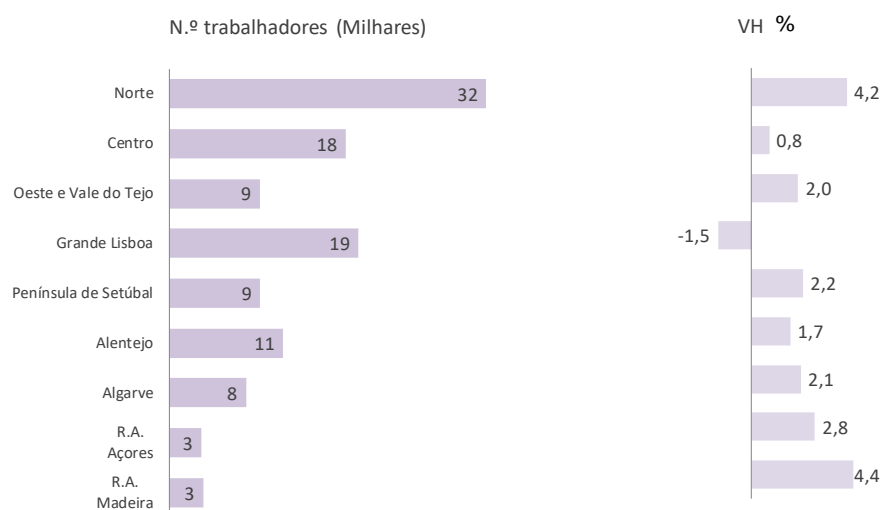
NUTS II e III	Câmaras Municipais (N.º)	Rep. poder legislativo e órgãos executivos									Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes
		Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(11)/(1)	(13)
Portugal	308	1 246	4 397	25 404	1 601	26 486	48 177	1 572	2 678	93	111 654	362,5	10,5
Continente	278	1 137	4 215	24 503	1 518	25 156	44 465	1 546	2 459	92	105 091	378,0	10,4
Norte	86	372	1 386	7 518	483	7 252	13 256	692	639	12	31 610	367,6	8,6
Alto Minho	10	37	96	506	46	660	1 186	0	76	0	2 607	260,7	11,1
Cávado	6	28	134	774	53	650	1 184	61	89	0	2 973	495,5	6,9
Ave	8	38	158	801	45	711	1 324	105	0	0	3 182	397,8	7,5
Área Metropolitana do Porto	17	102	618	3 383	205	3 021	4 552	472	473	8	12 834	754,9	7,1
Alto Tâmega e Barroso	6	22	70	313	25	359	753	6	0	0	1 548	258,0	18,5
Tâmega e Sousa	11	53	131	698	36	758	1 743	48	0	1	3 468	315,3	8,5
Douro	19	62	118	645	41	708	1 470	0	1	2	3 047	160,4	16,5
Terras de Trás-os-Montes	9	30	61	398	32	385	1 044	0	0	1	1 951	216,8	18,2
Centro	77	294	734	4 141	247	4 167	7 587	94	295	9	17 568	228,2	10,4
Região de Aveiro	11	48	149	715	54	734	1 062	18	0	0	2 780	252,7	7,2
Região de Coimbra	19	83	231	1 196	72	1 087	2 027	53	174	3	4 926	259,3	11,0
Região de Leiria	10	38	94	512	28	565	927	0	60	0	2 224	222,4	7,5
Viseu Dão Lafões	14	53	106	563	36	701	1 434	23	61	1	2 978	212,7	11,6
Beira Baixa	8	23	52	332	17	327	681	0	0	5	1 437	179,6	14,4
Beiras e Serra da Estrela	15	49	102	823	40	753	1 456	0	0	0	3 223	214,9	15,4
Oeste e Vale do Tejo	34	137	329	1 964	141	2 208	4 007	0	223	2	9 011	265,0	10,6
Oeste	12	46	139	754	52	844	1 657	0	14	0	3 506	292,2	9,0
Médio Tejo	11	45	110	586	47	648	1 131	0	97	0	2 664	242,2	12,3
Lezíria do Tejo	11	46	80	624	42	716	1 219	0	112	2	2 841	258,3	11,5
Grande Lisboa	9	61	749	5 467	285	4 539	6 062	714	924	49	18 850	2 094,4	8,9
Península de Setúbal	9	46	356	1 905	101	2 273	4 266	0	110	12	9 069	1 007,7	10,9
Alentejo	47	157	313	1 923	152	2 608	6 191	0	5	5	11 354	241,6	23,9
Alentejo Litoral	5	21	81	419	27	603	1 129	0	0	1	2 281	456,2	22,5
Baixo Alentejo	13	40	79	504	35	630	1 661	0	0	1	2 950	226,9	25,5
Alto Alentejo	15	54	65	428	36	584	1 395	0	5	3	2 570	171,3	24,7
Alentejo Central	14	42	88	572	54	791	2 006	0	0	0	3 553	253,8	23,2
Algarve	16	70	348	1 585	109	2 109	3 096	46	263	3	7 629	476,8	15,8
Região Autónoma dos Açores	19	65	77	419	42	737	1 842	26	0	0	3 208	168,8	13,3
Região Autónoma da Madeira	11	44	105	482	41	593	1 870	0	219	1	3 355	305,0	13,1

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); INE – Estimativas anuais da população residente e Censos 2021; Nota: NUTS - versão 2024.



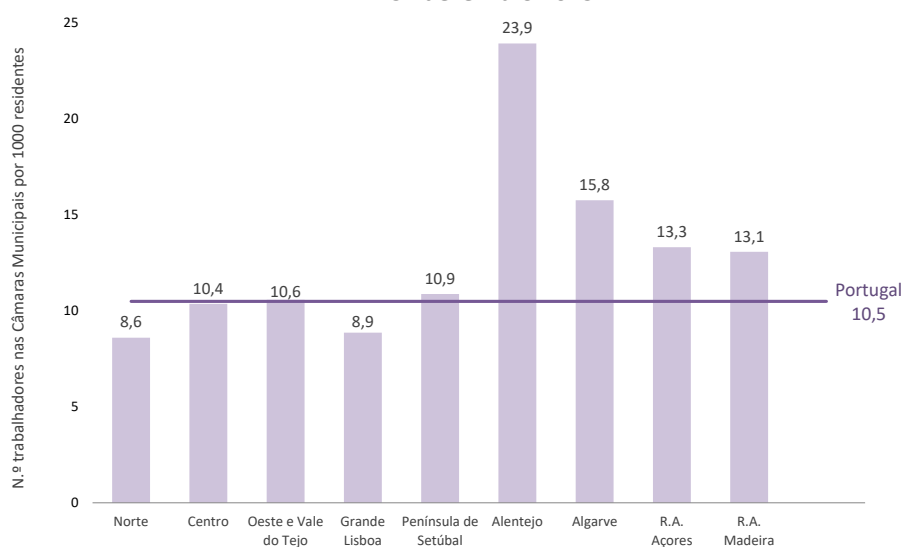
No território português, o emprego nas câmaras municipais predominava nas NUTS II mais populosas: região Norte, Grande Lisboa e região Centro que, no seu conjunto, abrangiam 60,9% do total de emprego das câmaras municipais (Quadro 12.1 e Gráfico 12.1). No entanto, considerando o indicador de emprego nas câmaras relativizado pela população, registavam-se valores máximos na região Alentejo (23,9 trabalhadores por mil residentes) e no Algarve (15,8), enquanto a região Norte apresentava o valor mínimo (8,6) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.2). Numa análise dos indicadores referentes a 31 de dezembro de 2023, face ao mesmo período de 2022, constata-se que o emprego nas câmaras municipais aumentou em Portugal (+1,9%) e em todas as regiões com exceção da Grande Lisboa (-1,5%), verificando-se os maiores acréscimos na Região no Autónoma da Madeira (+4,4%) e na Região Norte (+4,2%) (Gráfico 12.1).

Gráfico 12.1 | Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

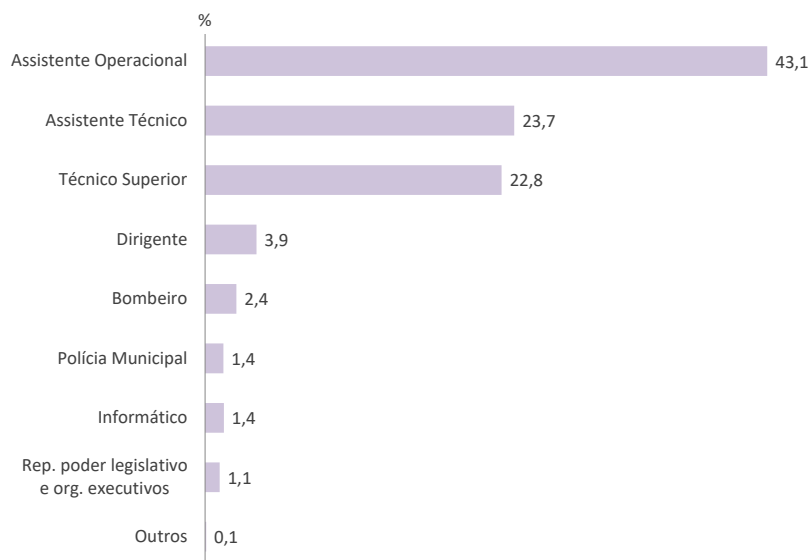
Gráfico 12.2 | N.º de trabalhadores nas câmaras municipais por mil residentes, por NUTS II, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Em Portugal e em todas as regiões as carreiras gerais eram as mais representadas no emprego das câmaras municipais, salientando-se a carreira de assistente operacional que correspondia a perto de metade do emprego nos municípios (43,1%) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.3).

Gráfico 12.3 | Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

No mês de referência (outubro) do segundo semestre de 2023 registou-se um aumento das remunerações de base médias mensais dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais em todas as regiões NUTS II, com variações homólogas entre +7,2% e +9,3%. A remuneração média mensal e o ganho médio mensal dos trabalhadores na Grande Lisboa situava-se acima da média nacional essencialmente devido à maior expressão de técnicos superiores nas câmaras municipais desta região (Quadro 12.2 e Gráficos 12.4 e 12.5).



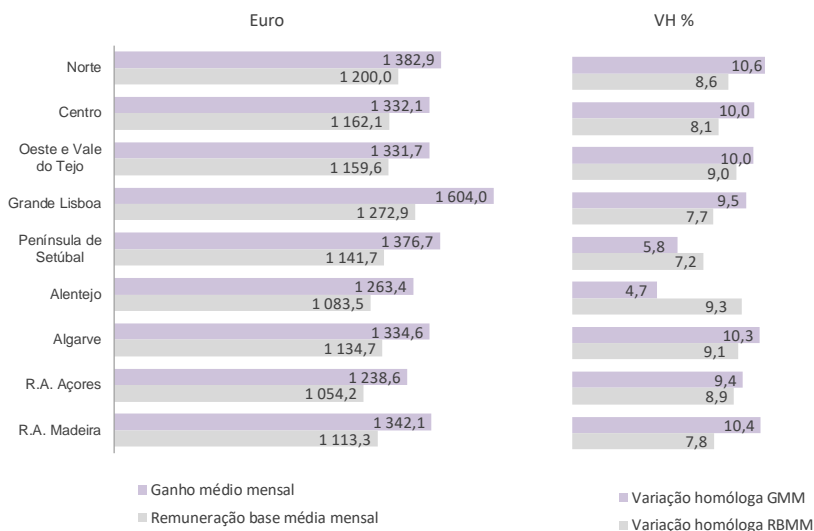
Quadro 12.2 | Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS em outubro, 2020 a 2023

Unidade: Euro

NUTS II e III	CÂMARAS MUNICIPAIS									
	Remuneração base média mensal					Ganho médio mensal				
	2020	2021	2022	2023	VH (%)	2020	2021	2022	2023	VH (%)
	outubro	outubro	outubro	outubro		outubro	outubro	outubro	outubro	
Portugal	1 047,1	1 056,6	1 084,8	1 175,4	8,4	1 213,3	1 230,8	1 270,5	1 386,7	9,2
Continente	1 053,5	1 062,2	1 090,0	1 181,2	8,4	1 221,0	1 236,9	1 276,5	1 392,7	9,1
Norte	1 070,9	1 079,3	1 105,5	1 200,0	8,6	1 211,8	1 223,1	1 250,8	1 382,9	10,6
Alto Minho	1 007,3	1 023,3	1 051,4	1 163,5	10,7	1 130,3	1 150,2	1 173,0	1 324,8	12,9
Cávado	1 083,7	1 094,2	1 126,1	1 210,6	7,5	1 228,6	1 252,4	1 287,6	1 385,4	7,6
Ave	1 053,2	1 061,8	1 103,8	1 184,8	7,3	1 182,1	1 192,7	1 239,1	1 361,8	9,9
Área Metropolitana do Porto	1 121,3	1 125,9	1 146,0	1 252,0	9,3	1 283,7	1 291,0	1 311,0	1 460,1	11,4
Alto Tâmega e Barroso	1 021,6	1 025,9	1 047,2	1 138,9	8,8	1 150,2	1 150,7	1 164,1	1 308,1	12,4
Tâmega e Sousa	1 041,7	1 065,4	1 079,4	1 159,4	7,4	1 162,4	1 185,8	1 209,5	1 322,0	9,3
Douro	1 020,7	1 022,1	1 068,2	1 141,2	6,8	1 139,0	1 142,2	1 188,1	1 294,3	8,9
Terras de Trás-os-Montes	1 012,3	1 017,6	1 035,4	1 132,2	9,4	1 131,8	1 141,1	1 163,7	1 293,7	11,2
Centro	1 027,9	1 042,6	1 075,5	1 162,1	8,1	1 159,2	1 177,8	1 211,3	1 332,1	10,0
Região de Aveiro	1 112,1	1 135,6	1 144,1	1 237,7	8,2	1 247,3	1 268,5	1 274,7	1 397,3	9,6
Região de Coimbra	1 032,5	1 037,5	1 081,4	1 168,9	8,1	1 182,2	1 191,4	1 238,6	1 353,3	9,3
Região de Leiria	1 033,6	1 065,4	1 077,4	1 165,3	8,2	1 167,8	1 202,6	1 221,4	1 349,0	10,4
Viseu Dão Lafões	971,8	1 003,9	1 012,2	1 120,6	10,7	1 093,8	1 136,9	1 138,9	1 285,5	12,9
Beira Baixa	989,8	999,5	1 033,2	1 111,2	7,6	1 103,7	1 118,2	1 147,1	1 253,7	9,3
Beiras e Serra da Estrela	1 015,3	1 013,2	1 088,6	1 146,6	5,3	1 129,2	1 129,2	1 208,6	1 311,1	8,5
Oeste e Vale do Tejo	1 015,7	1 021,0	1 063,6	1 159,6	9,0	1 151,6	1 164,9	1 211,1	1 331,7	10,0
Oeste	1 017,1	1 025,5	1 065,2	1 142,6	7,3	1 144,2	1 166,7	1 208,5	1 308,3	8,3
Médio Tejo	1 016,4	1 013,2	1 064,0	1 187,1	11,6	1 141,1	1 132,7	1 189,6	1 348,5	13,4
Lezíria do Tejo	1 013,4	1 023,2	1 061,2	1 154,9	8,8	1 170,8	1 194,1	1 235,6	1 345,2	8,9
Grande Lisboa	1 151,0	1 167,6	1 181,5	1 272,9	7,7	1 412,3	1 442,0	1 464,5	1 604,0	9,5
Península de Setúbal	1 033,1	1 032,0	1 065,1	1 141,7	7,2	1 245,8	1 256,5	1 301,4	1 376,7	5,8
Alentejo	954,9	962,6	991,3	1 083,5	9,3	1 089,2	1 109,7	1 207,3	1 263,4	4,7
Alentejo Litoral	980,2	985,7	1 025,3	1 136,6	10,9	1 135,0	1 157,3	1 209,8	1 346,4	11,3
Baixo Alentejo	946,5	949,1	969,9	1 053,0	8,6	1 074,6	1 086,3	1 120,4	1 206,7	7,7
Alto Alentejo	960,8	968,4	1 000,7	1 082,4	8,2	1 085,4	1 108,5	1 137,1	1 252,3	10,1
Alentejo Central	942,3	955,6	982,0	1 076,0	9,6	1 076,5	1 101,0	1 328,2	1 266,3	-4,7
Algarve	1 008,6	1 008,2	1 039,8	1 134,7	9,1	1 160,7	1 166,0	1 210,0	1 334,6	10,3
Região Autónoma dos Açores	926,8	952,9	968,3	1 054,2	8,9	1 079,4	1 109,3	1 132,6	1 238,6	9,4
Região Autónoma da Madeira	963,6	982,8	1 033,0	1 113,3	7,8	1 101,8	1 157,3	1 216,2	1 342,1	10,4

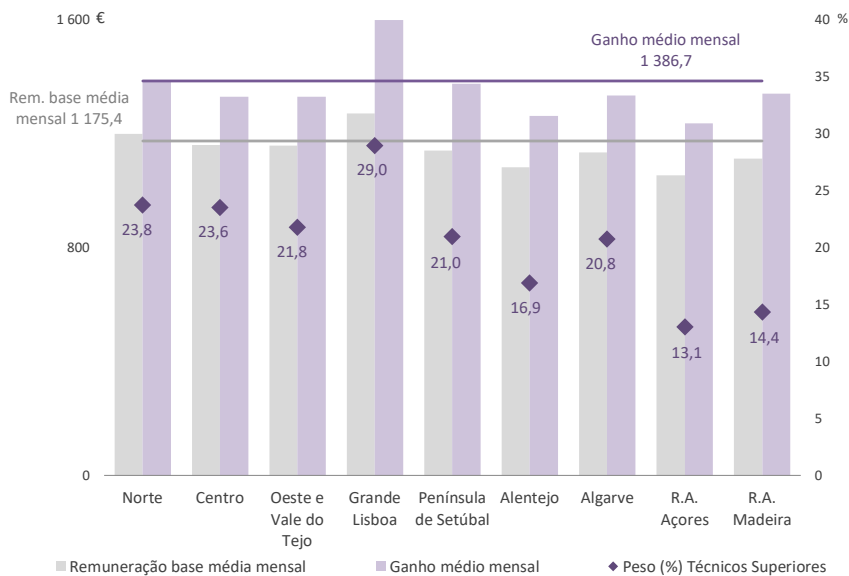
Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); NUTS - versão 2024.

Gráfico 12.4 | Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).

Gráfico 12.5 | Remunerações e emprego nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

Quadro 13.1 | Prestações de serviços por nível de administração em 31 dezembro/2º semestre, 2022 e 2023

Unidade: prestador de serviço	Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Variação Homóloga
	31 dez 2022			31 dez 2023			
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.º
TOTAL	7 954	8 243	16 197	8 589	8 521	17 110	913
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5 340	3 043	8 383	5 667	3 102	8 769	386
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	11	9	20	8	13	21	1
Presidência do Conselho de Ministros	326	103	429	367	80	447	18
Negócios Estrangeiros	46	12	58	84	12	96	38
Defesa Nacional	1	378	379	0	371	371	-8
Administração Interna	39	76	115	43	78	121	6
Justiça	13	939	952	17	1 029	1 046	94
Finanças	0	1	1	0	10	10	9
Economia e Mar	5	648	653	4	701	705	52
Cultura	6	24	30	7	22	29	-1
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	304	100	404	361	91	452	48
Educação	17	122	139	33	60	93	-46
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	4 125	372	4 497	4 321	425	4 746	249
Saúde	436	202	638	410	158	568	-70
Ambiente e Ação Climática	0	10	10	0	3	3	-7
Infraestruturas	0	26	26	0	24	24	-2
Habituação	9	0	9	0	0	0	-9
Coesão Territorial	0	1	1	11	1	12	11
Agricultura e Alimentação	2	20	22	1	24	25	3
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	2 614	5 200	7 814	2 922	5 419	8 341	527
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	6	2	8	2	8	10	2
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2 608	5 198	7 806	2 920	5 411	8 331	525

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); série revista

Notas: (i) inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República. Inclui administração direta e indireta; não inclui setor empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autárquica.

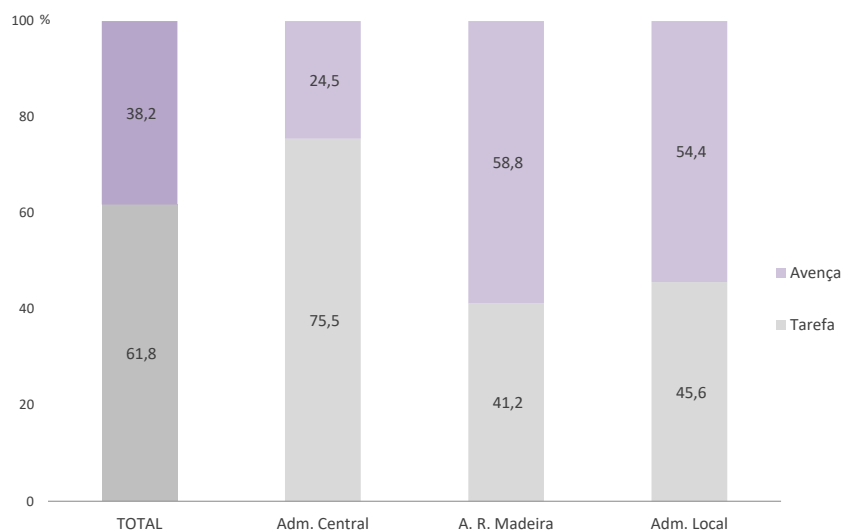
Quadro 13.1(continuação) | Prestações de serviços por nível de administração em 31 dezembro/2º semestre, 2022 e 2023

Unidade: prestador de serviço	Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços no semestre (N.º)						Variação Homóloga
	31 dez 2022			31 dez 2023			
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	N.º
TOTAL	14 887	9 691	24 578	16 663	10 303	26 966	2 388
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	9 637	3 455	13 092	11 020	3 579	14 599	1 507
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	27	14	41	23	14	37	-4
Presidência do Conselho de Ministros	440	103	543	447	156	603	60
Negócios Estrangeiros	231	72	303	231	72	303	0
Defesa Nacional	1	429	430	0	430	430	0
Administração Interna	39	79	118	43	79	122	4
Justiça	13	961	974	18	1 035	1 053	79
Finanças	0	3	3	0	11	11	8
Economia e Mar	9	740	749	5	826	831	82
Cultura	26	31	57	26	27	53	-4
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 753	118	1 871	2 054	105	2 159	288
Educação	76	222	298	101	136	237	-61
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	6 542	396	6 938	7 618	425	8 043	1 105
Saúde	465	229	694	432	199	631	-63
Ambiente e Ação Climática	4	11	15	6	3	9	-6
Infraestruturas	0	26	26	0	25	25	-1
Habitação	9	0	9	0	0	0	-9
Coesão Territorial	0	1	1	14	1	15	14
Agricultura e Alimentação	2	20	22	2	35	37	15
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	5 250	6 236	11 486	5 643	6 724	12 367	881
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	9	6	15	7	10	17	2
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5 241	6 230	11 471	5 636	6 714	12 350	879

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); série revista

Notas: (i) inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República. Inclui administração direta e indireta; não inclui setor empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autárquica.

Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2023



Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024).



No último dia do 2º semestre de 2023 observou-se um aumento de 5,6% das prestações de serviços, comparando com o período homólogo, e registou-se uma variação positiva de 9,7% durante o 2º semestre de 2023. No aumento observado face ao período homólogo salienta-se o acréscimo das prestações de serviço na modalidade de tarefa na área governativa do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, enquanto que o aumento verificado no 2º semestre de 2023 se atribui essencialmente à administração local. No 2º semestre de 2023, 61,8% do total de contratos de prestações de serviços foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 13.1). Em 31 de dezembro de 2023, a grande maioria dos prestadores de serviços (91,1%) exerciam a sua atividade em entidades enquadradas na atividade “Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória” (Secção O) (Quadro 13.2).

Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica em 31 dezembro, 2022 e 2023

Unidade: prestador de serviço

Secção	CAE Rev. 3	Distribuição segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Estrutura %		Variação Homóloga	
		31 dez 2022			31 dez 2023			31 dez 2022	31 dez 2023	N.º	%
		Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total				
	Total	7 954	8 243	16 197	8 589	8 521	17 110	100,0	100,0	913	5,6
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	6 976	7 518	14 494	7 700	7 891	15 591	89,5	91,1	1 097	7,6
P	Educação	526	191	717	446	125	571	4,4	3,3	-146	-20,4
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	438	527	965	430	492	922	6,0	5,4	-43	-4,5
Outras	Outras atividades (a)	14	7	21	13	13	26	0,1	0,2	5	23,8

Fonte: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024); série revista

Notas: (a) indústrias transformadoras; atividades de consultoria, científicas e técnicas; atividades administrativas e dos serviços de apoio; e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.



NOTAS TÉCNICAS

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Consta do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas. O universo de entidades do SIOE é definido e tem como fonte os dados fornecidos pelo INE/DCN.

O presente BOEP n.º 26 (junho 2024), inclui a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo definidas pelo INE, I.P. na aplicação do referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), de utilização obrigatória em todos os Estados Membros da União Europeia, por força do Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013. Outras informações no INE, I.P. em <http://www.ine.pt>.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o setor das administrações públicas publicada pelo INE, I.P. em setembro de 2023, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsetores das sociedades não financeiras e financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na [SIEP 1.º trimestre 2024](#) e respetivo [ficheiro Excel](#).

A recolha online de dados trimestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo de entidades públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, sendo objeto da informação e dos indicadores estatísticos que integram os capítulos: **Capítulo I - Administrações públicas; Capítulo II – Entidades do setor público, exceto administrações públicas; Capítulo III – Outros indicadores.**

Capítulo I – Administrações públicas

Administrações públicas: o setor das administrações públicas inclui as unidades institucionais (entidades) que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e coletivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros setores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional (SEC 2010, §2.111 e seguintes).

Aplicação no contexto das publicações do DIOEP: para efeitos das estatísticas do emprego público, o setor das Administrações Públicas compreende as entidades incluídas nos subsetores do Quadro 14.1, de acordo com o universo definido pelo INE/DCN:



Figura 1 | As Administrações Públicas e os seus subsectores

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (exceto fundos de segurança social)	ESTADO	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados do Estado)	
	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados	
	INSTITUIÇÕES SEM FIM LUCRATIVO (ISFL)	Agrupa as ISFL que são produtores não mercantis e são controladas por unidades da administração central	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (exceto fundos de segurança social)	ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DOS AÇORES E DA MADEIRA	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das Administração regional e com impostos que lhes estejam eventualmente consignados
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das Autarquias Locais e com impostos e taxas locais que lhes estejam eventualmente consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Inclui todas as unidades institucionais centrais e regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais	
	FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DOS AÇORES E MADEIRA		

Fonte: INE, IP; Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013.

Capítulo II – Entidades do setor público, exceto administrações públicas

O setor público agrupa as administrações públicas (capítulo I da SIEP) e as sociedades públicas (capítulo II da SIEP); estas podem ser sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas, incluindo o banco central. Todas as unidades institucionais incluídas no setor público são unidades residentes controladas pelas administrações públicas, quer direta, quer indiretamente, por unidades do setor público agregado.

O controlo de uma entidade é definido como a capacidade de determinar a política geral dessa entidade. A distinção entre uma unidade do setor público que faça parte das administrações públicas e uma sociedade pública é determinada pelo teste mercantil/não mercantil. As unidades não mercantis do setor público são classificadas em administrações públicas e as unidades mercantis do setor público são classificadas como sociedades públicas, com exceção de certas

instituições financeiras que supervisionam ou servem o setor financeiro, que são classificadas como sociedades financeiras independentemente de serem mercantis ou não mercantis.

A forma jurídica de um organismo não é indicativa da sua respetiva classificação setorial. Por exemplo, algumas sociedades do setor público juridicamente constituídas podem ser unidades não mercantis, sendo, portanto, classificadas como administrações públicas e não como sociedades públicas (*SEC 2010, § 20.303 e seguintes*).

Figura 2 | O setor público e os seus subsectores (unidades sob o controlo das administrações públicas)

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (exceto fundos de segurança social)
	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (exceto fundos de segurança social)
	FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS	SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
	SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES
	SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA
	SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS PÚBLICAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
SOCIEDADES FINANCEIRAS PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MONETÁRIAS PÚBLICAS, INCLUINDO O BANCO CENTRAL
	OUTRAS SOCIEDADES FINANCEIRAS PÚBLICAS (*)

(*) Outros intermediários financeiros, auxiliares financeiros, sociedades de seguros e fundos de pensões públicos.

Fonte: Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013; §20.304, pág. 483; DGAEP/DIOEP.

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP – Síntese Estatística do Emprego Público – **SIEP 1.º trimestre 2024**

Dados sobre mercado de trabalho: INE – Inquérito ao emprego 1.º trimestre de 2024 (<http://www.ine.pt/>).

Dados sobre remunerações e PIB: EUROSTAT – Contas Trimestrais por Setor Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais – PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components – current prices). (<https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>).

População residente e População ativa 4.º trimestre de 2023: Estrutura etária e Idade média estimadas a partir de INE - Estimativas anuais da população residente (dados revistos em função dos resultados definitivos dos Censos 2021) e Inquérito ao emprego 1.º trimestre de 2024, respetivamente (<http://www.ine.pt/>).



NOTAS SOBRE REMUNERAÇÕES

A partir de 1 de janeiro de 2023, o valor da RMMG foi fixado em 760,00€ pelo DL n.º 85-A/2022, de 22 de dezembro, e o valor da BRAP foi atualizado para 761,58€, pelo DL n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, diploma que aprovou medidas de valorização remuneratória dos trabalhadores da AP (nomeadamente, revendo os montantes pecuniários dos níveis remuneratórios da TRU, alterando a estrutura remuneratória das carreiras gerais e de outras carreiras e atualizando suplementos remuneratórios em 2%). O DL n.º 26-B/2023, de 18 de abril, estabeleceu a atualização intercalar do valor das remunerações da AP em 1%, atualizando a BRAP para 769,20€, com efeitos ao início do ano. O montante do subsídio de refeição foi atualizado para 6€ pela Portaria n.º 107-A/2023, de 18 de abril, também com efeitos a 1 de janeiro. Na RAM, o valor da RMMG foi fixado em 785,00€ pelo DLR n.º 11/2023/M, de 14 de fevereiro, e na RAA o valor foi atualizado para 798,00€, de acordo com o DLR n.º 8/2015/A, de 30 de março.

Para informação mais detalhada sobre alterações legislativas nas remunerações das administrações públicas desde 2011, consultar ficheiro excel em anexo.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada – Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços conforme previsto no artigo 10º do Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa – quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença – quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração base: (mensal): montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com carácter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Ganho (mensal): montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios ou suplementos regulares, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período normal de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na entidade/empresa para a respetiva carreira ou na respetiva profissão.

Taxa de feminização = $N.º \text{ de trabalhadores do sexo feminino} / \text{Total de trabalhadores} \times 100$.

Ver também:

- Glossário de Termos Estatísticos e Documento Metodológico em: [Metodologias, conceitos e nomenclaturas](#).

CLASSIFICAÇÕES

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE Rev. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE Rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos – V05217 - Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão, de 26 de dezembro de 2022, que altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) (Hiperligação: (<http://www.ine.pt/>)).



SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE-27): Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária, Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polónia; Portugal; Chéquia; Roménia; Suécia.

AC – Administração Central	n.d. – Não disponível
Adm. – Administração/Administrações	NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
AE – Área do Euro	OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD em inglês)
AL – Administração Local	out. - outubro
AP – Administrações Públicas	PIB – Produto Interno Bruto (GDP em inglês)
AR – Administração Regional	Pop. - População
Bachar. - Bacharelato	p.p. – Pontos percentuais
BRAP – Base Remuneratória da Administração Pública	PT - Portugal
CAE Rev.3 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3	RAA – Região Autónoma dos Açores
CSM – Conselho Superior de Magistratura	RAM – Região Autónoma da Madeira
dez. – dezembro	RBMM – Remuneração base média mensal
DGAEP – Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida
DIOEP – Departamento de Informação da Organização do Estado e do Emprego Público	S.A. – Sociedade Anónima
DL – Decreto-Lei	SEC – Sistema Europeu de Contas
DLR – Decreto Legislativo Regional	Secund. – Secundário
EPE – Entidade Pública Empresarial	Seg. - Segurança
Equiv. - Equivalente	SIEP – Síntese Estatística do Emprego Público
EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Europeia	SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado
FAS – Forças armadas e de segurança	SME – Situação de Mobilidade Especial
GMM – Ganho médio mensal	T – Trimestre
H - Homens	TRU – Tabela Remuneratória Única
INE – Instituto Nacional de Estatística	UE – União Europeia
INE/DCN – INE/Departamento de Contas Nacionais	Var. – Variação
IP – Instituto Público	VH – Variação homóloga
Licenc. – Licenciatura	VT – Variação trimestral
LOE – Lei do Orçamento do Estado	% - Percentagem
M – Mulheres	€ - Euro
N.º - Número	

Sinais convencionais |(-) Não aplicável ou valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador.

NOTAS | Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total. Os quadros detalhados encontram-se disponíveis em formato Excel em www.dgaep.gov.pt.

Consulte os [Quadros Excel BOEP n.º 26](#).

